

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA – UDESC
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA EDUCAÇÃO - FAED
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA - PPGH**

CATIUSCIA ALVES REYNAUD

**MEMÓRIAS, TESTEMUNHOS E MILITÂNCIAS:
A TRAJETÓRIA DE DEZ MULHERES NA DITADURA CHILENA**

**FLORIANÓPOLIS
2023**

CATIUSCIA ALVES REYNAUD

**MEMÓRIAS, TESTEMUNHOS E MILITÂNCIAS:
A TRAJETÓRIA DE DEZ MULHERES NA DITADURA CHILENA**

Texto submetido à banca de defesa de mestrado do Programa de Pós-Graduação em História (PPGH) da Universidade de Estado de Santa Catarina (UDESC).

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Núcia Alexandra Silva de Oliveira.

**FLORIANÓPOLIS
2023**

**Ficha catalográfica elaborada pelo programa de geração automática da
Biblioteca Universitária Udesc,
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)**

REYNAUD, CATIUSCIA ALVES
MEMÓRIAS, TESTEMUNHOS E MILITÂNCIAS: : A
TRAJETÓRIA DE DEZ MULHERES NA DITADURA CHILENA
/ CATIUSCIA ALVES REYNAUD. -- 2024.
144 p.

Orientadora: Núcia Alexandra Silva de Oliveira
Dissertação (mestrado) -- Universidade do Estado de Santa
Catarina, Centro de Ciências Humanas e da Educação, Programa de
Pós-Graduação em História, Florianópolis, 2024.

1. Mulheres no Chile. 2. Movimento de Mulheres. 3. Militância.
4. Memórias. 5. Feminismo. I. Alexandra Silva de Oliveira, Núcia .
II. Universidade do Estado de Santa Catarina, Centro de Ciências
Humanas e da Educação, Programa de Pós-Graduação em História.
III. Título.

Ao meu pai, in memoriam.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a minha professora e orientadora Núcia Alexandra de Oliveira, por toda sua dedicação e parceria na construção e no desenvolvimento da minha pesquisa. Agradeço a Universidade do Estado de Santa Catarina pelo privilégio de ser aluna de Pós-Graduação do mestrado acadêmico em História. Estendo os meus agradecimentos a todo o corpo docente da UDESC.

Gostaria de registrar um agradecimento especial à professora Joana Maria Pedro que gentilmente aceitou o convite de compor a banca de defesa da minha dissertação. Como sempre, a professora Joana sendo muito gentil e atenciosa com seus alunos (as) e ex-alunos (as), como eu.

Meus agradecimentos à minha família amada, ao meu filho Davi, ao meu esposo, Tiago e a minha querida e amada mãe, Isabel. Amo muito todos vocês. Dedico essa dissertação em memória de meu pai, te amo pai.

Agradeço aos meus colegas de mestrado, em especial a Cadídja Assis Pinto e a Glenda Lunardi. Agradeço às minhas queridas amigas, Camila Lorenzi e Gabriela Kraus. Agradeço ao meu querido amigo e colega de profissão Alysson Risso. Agradeço aos meus colegas de trabalho Juliana de Assunção, Fernanda Oliveira da Cruz, Sandra Souza Machado, Samara de Almeida, Francini Lohn, Sabrina Duarte Malueiro e Leandro Borges.

Todos aqui mencionados e muitos outros que não foram citados, de alguma forma contribuíram para construção desta pesquisa. Sou muito grata e feliz por ter tantas pessoas especiais na minha vida.

Em especial, deixo aqui registrado que a caminhada nestes três anos de mestrado, foram marcadas de momentos bons, muito aprendizado, porém, foi também atravessada por perdas e momentos difíceis. Em algumas situações, achei que não conseguiria terminar o curso, mas com apoio, amor e atenção encontro-me escrevendo os agradecimentos da minha dissertação.

Obrigada a todos que me apoiaram nesta caminhada.

Não poderia esquecer, jamais, dos meus três filhos caninos, Chili, Bobby e Tisco. Mamãe ama muito vocês.

RESUMO

Este estudo intitulado “Memórias, Testemunhos e Militâncias: A Trajetória de Dez Mulheres na Ditadura Chilena” examina as trajetórias de dez mulheres chilenas que militaram contra a ditadura militar de seu país. Neste sentido, tem como objetivo destacar como elas se envolveram na resistência política, social e feminista durante um período de autoritarismo e repressão. As fontes da pesquisa são entrevistas realizadas pelo Laboratório de Estudos de Gênero e História (LEGH) da Universidade Federal de Santa Catarina. Essas fontes documentais possibilitam analisar como foram as experiências delas dentro dos movimentos feministas, nas organizações de mulheres e nos movimentos de luta armada. As entrevistas revelam ainda as complexas intersecções entre gênero, política e memória, explorando como essas mulheres desenvolveram uma consciência de gênero. Isto é, um posicionamento reflexivo referente as desigualdades entre homens e mulheres, ao entrar em contato com as discussões e teorias feministas em meio às lutas políticas. Através da análise das trajetórias individuais e das histórias coletivas das mulheres, a pesquisa oferece uma visão das experiências das atividades femininas durante a ditadura chilena. Além disso, destaca o papel crucial das mulheres na luta pela democracia, na luta pelos direitos humanos, bem como, na luta por mais direitos das mulheres e por mais igualdade de gênero. Esta dissertação pretende contribuir para pensar e compreender parte da militância feminina nos movimentos e grupos de mulheres no Chile, o ativismo feminista no contexto de ditadura militar do país e a importância dos testemunhos de mulheres para a historiografia. A pesquisa destaca a importância fundamental das memórias, testemunhos e militâncias dessas mulheres na construção da história contemporânea, partindo do campo da História do Tempo Presente para pensar no passado que se encontra vivo na memória de cada uma delas. A solidariedade emerge como um elemento essencial de resistência e sobrevivência entre as mulheres chilenas. Nesse sentido, é possível identificar a união entre as mulheres nos movimentos de mulheres e nos movimentos e grupos feministas. Assim como perceber a importância do feminismo na luta contra a ditadura e na luta por mais direitos das mulheres.

Palavras-chave: Mulheres no Chile; Movimentos de Mulheres; Militância; Memórias; Feminismo;

ABSTRACT

This study, entitled “Memory, Testimonials, and Militancy: the Trajectory of Ten Women in the Chilean Dictatorship” examines the journeys of ten Chilean women who have fought against the military dictatorship in their country. In this sense, this study aims to highlight how they got involved in political, social, and feminist resistance in a period of oppression and authoritarianism. The study sources are interviews made in the laboratory of gender studies and History (*Laboratório de Estudos de Gênero e História – LEGH*) at Federal University of Santa Catarina. These documental sources enable analyses of how these women experienced feminist movements, women’s organizations, and armed fight movements. The interviews unveil the complex intersections between gender, politics, and memory, exploring how they have developed gender consciousness. That is, a position to reflect upon inequalities between men and women when coming in touch with feminist debates and theories amidst political struggles. Through analyzing their individual journeys as well as the collective history of these women, this study provides a view to the experience of women’s action during the Chilean dictatorship. It also highlights the crucial role women have played in their fight for democracy, for human rights, as well as for more rights for women and more gender equality. This dissertation intends to contribute to consider and understand part of women’s militancy in women’s groups and movements in Chile – feminist activism in the context of military dictatorship in that country, as well as to the importance of women’s testimonials for historiography. This study brings to light the fundamental importance of memory, testimonials, and the militancy of these women in building contemporary history, departing from the History of Present Time to consider a past that remains very much alive in each of their memories. Solidarity emerges as an essential element for resistance and survival among Chilean women. It is thus possible to identify the union between women in women’s movement and in feminist groups, as well as to notice the importance of feminism in struggles against dictatorships and in the struggle for more rights for women.

Keywords: Women in Chile; Women’s Movement; Militancy; Memory; Feminism.

Lista de abreviaturas e siglas

AMARC - La Asociación Mundial de Radios Comunitarias
ANAMURI - Asociación Nacional de Mujeres Rurales e Indígenas
CEDEM - Centro de Estudos para desenvolvimento da Mulher
CEM - Centro de Estudos da Mulher
CMD - Concertación de Mujeres por la Democracia
CODEM - Comitê de defesa dos direitos das mulheres
CODEPU - Movimento de luta pelos direitos dos trabalhadores.
CONTETIN/CONFES - Confederação Nacional das Federações dos Sindicatos do Chile
DOMOS - Centro de Servicios y Promoción de La Mujer
FER - Frente de Estudiantes Revolucionários
FLACSO - Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales
FTR - Frente de Trabalhadores Revolucionários
HORMIGA - Organização de solidariedade e de promoção aos direitos das mulheres.
La Morada - La Corporación La Morada
MAPU - Movimento Popular Unitário
MENCH 83 - Movimiento Pro Emancipación de La Mujer Chilena
MIR - Movimento de Esquerda Revolucionário
MUNECH MdC - Mujeres de Chile
RSMLAC - Red de Salud de Las Mujeres de América Latina y el Caribe
SERNAM - Serviço Nacional da Mulher

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1. Capítulo 1: As trajetórias de dez mulheres chilenas e suas entrevistas como possibilidades de narrativas históricas.	25
1.1. Potencialidades e limites do uso de entrevistas de um acervo na pesquisa histórica.	25
1.2. Uma breve cronologia do contexto político no Chile.	34
1.3. Trajetórias e experiências de dez mulheres chilenas nos anos de ditadura militar. ..	39
2. Capítulo 2: Militância, feminismo e questões de gênero presentes nas experiências de luta.....	51
2.1. As mulheres nas organizações, coletivos e as redes femininas	51
2.2. As mulheres no Movimento de Esquerda Revolucionário (MIR).....	73
3. Capítulo 3: As memórias de mulheres como testemunhos e suas narrativas de auto reconhecimento com o movimento feminista.	92
3.1. Memórias narradas: a contribuição dos feminismos na luta contra a ditadura e as (re)construções de suas identidades e subjetividades.	92
3.2. Memórias de mulheres, a potencialidade de contar e se reinventar: do passado ao presente.	107
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	116
REFERÊNCIAS.....	122
FONTES	129
APÊNDICES	131

INTRODUÇÃO

O presente trabalho se concentra na investigação das trajetórias de dez mulheres chilenas que tiveram suas experiências de vida atravessadas pela luta contra a ditadura militar. São mulheres militantes que foram marcadas pelo contato com os movimentos feministas e os movimentos de mulheres. Como será visto ao longo deste trabalho, pensar nas relações entre gênero, ditadura, feminismo, memória e subjetividade, permite questionar e refletir as trajetórias dessas mulheres e seus desdobramentos enquanto mulheres militantes de esquerda e feministas nos anos de ditadura militar chilena.

Assim, o objetivo principal da pesquisa é pensar as militâncias nas trajetórias de dez mulheres chilenas que enfrentaram as duras realidades da ditadura militar em seu país e que foram profundamente impactadas pela violência da política de Estado. No entanto, é importante ressaltar que essas mulheres não foram apenas marcadas pela ditadura; também foram atravessadas pelo movimento feminista de Segunda Onda. Essas duas forças, a ditadura e o feminismo, deixaram marcas indeléveis em suas vidas, com o primeiro deixando cicatrizes inapagáveis e o segundo transformando, pelo menos, suas percepções pessoais.

O cerne do meu problema de pesquisa envolve a análise das fontes, que consistem principalmente nos testemunhos de dez mulheres chilenas. Onde buscou-se compreender as relações que se desenvolveram entre elas nos movimentos políticos, grupos de mulheres e movimentos feministas no Chile durante o período da ditadura militar. Além disso, minha pesquisa visa investigar as trajetórias e engajamentos dessas mulheres, que se desenvolveram a partir dessas relações e das trocas de experiências.

Um ponto fundamental é examinar as transformações pessoais vivenciadas por essas mulheres, em particular, as mudanças em suas percepções de si mesmas e a tomada de consciência, especialmente em relação ao contato com o feminismo. A mudança e transformação de suas identidades como mulheres e como militantes é um dos aspectos cruciais que implica na análise das fontes e na construção da narrativa da minha pesquisa.

A ação abrupta das Forças Armadas que interrompeu a democracia política no Chile tem efeitos devastadores na vida das pessoas que estavam inseridas nesse contexto político social. Não foi um golpe isolado aos setores políticos e ao Palácio de La Moneda. Em absoluto. Foi um evento devastador para muitas pessoas que viviam naquele país, sobretudo, a região metropolitana de Santiago, que foi a mais atingida (Bandeira, 2008).

Os impactos do golpe foram sentidos no dia 11 de setembro e seriam somente o começo de muita luta da população. No dia seguinte, 12 de setembro, as Forças Armadas chilenas continuavam a perseguição e os assassinatos na capital (Bandeira, 2008, p. 551-552). As mulheres, como agentes atuantes e presentes nas políticas partidárias e nos movimentos sociais, marcaram suas resistências nesse processo de transformação coercitiva. Contudo, a luta por direitos não cessou, as mulheres tiveram que se adaptar aos novos agentes políticos ditatoriais e organizar suas estratégias de resistência. Questões que seus testemunhos evidenciam.

Sin embargo, hubo una opción por desarrollar en Chile, desde el primer año, una resistencia contra la dictadura, había una consigna que era, que había que hacer resistencia popular, y yo si me comprometí con eso y trabaje desde el movimiento cristiano. [...] Trabaje en función de generar organizaciones de solidaridad y también de promoción de los derechos de la mujer. (Ahumada, 2013, p. 5)

No início, a ditadura militar promoveu uma ausência de vozes no país, devido a sua repressão, perseguição e violência política. No entanto, as mulheres tiveram que se reinventar e encontrar novas formas de representatividade e participação pública, que de certa forma atingia as esferas políticas (Tobar; Catalán; Caviedes, 2003). Foi então que ao final da década de 1970 e começo da década de 1980, aconteceu o ressurgimento do feminismo no Chile e uma nova forma de organização das mulheres, são os movimentos e grupos pela redemocratização do país e, também, por mais direitos às mulheres.

Para entender o ressurgimento do feminismo, é preciso voltar nos anos, pensar na fragmentação e na desarticulação das mulheres em muitos grupos, movimentos e nos coletivos feministas que aconteceu na década de 1950 (Largo, 2017). Neste momento do feminismo, as mulheres chilenas lutavam pelo direito ao divórcio, aos métodos contraceptivos, a luta pela descriminalização do aborto e denunciavam a pobreza que muitas estavam submetidas (Largo, 2017, p. 103). Aos poucos as mulheres foram ingressando nos partidos políticos, ainda numa parcela bem menor com relação aos homens.

Nesse sentido, partindo de algumas conquistas do movimento, justamente quando elas adquirem o direito ao voto em 1949, e quando conquistaram alguns direitos civis e políticos, que se configurou uma esfera de “comodismo” entre elas, como se naquele momento muitos dos problemas tivessem sido resolvidos, para Julieta Kirkwood era o “silêncio feminista” (Contreras, 2017, p. 221). Portanto, a ditadura militar e o golpe de 11 de setembro de 1973 inauguraram um marco do antes e depois para o movimento feminista no Chile (Largo, 2017). Pois foi a repressão, a violência de Estado e o ataque aos direitos humanos da ditadura militar que suscitou uma emergência do ressurgimento do movimento feminista e dos movimentos de mulheres no país.

Paradójalmente, es en medio de una de las etapas más represivas en la historia de Chile cuando comienzan a coordinarse pequeños grupos de mujeres, que desde su condición de género, reflexionan sobre el contexto de autoritarismo militar y acerca de su situación en la sociedad chilena en su conjunto. (Tobar; Catalán; Caviedes, 2003, p. 42).

Foi neste momento de intensa repressão política e social que as mulheres voltaram a se organizar nos grupos e movimentos de mulheres e movimentos feministas. A luta principal era a redemocratização no país e os direitos humanos. As mulheres foram criando e (re)organizando grupos de enfrentamento à ditadura, mobilizações nas ruas, protestos denunciando os crimes cometidos pelos militares, e estavam se articulando nas diferentes formas de resistência. As mulheres foram as primeiras a organizar e mobilizar grandes grupos e tomar às ruas do país, suas preocupações, reivindicações e denúncias precisavam ganhar visibilidade.

Autoras e organizadoras importantes como Eva Blay e Lúcia Avelar no livro “50 anos de feminismo: Argentina, Brasil e Chile” (2017), organizaram diferentes autores, capítulos e trouxeram um panorama geral do desenvolvimento do movimento feminista nesses três países e o que isso implicou nos movimentos de mulheres e na luta contra as ditaduras militares. Desta forma, o movimento feminista se configurou um importante marcador de transformação na vida de muitas mulheres. Tendo em vista a relevância e a importância de estudar e pesquisar este tema, por isso, muitas autoras e autores em obras e pesquisas, se dedicaram a estudar o movimento feminista e suas reverberações na América do Sul.

Margareth Rago (2013) relata a importância do feminismo na mudança da percepção de identidade de mulheres militantes analisadas por ela no período que corresponde à ditadura militar brasileira. Segundo a autora, o feminismo atravessou as formas de vida do feminino dentro de uma sociedade masculinizada, alterando completamente os “padrões” comportamentais do feminino. A inserção das mulheres nos espaços públicos e a não aceitação de estruturas rígidas e pré-estabelecidas do comportamento “adequado” às mulheres transformou o pensamento, a cultura, a política, a sociedade e a história das mulheres (Rago, 2013). Logo, os feminismos tiveram uma significativa contribuição para a construção de muitas trajetórias, pensando na reconstrução das subjetividades, das identidades das mulheres, da auto percepção, das reconstruções de militância e de luta.

Na esteira das consequências geradas pela ditadura militar, a preocupação com o esquecimento, o “*projecto de olvidar*”, na emergência de memórias e no anseio de contar, as mulheres criaram redes de memórias coletivas (Aránguiz, 2007). A historiadora Alejandra Oberti (2010) refletiu que não necessariamente os relatos das mulheres de suas memórias, seriam e serão incluídas na história hegemônica e oficial dos países, porém a questão é trazer

outras narrativas com outras vivências e experiências, que tragam à luz do debate, questões pertinentes às mulheres e aos marginalizados que antes foram sistematicamente silenciadas, como é o caso no Chile.

Entonces, ellas (MEMCH) siempre dentro de sus discursos decían que las mujeres habían sido invisibilizadas por la historia y desde muchos lados surgieron voces, decir bueno, ustedes son partes de la historia, tiene la responsabilidad de escribir sobre lo que pasó para que esto no quede oculto, y ahí fue donde se publico la...la antología del MEMCH, ellas con mucha rigurosidad buscaron papeles de la época y publicaron. (Weber, 2013, p. 3)

Partindo da importância e da necessidade de recorrer às memórias marginalizadas e silenciadas, a reflexão é no sentido de pensar a potencialidade dos trabalhos e pesquisas acadêmicas, que justamente utilizam fontes históricas, documentos sensíveis, testemunhos/entrevistas que possibilitam (re)pensar um período e alguns processos históricos, em oposição ao que por muito tempo predominou na historiografia.

Portanto, a minha inclinação para os estudos de gênero começou um pouco depois do processo de impeachment sofrido pela presidenta Dilma Rousseff no ano de 2016. O golpe político que se configurou e se mascarou em um ato constitucional, na realidade extrapolou todos os poderes legais deste país. A maneira pela qual este processo foi conduzido e apresentado nas mídias foi de tamanha crueldade e total desrespeito com as mulheres do Brasil.

A escolha em pesquisar as mulheres chilenas deve-se a uma viagem que fiz ao Chile no ano de 2014. Foi a minha primeira viagem internacional, e conseqüentemente o primeiro país latino-americano que visitei. Gostei muito dos lugares que conheci, infelizmente fui com um olhar de turista e não de viajante historiadora ou aspirante a historiadora. Retornei ao Chile em 2019, novamente foi uma viagem que não rendeu muitas visitas referentes à minha pesquisa. Fui ao *Palácio de La Moneda*, vi um monumento¹ em homenagem ao presidente Salvador Allende em que se destaca seu nome, a data de seu nascimento e a de seu falecimento e uma frase que diz “*Tengo Fe en Chile y su destino*”.

Quando entrei na universidade no curso de História tive uma forte inclinação para os estudos da América Latina, sobretudo, estudos decoloniais. Queria desenvolver uma pesquisa sobre o Chile relacionada a essa perspectiva. Mas fui cada vez mais me aproximando dos estudos de gênero e do feminismo e me identifiquei de imediato. Tive certeza de que precisava estudar e pesquisar sobre gênero no Chile. Não abandonei minha curiosidade epistêmica sobre a decolonialidade, muito pelo contrário, gosto muito de ler e estudar sobre, inclusive me

¹ Estátua representando o ex-presidente Salvador Allende. O monumento está localizado na Praça da Constituição em frente ao Palácio De La Moneda, no centro da capital Santiago.

aproximei da perspectiva da interseccionalidade, por dialogar muito com a visão decolonial dos gêneros e das relações sociais e estruturais, na qual estamos inseridas.

No percurso dos estudos de gênero e teoria da história, aproximei-me das discussões de História Oral, memórias e testemunhos, uma leitura bastante marcante foi o capítulo “Fase Documental: a Memória Arquivada” de Paul Ricoeur (2017). Neste capítulo, Ricoeur traz a memória como fonte documental na operação historiográfica, faz uma reflexão dos usos da memória como documento histórico com suas problemáticas e potencialidades.

Outra leitura bastante significativa, foi o texto da autora Joan Scott (1995) “Gênero: Uma categoria útil de análise histórica”. Foi neste momento que fui definindo o tema da minha pesquisa referente ao trabalho de conclusão de curso da graduação. Deste modo, foi estabelecido alguns conceitos e categorias como: gênero, memórias, testemunhos e mulheres no Chile. A dissertação é em certa medida uma continuidade da minha pesquisa na graduação, porém com outras questões, temas e campo historiográfico diferentes. Em ambos os trabalhos, foram utilizadas como fontes documentais as entrevistas das mulheres chilenas.

Para conhecer as entrevistadas e as suas histórias, cabe falar sobre como essas mulheres foram ouvidas e sobre como seus testemunhos serão pensados nesse trabalho. O conhecimento das entrevistas e acesso a elas se deu através de contato com o arquivo documental do acervo do Laboratório de Estudos de Gênero e História (LEGH). Assim, as entrevistas chegaram prontas e finalizadas na forma de texto, algumas com tradução para o português.

Desse modo, é importante desde já sinalizar e reconhecer que as análises deste trabalho partem de um certo distanciamento das fontes estudadas. Portanto, a leitura e a pesquisa com as entrevistas se dão no sentido de me posicionar no lugar de uma terceira pessoa, que não teve contato com nenhuma das dez mulheres entrevistadas e que não participou dos momentos de construção das entrevistas e tampouco da transcrição. Assim sendo, compreendo que surgirão limites ao longo desta trajetória analítica, justamente pelo não envolvimento no desenvolvimento do projeto que resultou nas entrevistas e na construção das próprias entrevistas.

A investigação de testemunhos orais permite trabalhar com as memórias dessas mulheres chilenas, e sobretudo, é possível trabalhar com elas, mesmo já estando em arquivos, no formato de documentos/fontes. Como defende Ana Maria Veiga: “antes de mais nada, testemunhos orais são fontes produzidas pelos próprios historiadores, ou com as quais eles se deparam em sua trajetória de pesquisa” (Veiga, 2014, p. 68). Nesse sentido, mesmo que não tenha participação na construção das entrevistas, o documento das entrevistas, enquanto fontes

disponibilizadas ao público, permite o acesso a elas e também possibilita pesquisas e trabalhos de investigação, desde que sejam utilizados métodos cabíveis às análises historiográficas.

Assim, cabe informar que as entrevistas foram feitas por um grupo de pesquisadoras/es do Laboratório de Estudos de Gênero e História da Universidade Federal de Santa Catarina (LEGH), coordenado pelas professoras Joana Maria Pedro, Cristina Scheibe Wolff, Roselane Neckel e Janine Gomes da Silva dentro do projeto “Gênero, Feminismos e Ditaduras no Cone Sul”. E contemplam relatos de mulheres dos seguintes países: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai.

As entrevistas produzidas pelo LEGH apresentam diferentes temas, como: militância, resistência, movimentos e organizações de esquerda, feminismos, clandestinidade, tortura, prisões, exílio, maternidade, juventude, trajetórias de vida, associações de familiares de desaparecidos, asilos políticos, sindicatos, movimentos cristãos, leituras feministas, feministas marxistas, marxismo, leituras revolucionárias, periódicos, guerrilha e guerrilheiros, entre outros. Pode-se dizer que muitas dessas temáticas aparecem nas dez entrevistas que selecionei como fontes para este trabalho, algumas mais, outras menos, como será discutido na sequência do texto.

O número de entrevistas realizadas e coletadas em cada país mudou de um para outro, os números são: Argentina (23); Bolívia (31); Brasil (102); Chile (29); Paraguai (34) e Uruguai (19). No total de entrevistas, somam-se 238 relatos coletados e produzidos pelo LEGH, em sua maioria são relatos de mulheres. Nem todas as entrevistas foram realizadas dentro do mesmo projeto inicial, outros dois projetos foram se desdobrando ao longo da pesquisa. São eles: “Movimentos de Mulheres e Feminismos em tempos de ditadura militar no Cone Sul (1964 - 1989)”, coordenado por Joana Maria Pedro e; “Relações de gênero na luta da esquerda armada: uma perspectiva comparativa entre os países do Cone Sul (1960-1979)”, coordenado por Cristina Scheibe Wolff.

Ao longo do processo desta pesquisa fiz vários movimentos de leitura dos textos das entrevistas. Foram tarefas de leituras, escrita e organização dos dados. Um desses trabalhos foi a elaboração de minibiografias das entrevistadas que se trata de um texto síntese de suas vidas e que estão apresentadas ao final deste trabalho, em formato de apêndice. Estas se tornaram uma ferramenta metodológica encontrada para sistematizar as informações e aproximar as leitoras e os leitores das trajetórias das dez mulheres chilenas. Tendo em vista, que cada minibiografia foi pensada e escrita partindo do recorte temporal e temático desta pesquisa.

Além da tarefa de escrever as minibiografias (apêndice G) de cada uma das dez entrevistadas, também foi importante sistematizar os dados da pesquisa em tabelas

(apêndice). Esse trabalho permitiu compreender e organizar as temáticas abordadas nas entrevistas, como exemplo: quais mulheres militavam em grupos e partidos políticos; quais militavam em movimentos e grupos de mulheres com viés mais feminista ou de direitos humanos; as, mulheres que militavam em grupos da Igreja Católica e nas universidades entre outras possibilidades de militância. Nem todas as tabelas foram organizadas pelas temáticas dos grupos, pois cada tabela possui uma proposta e tem uma finalidade.

A primeira tabela (apêndice A) tem o objetivo de apresentar as entrevistadas. Como as entrevistas foram realizadas previamente, trago o nome de suas entrevistadoras e suas respectivas temáticas, bem como, os nomes completos das entrevistadas, data e local das entrevistas e a data de nascimento das mulheres entrevistadas.

A segunda tabela (apêndice B) mostra as aproximações e os envolvimento das entrevistadas com os movimentos feministas. No sentido de trazer a informação do contato com o feminismo, quando aconteceu, durante a militância, no período do exílio e outros caminhos.

A terceira tabela (apêndice C) apresenta as informações dos grupos e as diferentes militâncias das entrevistadas. Em relação a identificação delas nos grupos, cabe dizer que algumas entrevistadas aparecem em mais de um grupo. Seus perfis não se encontram numa uniformidade, de maneira que possuem semelhanças e proximidades umas com as outras, portanto, são trajetórias distintas. As particularidades que estão presentes nas afirmações de cada uma acentuam a posição crítica de não criar padrões de mulheres e muito menos compreendê-las como um grupo fechado e homogêneo, mesmo sendo em sua maioria mulheres militantes com viés político de esquerda.

A quarta tabela (apêndice D) mostra os grupos e movimentos de mulheres. Nessa tabela o objetivo é organizar os diferentes grupos e movimentos que as mulheres relatam em suas entrevistas. Aparece o nome do grupo, as militantes que relataram e participaram, os cargos que desempenham nestes grupos, anos de funcionamento e os objetivos dos grupos e dos movimentos. Importante observar aqui, que essa tabela é voltada para os grupos e movimentos de mulheres e para mulheres, ou seja, grupos em que predominou a participação feminina e com os objetivos mais voltados às mulheres, ao feminismo e ao debate das desigualdades de gênero.

A quinta tabela (apêndice E) percorre as narrativas do exílio. Nesse sentido, mostra as mulheres que se exilaram. Traz informações dos países em que ficaram, por quanto tempo permaneceram exiladas, se foi voluntário ou não, e o que faziam durante esse período do exílio.

A sexta tabela (apêndice F) traz informações sobre as militantes que passaram pela experiência da prisão e da tortura durante o período de ditadura militar. Portanto, as informações

sistematizadas nas tabelas permitem visualizar também as possíveis intersecções entre as fontes. Uma maneira de cruzar as informações é voltar nas tabelas para entender as trajetórias, partindo de uma análise mais quantitativa.

Muitas pesquisas de vários lugares e países foram realizadas sobre as condições das mulheres no Chile, principalmente fazendo um recorte das condições das mulheres que militaram contra a ditadura no país. Pesquisadoras e pesquisadores dos países do Cone Sul se dedicam a estudar e pesquisar os períodos ditatoriais da América Latina, em especial o enfrentamento de algumas populações marginalizadas, bem como, as situações das mulheres durante os regimes ditatoriais e mulheres não só do Chile, as pesquisas percorrem os países que compreendem o conjunto geopolítico, chamado de Cone Sul.

Pesquisadoras como Alejandra Oberti (2010), Elizabeth Jelin (2001, 2008, 2017), Margarita Iglesias (2010), Joana Maria Pedro (2010, 2011), Cristina Scheibe Wolff (2010), Eliane Largo (2017), Sandra Palestro Contreras (2017), Tobar; Catalán; Caviedes (2003), Tamara Aranguiz (2007), entre tantas outras autoras e autores que se dedicam em pesquisar e estudar esses períodos e processos históricos das ditaduras.

Interessante pensar que muitas das autoras que pesquisaram sobre a ditadura no Chile e as resistências também foram militantes e contam suas próprias experiências, como Margarita Iglesias, que é uma das mulheres analisadas nesta pesquisa. Ela conta parte de sua trajetória em artigos e capítulos em livros como, por exemplo, “*Los desafíos del Cono Sur desde las perspectivas de las mujeres. La democratización de la democracia o la reinención de una democracia latinoamericana*” (2010). Neste, a autora faz a relação das mulheres nos movimentos de mulheres e nos grupos por direitos humanos durante a ditadura militar chilena, com as mulheres que lutavam por cidadania e igualdade nos séculos XVIII e XIX.

Margarita Pisano (2004), mulher chilena, arquiteta e feminista, fundadora da *Casa de la Mujer “La Morada”*; *Radio Tierra*, organizou movimentos feministas como: *Movimiento Feminista Autónomo* e *Movimiento Rebelde del Afuera*. Escritora feminista preocupada com os movimentos de mulheres, estudou as estruturas sociais do Chile (1995) e, também, escreveu sobre masculinidades (2001). Seus trabalhos contribuem para uma reflexão das condições das mulheres no país e as transformações vivenciadas por elas.

O livro de Judith Astelarra (2005), socióloga de formação e pesquisadora do feminismo e das condições das mulheres no Chile e na América Latina que investiga em seus estudos o desenvolvimento das mulheres nas últimas décadas do século XX, relacionando os problemas enfrentados por elas e as políticas públicas que possam ser pensadas e desenvolvidas.

O livro de Teresa Valdes (1988), (que é uma das mulheres entrevistadas pelo LEGH), trabalha com relatos, entrevistas de mulheres *pobladoras*, mulheres de camadas populares. Teresa Valdes traz justamente as dificuldades enfrentadas por essas mulheres trabalhadoras chilenas. Muitas delas são mulheres humildes que necessitam muito da ação do Estado no investimento e criação de políticas públicas.

O livro das autoras Edelmira Carrillo Paz, Ester Hernandez Cid e Teresa Veloso Bermedo (2012), que são três mulheres chilenas que contam suas trajetórias de militância durante os anos de ditadura. Este livro se aproxima muito das temáticas das entrevistas que utilizo, aparecem as questões da militância durante a Unidade Popular, o golpe do 11 de setembro de 1973, o começo das militâncias delas em partidos e movimentos de mulheres, a consciência política e de gênero, contato com o feminismo, prisão, tortura, exílio, maternidade, entre outros assuntos. Inclusive, uma dessas mulheres, Teresa Veloso Bermedo foi militante do “*Movimiento de Izquierda Revolucionario*”, o MIR.

Hillary Hiner (2015) analisou e pesquisou fontes orais de mulheres chilenas que foram presas na ditadura e contaram suas experiências. Ela chama atenção para as estratégias que as mulheres desenvolveram na prisão. Foi um momento de intensa solidariedade entre elas e o fortalecimento das práticas de resistência em meio às torturas.

Dentro de estas condiciones, en extremo represivas, también existieron instancias de resistencia, que se articulaban desde una solidaridad entre las mujeres presas o entre los presos más generalmente. Aquí, las cosas más pequeñas una palabra susurrada, un pedazo de pan o una caricia después de una sesión de tortura – podían significar mucho para la persona que estaba ahí, atrapada dentro de un sistema carcelario que buscaba borrarle toda identidad personal y política. [...] muchas mujeres recuerdan una solidaridad muy fuerte expresada en torno a las mujeres más enfermas, las embarazadas y las ancianas, como también destacan estrategias colectivas concretas para la resistencia y el autocuidado. (Hiner, 2015, p. 12)

Como será discutido ao longo desse texto, as mulheres, mesmo em momentos difíceis como nas prisões e nas torturas, tiveram solidariedade umas com as outras. Se articularam em espaços de intensa repressão e violência na tentativa de resistir e se manter viva.

As memórias de mulheres demonstram a percepção de que, apesar de todas as adversidades, as possibilidades de construção e resistência continuavam a habitar seus horizontes, mesmo dentro dos espaços de cárcere político. Nesse sentido, a esperança encontrava-se expressa no horizonte e se fortalecia também a partir da construção de vínculos. (Zacchi, 2021, p. 163)

Com base nas fontes e nas bibliografias do tema estudado, é possível perceber e analisar a união presente entre elas, justamente, como um suporte organizacional e motivacional para seguir com a militância. As organizações de mulheres, o feminismo e os grupos que elas foram formando deram uma base de sustentabilidade em muitas das trajetórias.

Trazer aos leitores as resistências das mulheres como agentes de sua própria história, suas trajetórias e suas experiências de vida sendo abordadas com uma chave interpretativa e analítica diferente do que se tinha, constitui uma transformação do saber e das ciências humanas. A mudança epistêmica que é possível partindo da História Oral, abriu caminhos para muitas pesquisas e trabalhos.

É nesse engajamento epistêmico, acadêmico, político, social e cultural que se encontra inserida esta pesquisa. Ainda, no bojo dos anseios por memórias e trajetórias, concentra-se a busca por novos olhares, atravessada e interseccionada por esse movimento historiográfico de novas metodologias e novos rumos para os historiadores e, sobretudo, historiadoras. Essa relação de identidade com o que se estuda, e com as demandas sociais e as reverberações do presente permeiam os interesses dos historiadores e das historiadoras. À medida que novas pesquisas sempre trarão novos olhares, novos questionamentos e muitas possibilidades. A história não tem fim, ela está sempre em constante construção.

Nesse sentido, o trabalho de pesquisa historiográfica possui uma demanda e uma função social (Bevernage, 2018), na qual, o objetivo da pesquisa é sempre contribuir para novos olhares, possibilidades de repensar, desconstruir e/ou reforçar um conhecimento. A pesquisa é sempre uma construção do saber, e, mais importante, deve ser uma construção coletiva, com resultados coletivos, para que assim, retorne à sociedade. Abrem-se rupturas e fissuras nas histórias, e novas memórias se inserem.

Como toda narrativa, estos relatos nacionales son selectivos. Construir un conjunto de héroes implica opacar la acción de otros. Resaltar ciertos rasgos como señales de heroísmo implica silenciar otros rasgos, especialmente los errores y malos pasos de los que son definidos como héroes y deben aparecer “inmaculados” en esa historia. Una vez establecidas estas narrativas canónicas oficiales, ligadas históricamente al proceso de centralización política de la etapa de conformación de Estados nacionales, se expresan y cristalizan en los textos de historia que se transmiten en la educación formal. [...] Porque la narrativa nacional tiende a ser la de los vencedores, y habrá otros que, sea en la forma de relatos privados de transmisión oral o como prácticas de resistencia frente al poder, ofrecerán narrativas y sentidos diferentes del pasado, amenazando el consenso nacional que se pretende imponer. (Jelin, 2002. p. 40- 41)

Para entender o passado partindo do presente, os testemunhos/entrevistas são fontes potentes para cada vez mais desconstruirmos ideias prontas, acabadas ou figuras heroicas, tradicionalmente masculinas e brancas. Muito marcadas pela violência da ditadura, as dez mulheres chilenas se reconstroem e contam suas memórias de luta, e, sobretudo, narram suas conquistas, descobertas e autoconhecimento que vão ganhando corpo ao longo de suas

narrativas. Assim, seus testemunhos se tornam importantes fontes para acessar um passado que ainda emerge em marcas memoriais.

Portanto, a pesquisa se concentra nos relatos de dez mulheres chilenas que viveram a ditadura no país, a intenção é perceber as semelhanças e a união entre elas, porém existem também as particularidades de cada uma. A potencialidade das entrevistas é no sentido de aproximar e comparar as narrativas, na tentativa de entender os processos históricos, partindo de um olhar mais subjetivo e qualitativo.

Nesse sentido, trabalhando com as entrevistas realizadas dentro da perspectiva da história oral e depositadas no acervo do LEGH, a presente dissertação apresenta uma análise que se limitará às trajetórias de militância narradas por dez mulheres. Assim como as temáticas das entrevistas seguem um recorte temporal da ditadura militar no Chile e seus desdobramentos, seguirei a cronologia dos acontecimentos apresentados por elas. Contudo, é importante apontar que nem todas as experiências serão abordadas na análise, tendo em vista muitas demandas trazidas por elas. O recorte se dará para pensar as trajetórias nos movimentos políticos e sobretudo, nos movimentos de mulheres com o olhar para os movimentos feministas. Relacionar e questionar: o que o movimento feminista mudou para elas?

Importante dizer que as questões abordadas estão sendo analisadas a partir da perspectiva da História do Tempo Presente (HTP), área de concentração do programa de pós-graduação no qual este trabalho foi produzido. A História do Tempo Presente, é um campo historiográfico cujo termo foi criado nos anos de 1970 na França e que surgiu, entre outras questões, a partir da demanda de grupos marginalizados ou violentados em relações de poder e de um “passado-presente” de violência de dor (Montanô, Ortega, Higuera, 2020).

Para Antônio Manoel Elíbio Júnior (2021), a HTP encontra-se intimamente ligada a momentos pós-traumáticos, num mundo cada vez mais globalizado este campo historiográfico ultrapassou fronteiras epistêmicas. No Brasil e na América do Sul, a HTP começou a ser pensada, pesquisada e acionada pelos historiadores, nos anos que se seguiram os períodos das ditaduras militares.

No caso latino-americano o desenvolvimentismo econômico das décadas de 1960 e 1970, os golpes e regimes militares, a redemocratização, as articulações em torno da criação do Mercosul desde 1991 e mais recentemente as eleições democráticas de governos populares, como os casos do Brasil, Equador e Bolívia. Entretanto, essas marcações são sempre provisórias e inconclusas quanto a delimitação daquilo que chamamos de História do Tempo Presente, que seria uma subdivisão, ou um período mais imediato da História Contemporânea. (Elíbio, 2020, p. 12)

O esgotamento dos regimes de temporalidades, anteriormente marcados pela historiografia disciplinar do século XIX como um modelo de temporalidade moderna, foram questionados, consequência dos eventos catastróficos e traumáticos do século XX, resultando em uma crise de paradigmas, especialmente nas ciências sociais (Ferreira, 2018, p. 86). Nessa ruptura epistêmica, surge um novo campo historiográfico que propõe a reflexão e análise dos processos históricos, suas temporalidades de maneira não linear entre o passado, presente e futuro.

Partindo deste campo historiográfico, é importante pensar a relação das memórias com a existência do passado no presente, isto é, a presença do ausente que se encontra vivo na memória (Ricoeur 2017). Nesse sentido, a HTP estuda as relações do passado que estão presentes no tempo presente, no tempo de agora e se materializam nos documentos/fontes orais e escritas. É pelas memórias que o passado se encontra presente, dessa forma, as memórias das mulheres chilenas permitem pensar o passado através do presente, dos questionamentos e das reverberações de agora.

O acontecimento passou para quem? Extrapolar as barreiras da história linear e pronta é um dos pressupostos metodológicos e epistêmicos presentes na HTP. Não necessariamente uma narrativa histórica apresenta um início, meio e fim bem definidos e demarcados, pois não há uma temporalidade rígida, fechada e acabada. É nessa relação da complexidade das temporalidades que a HTP propõe pensar as memórias do passado com os olhares do presente.

Com relação à memória, Paul Ricoeur (2007), em seu livro *A memória, a história e o esquecimento*, traz a problemática do esquecimento forçado e manipulado, e o perdão não concedido. Nesse sentido, Ricoeur (2007), oferece reflexões referente aos enfrentamentos por parte da historiografia das problemáticas e os desafios contemporâneos do campo de batalha, das disputas de memórias. Como superar as violências do passado, se existe uma ausência de memória pública e oficial que reconheça esses crimes? Não existem criminosos sem crimes. As memórias traumáticas são sempre delicadas, frágeis, dolorosas e disputadas.

Ricoeur (2007) pensou nas problemáticas da memória, com seus usos e abusos, as manipulações da memória e do esquecimento, o percurso no qual a memória é traçada e forjada. Nesse sentido, o autor traz a reflexão das construções subjetivas e cognitivas da memória. A fenomenologia da memória, isto é, sua constituição enquanto fenômenos mnemônicos que pertencem aos discursos comuns, a vida cotidiana e seus acontecimentos.

Em outras palavras, Ricoeur (2007) atribui à memória um recurso e referência aos acontecimentos do passado. Suas relações com os estudos da memória se dão no sentido de historicizar a memória e nela validar, legitimar como fonte documental no processo de escrita

historiográfica, no que ele chamou de “operação historiográfica”, transformando-se em testemunho.

É então o testemunho que presta socorro e assistência ao orador ou ao historiador que invoca. No que concerne mais especificamente à história, a elevação do testemunho à condição de prova documental marcará esse tempo forte da inversão na relação de assistência que o escrito exerce em relação a essa “memória de apoio”, essa hupomneme, memória artificial por excelência, à qual o mito consentia apenas um segundo lugar. (Ricoeur, 2007, p. 179)

Pensando nessa linha metodológica da escrita historiográfica, outra questão epistêmica precisa ser mencionada, que são os usos das categorias de análises. Neste caso, o gênero está sendo utilizado como principal categoria analítica para pensar a história e as trajetórias dessas mulheres. Pressupondo as discussões dos estudos de gênero na perspectiva feminista dessas relações. Na prática, o que isso implica?

Para Janine Gomes (2019), a perspectiva feminista está na base das pesquisas do LEGH, isto significa que todas as pesquisas permeavam questões que pensavam e analisavam as relações de gênero, as militâncias das mulheres e de homens, partindo do enfoque do gênero e dos estudos feministas. Ou seja, o gênero é uma abordagem analítica, sendo utilizada dentro dos estudos das ditaduras nos países do Cone Sul.

O que implica muitas coisas na pesquisa. Desta forma, ao utilizar o gênero para pensar as militâncias e as trajetórias das dez mulheres chilenas, significa dizer que suas experiências de vida foram vivenciadas de forma diferente das dos homens. E quem afirma essa narrativa, são as próprias mulheres que ao perceber que eram cobradas e tratadas de formas diferentes, justamente, por serem mulheres, passaram a questionar essas desigualdades entre homens e mulheres. No cotidiano as mulheres são marcadas pelas diferenças e desigualdades de gênero. A dupla militância foi um indicador das desigualdades enfrentadas por elas na ditadura.

Segundo Joan Scott (1995), por muito tempo os estudos direcionados às mulheres tinham um caráter embasado na natureza e nos estudos biológicos, mas ela refuta tal abordagem e argumenta que gênero é algo construído socialmente e historicamente e que as mulheres foram sistematicamente sendo silenciadas e apagadas da história tradicional. E por consequência, a elas se destinou uma história das mulheres, as separando dos homens e da escrita tradicional historiográfica.

Nesse sentido, quando Scott (1995) propõe a utilização dos estudos de gênero como perspectiva analítica, isto é, na prática pensar gênero dentro de sua complexa relação de poderes entre homens e mulheres na sociedade patriarcal, ela pensa nas consequências de todas essas desigualdades na vida e nas experiências das mulheres. Sistematicamente, o patriarcado

desqualifica as mulheres e toda sua produção intelectual, sua participação social e política, para que justamente a sociedade seja moldada e controlada por homens.

No artigo “Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica”, Joana Maria Pedro (2005) traz a importância dos movimentos sociais na introdução de questões, como mulher, gênero, feminismo e sexo nas discussões e pesquisas acadêmicas o que resultou em categoria de análise. Isso na prática significa dizer que quando se utiliza o gênero enquanto categoria analítica é preciso se aprofundar no que isso implica. O gênero entra como suporte de historicização, uma categoria de análise, para entender que as trajetórias de mulheres e de homens são diferentes porque historicamente a sociedade determinou funções para cada um. São construções sociais de muitos e muitos séculos atrás que continuam até hoje existindo. Nesse sentido, é preciso historicizar, contar a história das mulheres.

O presente trabalho está organizado em 3 capítulos. O primeiro capítulo “As trajetórias de dez mulheres chilenas na ditadura militar e suas entrevistas como possibilidades de narrativas históricas” tem por objetivo discutir os usos de entrevistas na pesquisa historiográfica, principalmente, levando em consideração o contato com as entrevistas/fontes já prontas. Fazendo referência às entrevistas como fontes documentais pertencentes ao arquivo documental do LEGH. Assim como, apresentá-las, contando parte de suas trajetórias durante a ditadura militar. Portanto, será apresentado de forma breve o contexto político e social do Chile, nos anos que envolvem o processo de golpe de Estado em 1973, e relatar parte das experiências das dez mulheres chilenas e suas respectivas entrevistas, bem como trazer alguns aspectos de cada militância.

No segundo capítulo “Militância, feminismo e questões de gênero presentes nas experiências de luta”, serão abordadas as experiências de dez mulheres chilenas durante a ditadura. Serão exploradas questões como a filiação política dessas mulheres, se eram militantes de esquerda, feministas ou não. Além disso, pensar o significado da militância em suas vidas e as atividades que desempenhavam nos grupos em que estavam envolvidas. Também serão analisadas as dinâmicas de relacionamento dentro desses grupos. Este capítulo também se concentra nas trajetórias das mulheres que participaram de movimentos de esquerda, como o *Movimiento de Izquierda Revolucionario* (MIR). Busca-se compreender as relações entre essas mulheres e o MIR, bem como o impacto desse envolvimento em suas vidas. No que se refere às militâncias, a pesquisa visa esclarecer questões relacionadas às desigualdades de gênero, como a dupla militância; às relações de poder e às redes de apoio que se formaram entre as mulheres.

No terceiro capítulo “As memórias de mulheres como testemunhos”, serão trabalhadas as memórias narradas e a categoria de memórias de mulheres. Nesse sentido, a abordagem teórica e epistêmica do conceito de memória será articulada e pensada na relação com outros importantes conceitos e categorias, como: mulheres, democracia e feminismo.

Por fim, cabe lembrar da importância de pensar as trajetórias de vida de pessoas que por muito tempo foram marginalizadas da sociedade. Abordar narrativas de trajetórias de mulheres militantes e feministas, rompendo com as tradicionais estruturas epistêmicas da escrita historiográfica. Sobretudo, também a construção de si, a (auto) biografia e as entrevistas é uma maneira de transformar a História partindo de novos e diferentes lugares de fala.

Essa prerrogativa de poder contar-se e registrar sua trajetória, deixar marcas para gerações futuras, foi por muito tempo prática limitada aos homens de elite. Para Lejeune (2008), “escrever e publicar a narrativa da própria vida foi por muito tempo, e ainda continua sendo, em grande medida, um privilégio reservado aos membros das classes dominantes” (Lejeune, 2008, p. 114). Portanto, pensar nas trajetórias e nas experiências de vida dessas mulheres é também reescrever parte da história.

1. Capítulo 1: As trajetórias de dez mulheres chilenas e suas entrevistas como possibilidades de narrativas históricas.

1.1. Potencialidades e limites do uso de entrevistas de um acervo na pesquisa histórica.

Gladys Diaz, Margarita Iglesias, Maria Elena Ahumada, María Pía Matta, Patrícia Conõma Carrillo, Paulina Weber, Rosa Ferrada, Rosalba Tobar, Teresa Valdes e Ximena Valdés: são essas as dez mulheres chilenas cujas entrevistas compõem as análises realizadas neste trabalho. Eram mulheres jovens, algumas estudantes universitárias, nascidas ou criadas no Chile. Todas se identificaram assumidamente de esquerda e feministas e tinham um entendimento de luta e concepção política que se aproximava das lutas de classe e da via socialista chilena, ou seja, eram militantes pró-Allende e a luta socialista a qual ele representava.

Algumas iniciaram sua militância anteriormente à ditadura militar em partidos políticos de esquerda, outras participavam de movimentos de mulheres feministas, com pautas preocupadas com as desigualdades de gênero e as discussões teóricas acerca do feminismo e suas correntes. Nasceram entre as décadas de 1930 e 1960 e vivenciaram a Ditadura Militar chilena. Em sua maioria são mulheres de classe média e classe média alta.

A luta contra a ditadura militar promovida pelas mulheres chilenas foi um movimento de resistência política, dentro de uma conjuntura maior de ditaduras regionais, conectadas em contextos globais. Como será possível perceber:

As entrevistas do acervo, podemos dizer, propõem uma compreensão para a história do período das ditaduras do Cone Sul que tematiza a importância da memória relacionando com os estudos no campo dos feminismos e do gênero. Dessa forma, construímos um acervo mais sensível para as emoções e subjetividades, para as narrativas de mulheres que, de diferentes maneiras, vivenciaram as experiências das ditaduras: clandestinidade, resistência, tortura, militância, associações de familiares e desaparecidos, sindicatos, produção intelectual, guerrilha, lutas políticas, exílio, feminismos, inserção em movimentos sociais, lutas armadas etc. (Ire; Silva, 2019, p.391)

Assim, suas trajetórias foram ações afirmativas de uma crescente força do feminino: mulheres despontando nos cenários entendidos como públicos e reivindicando seus espaços de participação política. Para além das pautas políticas, as mulheres também questionavam estruturas sociais e repensando o feminino, reinventando novas formas de ser e existir (Rago, 2018).

Mas não só do mundo público e da esfera política institucional ocuparam-se os feminismos, que também passaram a problematizar as concepções de subjetividade e as estratégias que têm se mobilizado para criá-las. Várias feministas perguntaram e continuam perguntando pelas técnicas e práticas de

produção de si propostas por um movimento que luta justamente para libertar as mulheres da colonização de seus corpos e psiques. Enfim, criticando a identidade Mulher como forma opressiva instaurada pela lógica masculina, os feminismos resistiram a determinadas formas de condução das condutas e promoveram novos modelos de subjetividade e novos modos de existência múltiplos e libertários para as mulheres. (Rago, 2018, p. 26).

Dáí a importância de historicizar o tema partindo das trajetórias dessas mulheres. Afinal, ao falarem sobre si e sobre o que viveram, essas mulheres estão apresentando seus testemunhos de lutas sobre esses acontecimentos históricos e estão apresentando suas memórias e reverberações do fato no presente.

O dicionário online da língua portuguesa define trajetória da seguinte maneira: “[figurado] Sucessão dos acontecimentos que fizeram parte da existência de algo ou alguém”. Desse modo, trajetória está relacionada diretamente a um caminho percorrido, trajeto, mais precisamente no sentido figurado do substantivo; ela se relaciona com experiências vividas. Então, quando acionado o conceito de trajetória, refere-se diretamente às experiências de vida dessas dez mulheres. Esse assunto voltará à discussão na próxima sessão.

No artigo “Laboratório de Estudos de Gênero e História, Um Arquivo dos Feminismos das Ditaduras do Cone Sul?”, Janine Gomes da Silva (2019) faz um questionamento importante a respeito da tipificação do acervo do LEGH que faz pensar também sobre o seu uso para a realização de outras pesquisas: todo o material que faz parte do acervo do LEGH poderia ser considerado um arquivo documental?

Antes de comentar esse questionamento, cabe informar que no referido texto através de uma narrativa analítica, a autora relata brevemente parte da história do LEGH e como começaram as pesquisas do laboratório. Segundo Janine Gomes da Silva, desde março de 2004², uma equipe de pesquisadoras/es vem desenvolvendo trabalhos relacionados à temática dos estudos de gênero nos períodos ditatoriais nos países da América do Sul. Mais precisamente, a pesquisa das ditaduras começa com enfoque no Brasil e seu processo ditatorial, depois foi ampliando para os demais países. Também foram temas de pesquisas os estudos sobre os movimentos feministas, conhecido como movimento de “Segunda Onda”.

Importante dizer que essas entrevistas estão presentes nas muitas pesquisas surgidas no envolvimento dos projetos do laboratório, que resultaram em vários trabalhos acadêmicos, como dissertações de mestrado e teses de doutorado defendidas por alunas e alunos da pós-

² Fazendo uma busca e pesquisa no site do próprio laboratório temos a informação de que o mesmo foi criado a partir do Laboratório de História Social, este criado em maio de 2006. A mudança foi realizada tendo em vista as temáticas das pesquisas com mais ênfase nas relações de gênero, <https://labhoral.paginas.ufsc.br/labhoral/pesquisa> realizada no dia 26 de junho de 2023 às 22 horas.

graduação da referida universidade. Os diferentes trabalhos resultados deste projeto de pesquisa histórica abordam ditaduras na América Latina, memória e resistências, a partir da categoria de gênero.

A esse respeito, Joana Maria Pedro, Cristina Scheibe Wolff e Ana Maria Veiga (2011), relatam que alguns alunos e alunas se interessaram em pesquisar temáticas semelhantes, alunos de graduação e principalmente da pós-graduação. Nesse sentido, muitos outros projetos de pesquisas confluem para a mesma temática, ou semelhantes, o que resultou em muitas pesquisas que foram produzindo materiais para o laboratório:

Além dos projetos, em maio de 2009 organizamos o Colóquio Internacional Gênero, Feminismos e Ditaduras no Cone Sul, que mobilizou pesquisadoras, pesquisadores e protagonistas das histórias de todos esses países. Como os projetos têm propostas de pesquisa, objetivos e metodologia que se entrecruzam, assim como bases geográficas e temporais que coincidem, a equipe de pesquisa tem trabalhado em conjunto nas seguintes atividades: coleta de material em arquivos, através da digitalização de documentos; realização, transcrição e revisão de entrevistas orais; levantamento bibliográfico com a formação de um acervo no Laboratório de Estudos de Gênero e História (LEGH) da UFSC; discussão de textos, livros e metodologias; organização e participação em eventos e publicações. (Pedro; Wolff; Veiga, 2011, p. 20- 21)

Assim, percebe-se que o acervo material do LEGH apresenta uma diversidade de coleção de documentos, como periódicos, entrevistas (que em sua maioria foram produzidas por pesquisadores vinculado ao laboratório), fotografias, folhetos, fotocópias de documentos de outros acervos e centros de pesquisas espalhados pelos países que foram pesquisados: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai.

Foram para esses países que as pesquisadoras/es do laboratório viajaram e coletaram informações e fontes para suas pesquisas acadêmicas. Deste modo, foi se organizando e formando o acervo material e documental do LEGH da Universidade Federal de Santa Catarina, que como já mencionado, deu origem a várias pesquisas. Retomando o questionamento da professora Janine, quando pensa se o acervo do laboratório seria ou não um arquivo documental? Nas palavras da própria historiadora:

Destacamos a coleção de entrevistas orais pois, de certa forma, podemos dizer, é esta a coleção que possibilita o LEGH se constituir como um “arquivo”, entendido como um conjunto de documentos produzidos e acumulados. E, se a noção de arquivo vem se ampliando, o alcance do acervo de entrevistas do nosso laboratório também. (Silva, 2019, p. 155)

Assim a trajetória desta pesquisa se constrói a partir desse acervo e das entrevistas contidas no mesmo. Cabe ressaltar alguns aspectos metodológicos das entrevistas. Essas foram elaboradas, produzidas, realizadas, materializadas, transcritas e em alguns casos traduzidas para

o português. Sendo que todas foram realizadas e elaboradas dentro da metodologia da história oral, de acordo com Janine Gomes (2019).

No livro “Resistências, Gênero e Feminismos contra as ditaduras no Cone Sul”, Pedro, Wolff e Veiga (2011) contam como foi desenvolver e colocar em prática as entrevistas do projeto “Gênero, Feminismos e Ditaduras no Cone Sul” que posteriormente se desdobraram em outros projetos. Nesse sentido, as autoras refletem que, ao usar a metodologia da história oral foi preciso se aprofundar em muitas questões, como conhecer os contextos estudados, conhecer o lugar estudado, conversar com as pessoas, criar espaços de trocas de ideias e contatos para futuras entrevistadas, uma série de pontos e questões precisam ser elaboradas com antecedência. Foram feitas várias perguntas: por que entrevistar? Quem entrevistar? O que fazer com as entrevistas?

É necessário buscar pessoas, conversar com elas, motivá-las a testemunhar suas experiências, muitas vezes, experiências traumáticas, vivências que muitas delas não querem rememorar. É preciso estabelecer e conquistar um elo de confiança com a pessoa entrevistada, aí entra muito a questão da subjetividade, da empatia, e do conhecimento prévio do contexto vivido por ela. Compreender o que a pessoa está fazendo no atual momento da entrevista. Como vive? Quais seriam as motivações pelas quais ela estaria falando? Relacionar o passado com o presente para melhor se aproximar dos relatos da testemunha. Como argumentam Pedro e Wolff (2011, p. 20), “a memória é sempre produzida no presente”.

Para Elizabeth Jelin (2002), a perspectiva em se trabalhar com a História Oral é na construção e no compartilhamento de memórias e experiências. Existe a relação de quem lembra e quem reconstrói o passado e o transforma em um “relato comunicável”, isto é, o testemunho. São momentos de trocas e reconstruções que muitas vezes estão inseridas em contextos de disputas discursivas, são as relações de poder.

Para Verena Alberti (2005), ao analisar as entrevistas é sempre importante entender um todo, a entrevista dentro de alguns contextos de vidas. Em outras palavras, ela destaca, partindo da reflexão metodológica da história oral, a importância de compreender parte da trajetória do entrevistado, como também entender as intenções do entrevistador. Em suma, para analisar uma entrevista é preciso conhecer as pessoas que se envolveram nela. Compreender os objetivos que envolvem a pesquisa, o processo de produção e desenvolvimento de sua narrativa, procedimentos importantes a serem seguidos, para que o historiador e a historiadora possam de forma profissional e científica legitimar a fonte como um documento histórico e historiográfico. Nesse sentido, a autora, referenciando o historiador Arias Neto (2009), afirma que a verificação das intenções do entrevistador faz parte do procedimento da metodologia da história oral.

Verena Alberti (2005) propõe ao historiador que trabalha com fontes orais, “ouvir” suas fontes por inteiro:

A análise de um depoimento de História oral - realizada seja pelo próprio pesquisador, seja por terceiros - deve considerar a fonte como um todo. É preciso saber “ouvir” o que a entrevista tem a dizer tanto no que diz respeito às condições de sua produção quanto no que diz respeito à narrativa do entrevistado: o que nos revela sua visão dos acontecimentos e de sua própria história de vida acerca do tema, de sua geração, de seu grupo, das formas possíveis de conceber o mundo e etc. Tomar a entrevista como um todo significa ouvi-la ou lê-la do início ao fim, observando como as partes se relacionam com o todo e como essa relação vai constituindo significados sobre o passado e o presente e sobre a própria entrevista. (Alberti, 2005, p. 185)

Quando é proposto “ouvir” as fontes por inteiro, entende-se que deve percorrer um longo caminho na pesquisa, como por exemplo, começar pelo entendimento dos questionamentos que se fazem para as fontes. O que perguntar? No caso específico desta dissertação, como já dito, a situação da pesquisa fica um pouco mais complexa, já que as entrevistadas não foram ouvidas na mesma. Assim, foi preciso assumir essa leitura a partir de uma outra escuta, de outro/a pesquisador/a e buscar nesses textos as questões que interessavam à escrita apresentada aqui. Assim, de início foi buscada a história por trás das entrevistas buscando entender quando e como foram feitas as entrevistas e qual era o contexto social e político nos quais estavam inseridos. Procurou-se também mapear as trajetórias das entrevistadas e os momentos em que foram ouvidas. Na tentativa de compreender as escolhas dos entrevistadores, justamente relacionando com as temáticas abordadas.

Nesse sentido, os relatos de Pedro e Wolff (2011) permitem conhecer as trajetórias da realização das entrevistas e sobre como chegaram as mulheres entrevistadas. Também as pesquisadoras Wolff, Pedro e Veiga (2011) informam que foram realizadas duas viagens para o Chile para coletar as entrevistas e visitar lugares de memórias, conhecer espaços e movimentos de mulheres, ou seja, coletar materiais para a pesquisa. Ou seja, foram realizadas duas viagens diferentes, em anos diferentes. A primeira delas foi em 2007 e nela foram Joana Maria Pedro e Cristina Scheibe Wolff que conseguiram entrevistar seis pessoas: sendo cinco mulheres e um homem. Além das entrevistas, elas visitaram acervos de arquivos como o da Faculdade Latino Americana de Ciências Sociais (FLACSO), da Revista Isis Internacional e abriram possibilidades, contatos para outras entrevistas que foram feitas na segunda viagem.

A segunda viagem, aconteceu no ano de 2008 e dessa vez foram os estudantes Karina Janz Woitowicz e Gabriel Felipe Jacomel com a professora Joana Maria Pedro. Nessa etapa, eles realizaram 22 entrevistas. Um número bastante expressivo, se comparado com as entrevistas coletadas na primeira viagem. Importante dizer que como elas mesmas contam e

observam em suas reflexões: é importante estabelecer uma certa intimidade e confiança entre as entrevistadoras e as entrevistadas, principalmente para criar o que elas chamaram de “bola de neve”. Ou seja, conforme as mulheres vão contando uma para as outras e ficam sabendo do projeto de pesquisa, que é um projeto sério, acadêmico, com outras pesquisas já publicadas, isso conseqüentemente atrai muitas outras pessoas que querem contar suas trajetórias, imprimir suas memórias.

Das dez entrevistas selecionadas para esse trabalho, quatro foram realizadas no ano de 2007, duas em 2008, uma em 2010 e três foram feitas em 2013. As duas últimas viagens de 2010 e 2013 não possuo informações suficientes, tendo em vista, que elas foram realizadas durante e depois da publicação do livro de Pedro, Wolff e Veiga (2011) que justamente conta as experiências das viagens e a realização de parte das entrevistas.

É importante dizer que no início da pesquisa foram disponibilizadas dezoito entrevistas (de 17 mulheres e 1 homem) para a presente análise. Nesse momento já foi feita uma seleção: a entrevista com o homem foi excluída, visto que a ideia da pesquisa é o trabalho com mulheres. Essas 17 entrevistas foram lidas e estudadas sendo feitas 17 minibiografias. Conforme o avanço da pesquisa e no decorrer da escrita, foi necessário um novo recorte para seleção de entrevistas que pudesse dar foco mais consistente e direcionado ao problema de pesquisa.

O recorte das fontes foi determinado com base nas trajetórias individuais de cada uma das entrevistadas dialogando com o tema proposto. Tomo como exemplo a entrevista de Patricia Crispi³, uma das dezessete mulheres entrevistadas pelo LEGH, que viveu o exílio na Espanha, estudou teatro e iniciou sua participação em peças feministas, abordando as questões das desigualdades de gênero. Sua entrevista foi focalizada em seu envolvimento com o teatro e sua resistência à ditadura. Nesse sentido, não é meu interesse explorar a pesquisa pelo viés do teatro.

³ Patricia Crispi em 1973 durante o golpe estava no Chile em Santiago. Em 1975 foi morar na Espanha, foi um exílio voluntário e permaneceu na Espanha até 1979. Foi com uma bolsa de estudos e lá fez doutorado. No ano de 1974 começou a fazer teatro e se apaixonou. Ela se formou em Ciências Econômicas. Participou de movimentos de mulheres ligados à Igreja Católica. Estudou teatro em Barcelona. Fez parte do “Círculo de las mujeres”, que era um grupo de mulheres. Ela discursou “El discurso de las haces” várias vezes, mas se lembra de uma vez que foi muito importante, que foi no Brasil no Congresso de feministas no ano de 1985. Cada vez mais foi se envolvendo com o teatro e as peças eram geralmente de pautas feministas. Nos anos de 1982, 83 e 84 coordenou um grupo de teatro e em 1984 esteve na França. Minibiografia feita pela autora.

Da mesma forma, outras duas entrevistadas, Hilda Sotomayor Monçalves⁴ e Juana Guerra⁵ que integravam o grupo Vicaria⁶, organizado pela Igreja Católica no Chile, com um enfoque nos direitos humanos. No entanto, essas trajetórias também não se alinham à proposta de análise que estou desenvolvendo no momento.

A ênfase da minha análise historiográfica percorre o caminho das experiências com os movimentos e grupos de mulheres, feministas, partidos e movimentos políticos. Nesse sentido, algumas das dezessete entrevistas não necessitavam aparecer nesta pesquisa. Porém, outros pesquisadores e pesquisadoras do LEGH trabalharam com as mesmas entrevistas, como fontes documentais. O artigo “Falar de si, falar de nós: performances e feminilidades alternativas no teatro sul-americano (1975-1984) de Gabriel Felipe Jacomel, trabalhou com relatos de mulheres que se aproximaram do teatro e utilizaram como ferramenta artística de luta para enfrentar e denunciar os regimes ditatoriais.

[...] O teatro pensado naquele momento também se apropriou do contexto de discussão em torno das causas feministas, transformando profundamente as sociedades que questionavam no palco, torna-se importante a compreensão das minúcias e especificidades próprias dos processos criativos feministas na produção teatral, percebendo as diferentes ferramentas políticas utilizadas para engendrar uma discussão relativa às “mulheres” como sujeitos políticos atuantes em suas realidades. Dessa forma, encaramos as lutas feministas como constantes produtoras de feminilidades alternativas, organizando signos

⁴ Hilda Sotomayor Monçalves trabalhou na Universidade do Chile, mas foi demitida, pois era uma pessoa de esquerda. Trabalhava no setor de agronomia e engenharia florestal e foi acusada de dar bolsas de estudos, só para estudantes de esquerda. Hilda foi trabalhar na Vicaria logo depois do golpe. Nas Vicarias havia a participação de mulheres católicas e luteranas. Hilda conta que emprestava sua casa para fazer reuniões clandestinas durante a ditadura. Os vizinhos por vezes desconfiavam, mas nunca denunciaram. Conta que não chegou a ser presa. Hilda trabalhou por um tempo em Vicaria e depois foi morar em Antofagasta, acompanhar o seu esposo e lá permaneceu por dois anos. Vicaria foi criada em 1976 e funcionou até 1992, depois foi criado um arquivo com documentos importantes dessa organização, isso no ano de 1992. Esse arquivo contém documentos e informações importantes sobre a ditadura. A Vicaria ajudou muitas pessoas a saírem do país e se exilar. A entrevistada fala que nunca se sentiu feminista. Sobre a Vicaria, fala que, era, sobretudo, um grupo de solidariedade e após o término dessa organização, seguiu trabalhando em parcerias com a Igreja Católica em outros grupos, também de solidariedades e de direitos humanos. Minibiografia feita pela autora.

⁵ Juana Guerra fala sobre o trabalho que fazia em Vicaria. Ela conta que depois do golpe muitas pessoas foram demitidas de seus trabalhos, pessoas de posições políticas de esquerda que trabalhavam com Allende. Fala que seu marido foi demitido (Mario Pedro). Juana relata que as mulheres eram em maior número na Vicaria, conta que os homens (maridos) muitos estavam presos, por conta da perseguição da ditadura. Juana fala que “aparte de ser de izquierda éramos de iglesia”, ou seja, eram de esquerda e pertenciam como membros da Igreja Católica. Juana sempre trabalhou em Vicaria central, no departamento jurídico, explicou que cada região do país tinha sua organização e movimento. Em sua entrevista, relata que a documentação da organização da Vicaria foi preservada, acredita que toda essa documentação só não foi roubada, por conta da proteção da igreja Católica, que não deixou que estes documentos se perdessem. Por volta dos anos de 1990 Juana chegou a ser interrogada, mas não foi presa, mas relatou que temia muito que isso acontecesse. Juana contou que por duas vezes foi perseguida pelos militares. Minibiografia feita pela autora.

⁶ Vicaria de Solidariedad, foi um organismo da Igreja Católica no Chile, criado pelo Papa Pablo VI a pedido do Cardeal Raúl Silva Henríquez. Essa fundação prestava assistência às vítimas da ditadura militar do país. Vicaria foi criada em 1976 e funcionou até 1992.

sensoriais diversos em torno de determinada coletividade. (Jacomel, 2011, p. 302)

Como será evidenciado na sequência, das dez mulheres, todas se auto identificam como feministas, mesmo aquelas poucas que não militaram diretamente em grupos e movimentos feministas, como foi o caso de Gladys Diaz. Ela se identificou feminista, porém relata que nunca participou efetivamente de algum grupo ou movimento feminista. Mas até mesmo na fala de Gladys o feminismo está presente, atravessando e marcando suas experiências enquanto mulher, militante de um movimento de esquerda. Todas elas relatam em suas entrevistas que tiveram contato com o feminismo e com outras mulheres feministas, algumas das entrevistadas, leram autoras feministas, como Alexandra Kollontai; Betty Friedan; Clarita Clara Szczaranski; Danièle Kergoat; Kate Young; Kate Millett; Simone de Beauvoir, Yvonne Knibiehler, entre outras.

As leituras, os grupos em que compartilhavam o conhecimento, as angústias, as desigualdades e as violências que sofriam, foram momentos de construção de solidariedade entre mulheres. Uma grande rede de apoio foi sendo construída. Pode-se dizer que os movimentos de mulheres são frutos do atravessamento das correntes feministas na vida delas, que passavam por um momento político de extrema violência e exclusão. O feminismo se tornou um lugar de identidade e um refúgio de luta. A luta coletiva das mulheres contra a ditadura e o patriarcado.

Considerando o problema de pesquisa, ou seja, as memórias narradas e as experiências vividas por essas mulheres chilenas, especificamente relacionadas com as resistências à ditadura, foi realizada uma seleção com o objetivo de buscar nas entrevistas os relatos que mais se aproximam do tema pensando para essa dissertação. Deste modo, foram selecionadas as dez entrevistas.

Assim, para organizar a análise do trabalho de pesquisa foram delimitados 3 eixos: 1) suas trajetórias; 2) as militâncias dentro dos movimentos e partidos; 3) suas memórias de lutas. Nesse sentido, e tentando responder à pergunta, ao entrar em contato com as entrevistas, preciso conhecer suas trajetórias, pensar nas militâncias percorrendo suas memórias.

Cabe destacar que as temáticas da pesquisa foram formuladas e observadas durante a leitura das entrevistas. Nesse contato mesmo “limitado” com as entrevistas foi possível conhecer parte de suas trajetórias e organizar os temas da pesquisa, justamente levantar questionamentos plausíveis. Quais assuntos eram mais relevantes? Acontecimentos que marcaram suas trajetórias? Perdas e vitórias ao longo da militância? E outras muitas

possibilidades que percebi ao fazer as leituras das entrevistas. De maneira geral, sobressai o que elas queriam contar e não o que o entrevistador ou eu gostaríamos de ouvir.

Portanto, é importante reafirmar que as entrevistas disponibilizadas em arquivos são potentes para muitas outras pesquisas pois permitem a ampliação analítica da historiografia visto que podem ser compreendidas como testemunhos. Como analisou Paul Ricoeur (2007) ao problematizar o testemunho como fonte documental, no processo que ele chamou de operação historiográfica.

O testemunho nos leva, de um salto, das condições formais ao conteúdo das “coisas do passado”, das condições de possibilidades ao processo efetivo da operação historiográfica. Com o testemunho inaugura-se um processo epistemológico que parte da memória declarada, passa pelo arquivo e pelos documentos e termina na prova documental. (Ricoeur, 2007, p. 170)

Assim, da mesma maneira que a história e a historiografia vêm se transformando nas últimas décadas, principalmente depois do pós-guerra (Ferreira, 2018), ocorre processo semelhante com as fontes e assim é preciso ampliar o leque de fontes disponíveis aos historiadores para que novas possibilidades e caminhos sejam contemplados.

Cabe dizer ainda que entender as entrevistas partindo da perspectiva da História do Tempo Presente é parte fundamental desta pesquisa, considerando que essas mulheres contaram suas experiências de vida, o tempo da rememoração, o tempo do agora é um entrelaçamento do passado com o presente.

É pensar que a história, como a memória, é sempre revisitada com os olhos do presente; que sempre se faz uma história a partir do presente de quem a escreve, não importando o quão longínquo no tempo está o objeto da narrativa. (Pedro; Wolff, 2011, p. 37)

O presente se faz sentir em muitos sentidos: nas escolhas das memórias que serão acionadas e também como serão ditas. Em quais condições elas lembram? Elas se sentem à vontade para lembrar e contar? O contexto político e social no momento da entrevista era ou não era favorável ao ato de lembrar?

Sobre essas questões, Joana Maria Pedro ressalta em seu relato: o fator político social do Chile afetou os relatos. A autora lembra que houve diferença no número de entrevistas entre as duas viagens e que na segunda, quando fizeram mais entrevistas, foi o período do governo de Michelle Bachelet. Essa percepção não é pensada somente pelo seu gênero, mas também, e, muito importante, pelo seu viés político de esquerda.

Para Mercedes Vilanova (2005), a rememoração é uma ação no presente, é a presença do ausente que faz percorrer as memórias vivas na alma. Lembrar é transmitir no presente, o que já passou, mas que permanece vivo na memória. Portanto, quando as entrevistas são lidas

temos o contato com as lembranças das mulheres e com o que de mais importante se mantém vivo em suas memórias.

Desta forma, as memórias compartilhadas e narradas desempenham um papel significativo na construção de narrativas históricas e trabalhos historiográficos, assim como na formação das memórias coletivas de grupos sociais específicos. Nessa intersecção, encontram-se as histórias das dez mulheres chilenas cujas entrevistas, na forma de documentos e fontes documentais, oferecem uma importante contribuição para o desenvolvimento de novas perspectivas sobre o período da ditadura militar chilena. Assim, novas memórias e interpretações emergem em relação a esse contexto histórico.

Do papel do testemunho dos outros na recordação da lembrança passa-se assim gradativamente aos papéis das lembranças que temos enquanto membros de um grupo; elas exigem de nós um deslocamento de ponto de vista do qual somos eminentemente capazes. Temos, assim, acesso a acontecimentos reconstruídos para nós por outros que não nós. Portanto, é por seu lugar num conjunto que os outros se definem. (Ricoeur, 2007, p. 131)

A potencialidade das fontes orais na pesquisa histórica se inscreve na relação do passado com o presente, traz a presença do ausente entre memórias individuais e coletivas, circulando pelos contextos sociais e políticos. Os traumas da memória, as nuances de cada relato formam as dinâmicas da oralidade e se materializam em memórias narradas, as fontes documentais.

A memória coletiva terá um espaço de reflexão teórica na última seção deste texto. Portanto, as narrativas enquanto testemunho documental, deixam de ocupar espaços secundários na historiografia e passam à elevação de fontes documentais. O que possibilitou um grande avanço historiográfico e, que, sobretudo, trouxe outras vozes, memórias e lembranças do passado. As mulheres foram inseridas na inclusão histórica social que sofreu a escrita da história, ao validar outras fontes históricas.

1.2. Uma breve cronologia do contexto político no Chile.

As eleições presidenciais de 1970 no Chile foram um marco significativo na história política do país. Nesse pleito, participaram três candidatos principais: Salvador Allende, da coalizão de partidos de esquerda chamada Unidade Popular (UP); Jorge Alessandri, representando a coalizão conservadora e centrista da Direita Democrática, apoiado pelos Estados Unidos; e Radomiro Tomic, do Partido da Democracia Cristã. A Unidade Popular, liderada por Allende, era uma coalizão de partidos de esquerda que incluía o Partido Comunista,

o Partido Socialista, o Partido Radical, entre outros pequenos partidos como o MAPU (Movimiento de Acción Popular Unificado). A plataforma da UP buscava implementar reformas socioeconômicas profundas, incluindo a nacionalização de importantes indústrias, como a de cobre, e uma maior equidade social.

Allende conseguiu vencer as eleições com uma pequena margem de votos, se tornando o primeiro presidente socialista eleito democraticamente no Chile. A vitória da Unidade Popular foi interpretada como um reflexo do anseio popular por mudanças significativas no sistema político e econômico do país. No entanto, o governo de Allende enfrentou desafios consideráveis ao longo de seu mandato, incluindo a forte oposição de setores mais conservadores e o financiamento dos Estados Unidos para o enfraquecimento de seu governo e de suas medidas, como a reforma agrária (Bandeira, 2008).

O Chile passou por um período bastante tumultuado e violento durante o processo do golpe militar de 11 de setembro de 1973, que resultou na deposição do presidente democraticamente eleito Salvador Allende e na ascensão do general Augusto Pinochet ao poder e conseqüentemente se estabeleceu uma ditadura militar no país. Allende implementou reformas progressistas, incluindo nacionalização de indústrias de cobre e redistribuição de terras, a reforma agrária. No entanto, essas políticas encontraram forte oposição, especialmente de setores conservadores, militares, empresariais e dos Estados Unidos (Bandeira, 2008).

Quando aconteceu o golpe de Estado no país, algumas pessoas tinham medo do que poderia lhes ocorrer, em alguma medida, alguns já sabiam que algo aconteceria, alguma ação das Forças Armadas chilenas contra o governo de Allende para retirá-lo do poder. Naquela manhã, no dia 11 de setembro de 1973, muitas mulheres foram trabalhar e realizar suas atividades normalmente, até então muitas pessoas não sabiam do ataque que estava acontecendo ao Palácio De La Moneda⁷, que teve início por volta das 9 e 10 horas. O levante da marinha e o plano de ação para derrubar Allende do poder começou mais cedo, alguns meios de comunicação foram sistematicamente suspensos, seus sinais foram cortados pelos aviões das Forças Armadas, isso fazia parte da Operação Silêncio, o que dificultou a comunicação do presidente com o povo, para justamente não lhes avisar do que estava acontecendo.

E, por volta das 6 h 15, Allende soube pelo jornalista Augusto Olivares, seu assessor, que permanecera com ele na residência em Tomás Moro, haver recebido da Dirección de Carabineros informação sobre o movimento de tropas da infantaria de Marinha, em Valparaíso. Tentou localizar Pinochet e não o encontrou. Procurou falar com o almirante Montero, que morava em Santiago, mas não conseguiu. Uma equipe da Marinha havia cortado seu

⁷ Sede da Presidência da República do Chile, está localizado no centro da cidade de Santiago.

telefone, como parte da Operação Silêncio, que devia calar todas as rádios e sistemas de comunicação com a capital. (Bandeira, 2008, p. 533)

Os partidos e movimentos da esquerda política no Chile não tiveram chances de reagir naquele momento às incursões dos militares. Moniz Bandeira destaca a brutalidade do ataque das Forças Armadas chilenas.

Depois do ataque aéreo, com aviões e helicópteros, os carros de combate e a artilharia continuaram a destruição dos focos de resistência, até que foi desencadeada a ofensiva final, com a infantaria do Exército, fuzileiros navais e contingentes da FACH. Por volta da 14h30 as tropas de assalto tomaram finalmente La Moneda. [...] A esquerda chilena foi surpreendida ante a rápida e contundente ofensiva das Forças Armadas, tanto assim que todos os serviços essenciais (água, eletricidade, telefones) estavam a funcionar, normalmente, e foram ocupados pelos militares, logo que o dia amanheceu, sem qualquer dificuldade. [...] E as Forças Armadas trataram de esmagar o mais rapidamente possível, com uma violência inaudita, qualquer tentativa de resistência e infundir o medo na população, sobretudo nas camadas proletárias que viviam nas *poblaciones callampas*. Depois do caos, o terror. (Bandeira, 2008, p. 550)

Salvador Allende estava cumprindo seu primeiro mandato, quando foi surpreendido e cercado pelas Forças Armadas do país em um Golpe de Estado. Allende naquela manhã do dia 11 de setembro, após a invasão ao Palácio de La Moneda, no qual ele aguardava informações do levante, foi surpreendido com uma sublevação das forças armadas, que pediram sua rendição imediata. O presidente estava com alguns de seus funcionários e apoiadores políticos, estavam com ele membros de seu partido, sua família, seus médicos, alguns policiais carabineiros que faziam a defesa do palácio entre outros funcionários.

Allende, segundo Moniz Bandeira (2008), nos últimos momentos naquela manhã conseguiu comunicar-se via rádio com o povo chileno. Ele falou na rádio Magalhães, uma das únicas que não tinha sido tomada pelas Forças Armadas. As declarações evidenciam sua firmeza em não se entregar aos militares. Depois de se despedir do povo chileno, Allende foi encontrado morto embaixo de escombros no palácio. Segundo o historiador Moniz Bandeira, Allende deixou muito claro em suas mensagens ao povo, que jamais iria se entregar e assim morreria pelo país. Segundo informações de seu médico, ele teria tirado sua vida antes que os militares o fizessem.

Yo no voy a renunciar. Colocado en un tránsito histórico, pagaré con mi vida la lealtad del pueblo. Y les digo que tengo la certeza que la semilla que entregáramos a la conciencia digna de miles y miles de chilenos no podrá ser segada definitivamente. Tienen la fuerza, podrán avasallarnos, pero no se detienen los procesos sociales ni con el crimen ni con la fuerza. La Historia es nuestra y la hacen los pueblos. (Bandeira, 2008, p. 538)

Augusto Pinochet juntamente com uma junta militar, estabeleceram uma ditadura que perdurou por dezessete anos (1973-1990). Durante esse período, o Chile experimentou violações sistemáticas dos direitos humanos, incluindo prisões arbitrárias, torturas e execuções

de opositores políticos. As políticas econômicas do governo de Pinochet também introduziram reformas de livre mercado, neoliberais, que mudaram a economia chilena nas décadas seguintes.

Após a derrubada do governo Allende, os Estados Unidos se empenharam em cooperar com a ditadura civil-militar de Augusto Pinochet na implantação de um modelo econômico neoliberal, de abertura comercial e financeira, de desestatização, de restrição às atividades dos sindicatos e que viesse a integrar a economia chilena à economia americana. O Chile foi um dos primeiros países a implantar políticas neoliberais na América do Sul e no mundo subdesenvolvido em geral. De país pioneiro na implantação por via eleitoral e pacífica do socialismo, o Chile se transformou em país pioneiro na implantação do neoliberalismo, a forma radical e selvagem do capitalismo moderno, através de um regime ditatorial e sanguinário.[...] O governo de Augusto Pinochet reverteu a reforma agrária; privatizou todas as empresas que haviam sofrido intervenção e controle operário; implantou uma tarifa aduaneira externa uniforme e baixa; privatizou as empresas de capital estatal; desregulamentou o mercado de trabalho e privatizou os sistemas de previdência social, de saúde e de educação. (Butler, 2003, p. 26-27)

O regime de Pinochet deixou um legado sangrento e destruidor, marcado por crimes e violações ao povo chileno, crimes que ainda ecoam na história contemporânea do Chile.

[...] basta visitar o Cemitério Geral de Santiago do Chile, basta visitar o Muro da Memória e começar a ler os 4 mil nomes cuidadosamente cinzelados na superfície desse monumento, homens e mulheres mortos entre 11 de setembro de 1973 e 11 de março de 1990, vítimas das forças de segurança que serviram ao general Augusto Pinochet. Ao lado de quase mil nomes dessas vítimas, não se vê gravada nenhuma data de falecimento. São os mortos sem sepultura, os *desaparecidos* da ditadura. Uma superfície menor do memorial permanece vazia, uniformemente lisa, como um espelho imperfeito no qual ninguém se atreve a olhar. Nem nome nem data de nascimento. Nada. Propositadamente vazia e disponível. Ainda faltam assassinatos. Quando erigiram o monumento, em 1994, quatro anos depois da redemocratização do Chile, os arquitetos e escultores sabiam que certas famílias vítimas da repressão, que antes não quiseram revelar seus sofrimentos, agora soltariam a voz. E assim foram surgindo denúncias, execuções até então desconhecidas, e lentamente foram acrescentando novos nomes ao memorial. Mas sempre haverá vítimas cujos dados jamais serão gravados na superfície desse muro. (Dorfman, 2002, p. 7-8)

A cada dia que transcorria, mais famílias reivindicavam por respostas sobre seus entes desaparecidos, pressionando o Estado por esclarecimentos. O processo de redemocratização foi condicionado à difícil tarefa de reconciliar-se com os perpetradores de crimes, resultando em uma tentativa de apagar da história as memórias traumáticas e os atos cometidos pelos militares. Esse esquecimento imposto não se restringiu apenas ao âmbito jurídico e político; transcendeu, transformando-se em um projeto que sustentava manipulações da memória, sendo utilizado como ferramenta política para forjar e justificar a necessidade do retorno à democracia.

En estas discusiones surgen los discursos de paz social que apelan de manera recurrente al olvido de lo pasado como la única manera de lograr la paz. Este

olvido tiene diversas dimensiones. El olvido personal, el olvido jurídico, la amnesia y los consensos sobre lo que hay que olvidar para lograr el olvido. Casi siempre, la tendencia ha sido asociar la paz social al desarrollo de un proceso de reconciliación. (Lira, 2000, p. 67)

Os descontentamentos em relação às políticas de esquecimento e o perdão para os crimes da ditadura tiveram um impacto significativo na população chilena, especialmente entre aqueles que lutaram pela democracia durante os dezessete anos em que Pinochet esteve no comando do Estado. Com a chegada da democracia, houve uma tentativa de apagar o passado, priorizando a construção de um futuro aparentemente mais promissor.

Diríase que una especie de amnesia consciente/inconsciente es la que actúa en buena parte de la sociedad chilena cuando se olvida lo que sucedió en dictadura, tal vez porque para estar a tono con el país hay que fijar la vista en el futuro, y dejar de estar atrapados en un pasado doloroso, donde la traición dejó un gusto amargo para la mayoría. (Aránguiz, 2007, p. 35)

A memória cerceada foi, de certa forma, manipulada e moldada pelo mecanismo do esquecimento. A anistia, entendida como um perdão constitucional de natureza exclusivamente política, assemelha-se à amnésia, pois ambas implicam na negação das lembranças, seja por uma condição patológica ou por uma ação política, jurídica e constitucional. Ao assumir a premissa do perdão, a anistia, paradoxalmente, conduz a uma interrupção abrupta das memórias e ao apagamento das evidências, alimentando, assim, o ressentimento. A ideia de "não esquecer de esquecer" converte o perdão em uma espécie de pacto para alcançar uma "paz social", na tentativa de reconciliação com o passado (Ricoeur, 2007).

Nesse contexto, os atores tradicionais da política chilena enxergaram no esquecimento uma abordagem simplificada e prática para lidar com as "feridas" deixadas pela ditadura. No entanto, essa estratégia levantava questões cruciais sobre as reverberações de reconciliação e o enfrentamento das injustiças cometidas no passado. O esquecimento, apesar de ser considerado uma solução rápida, não apenas relegava ao silêncio as histórias e experiências daquelas que sofreram durante a ditadura, mas também cultivava tensões subjacentes que continuariam a influenciar a sociedade chilena ao longo das décadas seguintes. Portanto, é necessário conhecer outras trajetórias que percorrem caminhos contrários, no sentido de manter vivas as memórias de tantas pessoas que vivenciaram este momento de ditadura.

As experiências das mulheres chilenas não apenas revelam suas histórias de vida, mas também carregam consigo as narrativas e perspectivas de toda uma coletividade. A proposta de anistia aos criminosos militares não se configura como uma alternativa aceitável; pelo contrário, ela deve ser combatida por meio da permanência e evidência das memórias traumáticas.

Ao ouvir e dar visibilidade às histórias pessoais dessas mulheres, as memórias traumáticas emergem como uma ferramenta essencial na resistência contra o esquecimento e

na busca por justiça histórica e social. Enfrentar o passado doloroso, em vez de permitir sua anistia, é fundamental para preservar uma identidade histórica e sobretudo, combater os crimes deste período.

1.3. Trajetórias e experiências de dez mulheres chilenas nos anos de ditadura militar.

A participação das mulheres, individual e coletivamente, ocorre em todos os tempos e circunstâncias, no entanto estão ausentes das páginas da história oficial e por isso sua visibilidade é um desafio contínuo. (Contreras, 2017, p. 219)

As mulheres estavam e estão presentes nos espaços públicos e entendidos como políticos, a visibilidade e as narrativas que são escolhidas e reconstruídas para serem contadas é que permanecem em disputas. É preciso trazer para o meio público, tornar visível, o que por muito tempo permaneceu no esquecimento historiográfico. O desejo de falar, de contar suas histórias, os acontecimentos que viveram, suas experiências, as angústias que passaram, pleiteiam o exercício de ouvir e escrever para nunca se esquecer.

As mudanças das correntes e perspectivas historiográficas, também contribuíram para pensar as memórias e as histórias dos marginalizados. Para Silvia Salvatici (2005), os historiadores da história oral, a partir da década de 1960, buscaram trazer vozes que foram silenciadas historicamente, pertencentes às populações mais desfavorecidas, bem como as feministas desejavam mostrar a importância do trabalho e da luta das mulheres. Deste modo, configurou-se uma “ideia de resgate de uma história oculta” (Salvatici, 2005, p. 29).

Abrir para o diálogo as experiências narradas por mulheres chilenas que vivenciaram e lutaram contra o período ditatorial no Chile, torna-se um campo de narrativas que tem por objetivo de repensar o que foi esse acontecimento em suas vidas e suas reverberações, sobretudo, para elas, no presente.

Para Ciriza (2010), a rememoração é uma tarefa ética e política. O testemunho é uma prática política, no qual se materializa a experiência vivida. Gosto de pensar na palavra “diálogo” no desenvolvimento dessa construção narrativa, estabelecer questionamentos às fontes na tentativa de aproximação de suas trajetórias. É sempre um diálogo. Não se pretende trazer verdades, e sim questionamentos acerca do tema e das infinitas possibilidades que as entrevistas dessas mulheres permitem fazer. Quem são elas? E o que faziam? Como se relacionaram nos movimentos de resistência? A seguir, as dez mulheres são apresentadas através de aspectos de suas vidas e de suas militâncias.

Viviam suas juventudes com idades que variavam entre 13 e 37 anos. Eram mulheres e meninas envolvidas em diferentes projetos de vida, algumas terminando os estudos básicos e outras já militavam em movimentos universitários, partidos de esquerda e no MIR, como é o caso de Gladys Diaz que começou a militar no MIR a partir da data de 11 de março de 1966, ela tinha 30 anos.

Ao ingressarem nas mobilizações e atividades públicas e políticas, muitas delas não tinham experiências em projetos e movimentos políticos. Para algumas, o ingresso nas manifestações e na participação política aconteceu ativamente nas eleições de 1970, quando Allende era candidato pela coalizão dos partidos de esquerda chilenos. A Unidade Popular foi o principal ingresso às atividades políticas e populares para muitas das entrevistadas.

Algumas com mais experiências e outras muito jovens. Elas foram atravessadas pelo processo de golpe militar e ditadura em seu país. Suas juventudes foram marcadas pela violência de Estado e privações pessoais, o feminismo e os movimentos intelectuais foram restritos aos moldes opressores dos militares. Para milhares de chilenos e chilenas de um dia para o outro, suas vidas foram marcadas pelos horrores da ditadura (Paz; Cid; Bermedo, 2012). Nesse sentido, percorrer as narrativas das dez mulheres chilenas, escolhidas epistemicamente como fontes históricas para esta pesquisa historiográfica é conhecer e reconhecer as diferentes trajetórias e memórias, partindo de seus relatos como fontes documentais.

Importante pontuar e conceituar a construção da narrativa de juventude e da juventude revolucionária. Em muitos dos relatos aparece a palavra jovem, não somente no sentido etário de pensar, mas principalmente, no conceito de juventude. O que seria esse conceito? As práticas da militância parecem remeter a algo feito pela juventude mais radical que não compactua com o que já existe na sociedade. Se construiu nos países latino-americanos um conceito de “utopia geracional” como explica Caperochipi (2012), uma ideia de emancipação utópica, construída e desenvolvida a partir do rompimento colonial e tradicional dos países da América Latina. Exemplo disso a Revolução Cubana, liderada por guerrilheiros jovens e com uma certa dose de violência (BRISTOT, 2017).

Por conseguinte, o ingresso massivo de mulheres jovens em movimentos, grupos e partidos políticos passa também pelo ingresso às universidades e aos estudos marxistas. As mulheres estavam adentrando espaços tradicionalmente masculinizados ao mesmo tempo aproximavam-se de discursos e teorias guerrilheiras que idealizavam os jovens latino americanos, desenvolvendo subjetividades e identidades das militâncias de esquerda, dos grupos e movimentos armados, como foi o caso do MIR.

Essa “grande recusa” é também lida como algo juvenil, seja pela grande participação de pessoas jovens, seja pela lógica construída fora dos partidos e setores clássicos da esquerda. A juventude é um período de transformação em si mesma, uma vez que é uma fase transitória da vida e carrega consigo uma imagem do novo, período que pode ser entendido enquanto uma recusa à velha organização do país – e dos pais – e a transformação em busca de uma nova ordem social e uma nova sensibilidade humana, onde a “pressa” de jovens, em várias partes do mundo, os levaram à luta armada. (Bristot, 2017, p. 302).

Um exemplo concreto desse fenômeno é evidenciado na trajetória de Gladys Diaz, uma mulher graduada em jornalismo, que desempenhou papéis de destaque no *Movimiento de Izquierda Revolucionario* (MIR). Sua atuação não se limitou apenas ao MIR, mas estendeu-se à liderança do sindicato dos jornalistas de Santiago e à vice-presidência nacional da Confederação dos Trabalhadores dos Meios de Comunicação, ilustrando a interconexão entre educação, ativismo político e participação em movimentos de esquerda. Em 1971, Gladys ganhou um prêmio como melhor jornalista mulher, mas renunciou devido aos patrocinadores do mesmo, cujo produto colocava as mulheres no “papel de objeto”, segundo as palavras da entrevistada. O discurso de renúncia é mencionado na entrevista, mas infelizmente não tive acesso a ele. Porém, é possível saber do mesmo e desta experiência através de seu depoimento. Na entrevista, Gladys comenta que este acontecimento marcou sua trajetória enquanto mulher e feminista.

Nesse ano também conquisto o prêmio como a melhor jornalista mulher... E o rechaço. Porque era um prêmio financiado pela Fundação Helena Rubenstein, que tinha uma coisa com o clube União que reunia todos os embaixadores e eu me apresento a eles e renuncio com uma declaração: “Porque não aceito um prêmio que é financiado por aqueles que fazem da mulher uma mulher objeto...”. (Diaz, 2007, p. 10-11)

Ela esteve presa por dois anos nos anos de ditadura, foi torturada na prisão e dada como desaparecida pelas autoridades e alguns familiares. Também viveu um período de exílio na Alemanha, na Itália e na Nicarágua. Assumidamente feminista, Gladys relata ter ocupado espaços de poder ao longo da sua trajetória como dirigente do MIR, espaços extremamente masculinizados. Na entrevista fala da importância de estar nesses cargos e como teve que mudar seu jeito de ser para ocupar esses ambientes. Ela chama de “feminilidade” um certo conjunto de formas e maneiras de agir das mulheres. Segundo as palavras de Gladys “Nesse caminhar perdi parte de minha feminilidade” (Diaz, 2007, p. 11).

A questão despertou o interesse da entrevistadora que a questionou sobre o que ela queria dizer com a ideia de “perder a feminilidade”. Ao que Gladys respondeu:

É que eu creio, digamos que a mulher tem uma quantidade de características que lhe são próprias de alto valor: intuição, a capacidade de persuadir, o uso, digamos, de um monte de características que passam pela emotividade. Eu me converti em uma pessoa que golpeava a mesa, que insistia, digamos. Eu me

pus de “igual para igual” com os homens, usava dos mesmos métodos, que não são os mesmos da mulher. A mulher é muito limpa, muito transparente, a mulher não necessita alarde. No campo da política, quando estás com os homens isso é inevitável, senão perdes o espaço, senão, não te respeitam. Então eu senti que havia feito concessões nesse plano. Eu não gostei, num momento da minha vida, eu não gostava mais. Então, isso tem muito a ver com o trabalho que faço hoje em dia, faço um trabalho de desenvolvimento pessoal, como recuperar o feminino, não somente as mulheres, mas os homens, que recuperem sua parte feminina. (Diaz, 2007, p. 11-12)

Partindo desse recorte da entrevista de Gladys, pode-se discutir muitas questões, como a própria interpretação do que é ser mulher e o que isso representa para ela. Não esquecendo, evidentemente, do contexto altamente machista que a mesma nasceu, conviveu e se tornou mulher. No que ela mesmo fala, foi dirigente num meio extremamente masculinizado. Pensar a feminilidade como um resgate de si, e de sua identidade feminina. Não que a feminilidade exista para todas, em absoluto, mas pensar o que significa para Gladys? Justamente, neste momento de abandono de suas características próprias.

A entrevista de Gladys foi realizada na cidade de Santiago em junho de 2007 e as entrevistadoras foram Joana Maria Pedro e Cristina Scheibe Wolff. Possui 46 páginas, é uma entrevista relativamente extensa, comparada com as demais. A entrevistada fala bastante de sua militância política e seu viés de esquerda mais revolucionário. Conta sobre suas relações familiares, o relacionamento com o filho, os envolvimento amorosos e as transformações que foi passando ao longo de sua trajetória.

Inclusive, relata sua transformação na percepção da luta e da militância. Acredita que não se faz uma revolução em um país com algumas pessoas, com bombas caseiras e armas, e reflete dizendo que a revolução só acontece quando os jovens e a sociedade boicotam o sistema capitalista. Em sua visão, a luta armada não deu conta e não dá para fazer frente às grandes empresas capitalistas, que por sua vez, dominam as estruturas sociais e políticas nos países ocidentais. Principalmente inserido no sul global.

Margarita Iglesias nasceu em 1957 na cidade de Santiago no Chile, foi militante do MIR, e começou sua militância aos 12 anos no colégio, participando de grupos onde os alunos e alunas trabalhavam em comunidades populares. Filha de uma família de esquerda e cujo pai era do Partido Socialista Chileno. Doutora em História, Margarita Iglesias morou em Paris nos anos de 1984 e 1985 e participou de movimentos feministas. Trabalhou como jornalista em projetos que debatiam as questões de gênero e feminismo. Possui importantes trabalhos acadêmicos sobre as discussões de gênero e ditaduras nos países da América do Sul (2010).

Militante e estrategista política do MIR, Margarita Iglesias passou pelo treinamento armado em Cuba nos anos de 1978 e 1979, e foi neste momento que teve uma experiência

conflituosa com o Movimento. Ela comenta que foi quando percebeu o problema do machismo dentro do MIR. Na ocasião, a mesma teve uma gravidez não planejada e começou a sofrer punições e limitações dentro do MIR.

O testemunho de Margarita Iglesias é bem significativo para refletir sobre as limitações das militâncias impostas às mulheres. Como visto, ela comenta que quando o MIR começou a limitar sua atuação dentro do movimento e também nas decisões políticas, por conta de sua gravidez, foi quando tomou consciência das desigualdades e injustiças praticadas com as mulheres no movimento. Porém, as mulheres não fazem filhos sozinhas, muitos homens do próprio MIR engravidavam suas parceiras, e, no entanto, somente as mulheres eram limitadas e de certa maneira censuradas. Justamente, pela questão de o cuidado ser algo atrelado e “naturalizado” às mulheres.

A entrevista com Margarita Iglesias foi realizada na cidade de Santiago, Chile, em junho de 2007. Suas entrevistadoras foram Joana Maria Pedro e Cristina Scheibe Wolff, seus relatos possuem 38 páginas, nas quais ela fala de sua militância no MIR e também sua aproximação com os movimentos feministas, sobretudo, o contato com as feministas, quando viveu em Paris. Outras relações pessoais também são relatadas em sua entrevista. Tais aspectos serão pormenorizados na sequência do trabalho.

A terceira mulher a ser apresentada é Maria Elena Ahumada, que desde muito jovem se envolveu com os movimentos de luta política e social. Ela é formada em pedagogia e lutou pelos direitos das mulheres, principalmente durante os anos de ditadura militar. Relata que sua família é de esquerda, seu avô foi fundador do Partido Socialista no Chile, e trabalhou no movimento cristão, movimentos pela solidariedade e em grupos de luta pelos direitos humanos. Maria Elena Ahumada, conta que muito cedo começou a lutar pelos direitos das mulheres e pela igualdade entre os gêneros. Dois dos movimentos em que militou por bastante tempo foram o Movimento de Luta pelos Direitos dos Trabalhadores (CODEPU) e o Comitê de Defesa dos Direitos das Mulheres (CODEM).

Eu defendia desde jovem os direitos das mulheres, sempre o fiz desde que era jovem, [...] mas também o movimento dos direitos civis, portanto, principalmente mulheres, sempre estávamos preocupados em alcançar direitos iguais, então, é isso que eu posso lhe dizer que, para nós, lutamos por nossos direitos, por nossos espaços, queríamos igualdade, queríamos igualdade, então viemos o golpe de golpe. (Ahumada, 2013, p. 4)⁸

⁸ “Yo si defendía desde jovencita los derechos de las mujeres, siempre lo he hecho desde joven, [...] pero también del movimiento de derechos civiles, por tanto nosotras particularmente mujeres siempre estábamos preocupadas de alcanzar igualdad de derecho, entonces, yo eso es lo que te puedo decir que para, para nosotras, nosotras si luchamos por nuestro derechos, por nuestros espacios, queríamos igualdad, después vino el golpe de estado.” (Ahumada, 2013, p. 4). Tradução da autora.

Maria Elena Ahumada nasceu no Chile, estudou pedagogia na Universidade do Chile e durante os anos de ditadura no país fez parte de organizações como o Codepu, organização não governamental de direitos humanos fundada durante a ditadura militar.

Teresa Valdés é a quarta entrevistada. Nasceu na cidade de Santiago, no ano de 1951, é socióloga de formação e exerceu sua profissão por muito tempo. Começou a militar quando era estudante na universidade no Movimento Popular Unitário (MAPU), onde havia muitos de seus conhecidos e familiares. Antes do golpe, militou neste movimento e contou que o MAPU era um pequeno partido de burgueses de origem cristã.

Sua entrevista foi concedida no dia 25 de junho de 2007, suas entrevistadoras foram Joana Maria Pedro e Cristina Scheibe Wolff. Seus relatos possuem 13 páginas em que fala sobre sua identificação com o feminismo, a luta contra a ditadura, entre outras experiências. Conta que participou de organizações de mulheres nas quais realizavam estudos sobre o feminismo, organizaram manifestações políticas e atos pela democracia e pelos direitos das mulheres.

Teresa Valdes trabalha desde 1981 na Faculdade Latino Americana de Ciências Sociais (FLACSO) como professora e pesquisadora. Suas pesquisas são voltadas para os estudos das mulheres trabalhadoras chilenas, sobretudo, mulheres de camadas mais populares. Em seu livro “*Venid, Benditas de mi Padre. Las Pobladoras sus Rutinas y sus Sueños*” (1988), traz o cotidiano dessas mulheres trabalhadoras, pensando suas trajetórias de vida, seus sonhos, o comportamento reprodutivo, entre outras questões.

A propósito, cabe dizer que este livro, escrito por Teresa Valdes (1988) abre muitas possibilidades de análises e interpretações para pensar o cotidiano e as trajetórias das mulheres chilenas, no geral, mas sobretudo, traz ricas informações sobre a própria Teresa Valdes e seu envolvimento, sua pesquisa com as mulheres trabalhadoras. Sua trajetória enquanto pesquisadora e professora ajuda a conhecer a militante e feminista que foi. Segundo ela, à medida em que foi se identificando com suas fontes, seu trabalho foi se tornando uma autobiografia.

Maria Pía Matta nasceu na cidade de Valparaíso, no Chile em 1959 é formada em jornalismo pela Universidade do Rio de Janeiro. Sua entrevista possui 20 páginas e está em espanhol, sua entrevistadora foi Gabriela M. Marques. Maria Pía Matta conta que nos anos 1980 viveu no Brasil e aqui teve contato com movimentos feministas e movimentos sindicais, relata que viu o Partido dos Trabalhadores (PT) nascer.

Quando retornou ao Chile em 1989, foi trabalhar na *Rádio Tierra*, e logo após a redemocratização no Chile em 1992, começou a trabalhar em *La Morada*, uma associação para mulheres que mantêm projetos que ajudam mulheres de camadas populares. Além disso, essa

associação prestava apoio psicológico às mulheres que nela participavam. Esse serviço não é oferecido atualmente, devido às dificuldades financeiras de mantê-lo. Maria Pía Matta, na época da entrevista (2013), estava na função de presidenta da *Corporación La Morada*, tendo sido também vice-presidenta da Associação Mundial de Radios Comunitarias (AMARC) em 2010.

O engajamento social e político de Maria Pía Matta é relevante para pensar parte de sua trajetória enquanto militante contra a ditadura militar e, também, relacionar suas experiências com as discussões feministas e todo seu engajamento com a luta por direitos das mulheres e mais participação na política. No começo de sua entrevista, relata a angústia que foi o processo de redemocratização no Chile e o quanto essa redemocratização foi pactuada com os agentes militares, os mesmos violadores dos direitos humanos do período ditatorial. Nesse sentido, fala que criaram um movimento de mulheres que se chamava, Movimento de Mulheres de Memória, a maioria delas eram mulheres jovens, feministas e de esquerda.

Paulina Weber, durante a ditadura de Pinochet trabalhou no *Movimiento Pro Emancipación de la Mujer Chilena* (MEMCH 83), uma das organizações mais antigas do país. Na atualidade continua sendo integrante dessa organização e é também coordenadora do movimento. Foi exilada na Alemanha e lá, em 1983, juntamente com os grupos no exílio, criou uma história de “*recopilación*” e publicaram na revista “*Nosotras*” (que entrou clandestinamente no Chile) e com a ajuda das mulheres da Tchecoslováquia. Sua entrevista tem 27 páginas, foi realizada em 2013, a entrevistadora é Gabriela M. Marques. A entrevista não teve tradução para o português, permanecendo na língua original, espanhol.

Paulina em sua entrevista fala sobre seu envolvimento e militância do MEMCH 83 e relata a importância dos movimentos de mulheres para a organização das militâncias e as resistências contra a ditadura. Muitos desses movimentos, como é o caso do MEMCH, agrupavam várias pessoas juntas, não necessariamente dos mesmos setores. Por exemplo, participavam no MEMCH 83 mulheres de esquerda que faziam parte de partidos e movimentos políticos, pessoas no geral vindas de organizações vinculadas aos movimentos de igreja pela luta dos direitos humanos, feministas oriundas de grupos e movimentos feministas que traziam a reivindicação das desigualdades de gênero para o debate.

Contudo, o que ela ressalta é a rede que foi sendo criada partindo desses movimentos de mulheres para dar um suporte e buscar resistência em meio a população que mais necessitava naquele momento. Ou seja, aquelas pessoas que perderam seus parentes e buscavam nos movimentos um lugar de respostas não obtidas pelo governo e um espaço de apoio e refúgio.

Ximena Valdes concedeu a entrevista na data de 28 de junho de 2007 na cidade de Santiago, no Chile, para Joana Maria Pedro e Cristina Scheibe Wolff. Seu relato possui 24

páginas e foi traduzido para o português. Ximena Valdes é formada em geografia pela Universidade de Paris VII, fez mestrado nesta mesma instituição, seu doutorado foi em Estudos Americanos na Universidade de Santiago do Chile, onde foi professora.

Na entrevista, Valdes fala de seu contato com o feminismo e os movimentos feministas que aconteceram durante sua estadia na França como estudante universitária. Conta também sobre seu envolvimento e participação em movimentos de mulheres, como o grupo de reflexão feminista “*Círculo de Estudios de la Mujer*”. Ela trabalhou com grupos agrários e mulheres do campo, devido à sua formação, tinha uma preocupação com as mulheres trabalhadoras do campo e suas lutas e reivindicações.

Conta ainda que quando viveu na França nos anos de 1967 a 1969, se casou com um francês e aos 21 anos de idade teve seu primeiro filho: “eu era uma latino-americana de 21 anos” que vivia num país estranho com pessoas que não eram seus familiares. Depois disso ela se aproximou dos movimentos feministas, pois precisou fazer um aborto, e procurou ajuda e indicações.

E em 74 eu me aproximei... Até então do feminismo, nada, eu não sabia nada. Eu me aproximei das mulheres que estavam no LAP2. Mouvement de Libération des Femmes Française. Porque eu tinha que fazer um aborto. E fiz um aborto por aspiração. Então foi o primeiro contato com essas mulheres. (Valdes, 2007, p. 4)

No ano de 1978, Ximena regressou ao Chile e começou a trabalhar na Faculdade Latino Americana de Ciências Sociais (FLACSO). Foi nesse momento que começou a se envolver com os movimentos de mulheres, principalmente movimentos feministas, grupos de estudos e reflexões de gênero e, também, assuntos políticos. Ximena conta que foi então que iniciou seu contato com mulheres trabalhadoras do campo. Era do seu interesse saber como viviam essas mulheres campesinas e como estava a situação das políticas públicas no campo, principalmente a questão da reforma agrária no país.

E eu sabia muita coisa sobre a situação nacional da agricultura, a reforma agrária, a regionalização da agricultura e passei a trabalhar com testemunho rural de mulheres rurais indígenas para ver um pouco qual era a experiência, desde o discurso feminino. Ver a história recente da sociedade rural, como haviam aderido à reforma agrária, como viviam a discriminação de raça, racial. (Valdes, 2007, p. 5)

A entrevista com Patricia Coñoma Carrillo foi realizada no dia 20 de novembro de 2007, na cidade de Santiago no Chile e a entrevistadora foi Joana Maria Pedro, seu relato possui 22 páginas. Patricia Coñoma Carrillo, que de todas as dez mulheres entrevistadas, é a única que se identifica mapuche: “Meu nome é Patrícia Coñoman Carrillo. Eu sou Mapuche.” Seu sobrenome significa “Ninho de Condor”, o que ela explicou:

O condor é um pássaro nacional do Chile. É isto que significa meu sobrenome. Eu nasci em 21 de outubro de 1951. Tenho 57 anos, tenho quatro filhas, hoje em dia eu sou avó, tenho oito netos. Minha profissão foi como têxtil como sastre, minha primeira profissão foi sastre...(Carrillo, 2007, p. 3)

Quando ela se refere a sua profissão, sastre, é referente aos trabalhadores das fábricas têxteis, mais precisamente ela trabalhava na fabricação de camisetas. No início da ditadura, em 1975, Patrícia conta que perdeu seu marido, os militares o assassinaram pois ele era líder sindicalista. A partir deste momento, Patrícia teve que trabalhar na fábrica para sustentar suas duas filhas, que eram crianças pequenas quando perderam o pai. Retomarei parte da trajetória da entrevistada no capítulo 2.

Referenciando o povo Mapuche que são originários da América do Sul, mais precisamente da região centro-sul do Chile e do sudoeste da Argentina. Os Mapuches compõem uma importante parcela populacional indígena da América do Sul, sendo a terceira⁹ mais numerosa (BARRERA, 2006). Ocupantes históricos dos territórios ao sul do Chile e da Argentina, próximo a região da Cordilheira dos Andes. Ao sul do Chile, o território também é conhecido de Região Araucanía, localizada a 700 km da capital Santiago. Nessa região se concentra a maior porcentagem populacional de Mapuches do país. Sendo um território de ocupação antes mesmo da colonização espanhola.

Sua presença nesta região não é simplesmente uma questão numérica, a visibilidade deles neste território é de um peso importante. Isto tem a ver com a presença de um movimento organizacional consolidado e atuante na cena nacional e local. Diz respeito também à existência de comunidades muito ativas do ponto de vista cultural concentradas em manter, transmitir, atualizar e reproduzir práticas culturais ancestrais. (Barreira, 2006, p. 8)

Além do contexto histórico e cultural, a importância de se manter viva toda uma ancestralidade é presente nos relatos de Patricia Coñoma Carrillo, que também foi integrante da Confederação Nacional das Federações dos Sindicatos do Chile, conhecida como Contetin. Identificando-se como uma mulher indígena e feminista, ela se destacou em diversas frentes, desde resistir à ditadura militar até lutar pelos direitos humanos e participar ativamente de movimentos sindicais. Sua trajetória, traduzida para o português, oferece importantes referências sobre a intersecção entre ativismo feminista, trabalhista e político, identidade indígena, luta por justiça social e étnica.

Rosa Ferrada é a nona mulher a ser apresentada. Nasceu em novembro de 1937, na cidade de Santiago no Chile. Foi estudante de pedagogia na Universidade do Chile, casada e

⁹ Segunda a dissertação de Bárbara Bustos Barrera, os mapuches possuem a terceira população indígena mais numerosa da América do Sul, os mais populosos são os Quíchuas e Aimas. Disponível em <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/89244/245436.pdf?sequence=1&isAllowed=y>

mãe de dois filhos. Atuou como integrante e militante do Partido Comunista Chileno, começou sua militância na juventude dentro do partido. Em sua entrevista foram abordados temas como ditadura, feminismo e movimentos de mulheres. Conta que viveu em Cuba nos anos da Revolução Cubana e que depois, quando teve o golpe no Chile, ela e sua família tiveram que se exilar; viveram na Alemanha.

Sua entrevista foi realizada no dia 3 de agosto de 2010, na cidade de Santiago no Chile, sua entrevistadora foi Gabriela M. Marques. Seus relatos possuem 47 páginas e permanecem em espanhol. Esta entrevista por ser umas das mais extensas e, também, por estar na língua original, foi uma das que demandou mais tempo e cuidado para leitura e análise.

Rosa Ferrada trabalha com os movimentos de mulheres e movimentos feministas até os dias de sua entrevista, ou seja, uma mulher ainda muito atuante. É uma das características de todas elas, continuarem seus trabalhos em movimentos e muitas ainda ligadas às Universidades e às pesquisas. A potencialidade das falas da entrevistada que contribui bastante com sua longa trajetória dentro dos movimentos partidários políticos, os movimentos de mulheres e os movimentos feministas. Evidencia ainda mais as múltiplas tarefas femininas e suas atuações em espaços masculinizados.

Por fim, a décima entrevistada é Rosalba Tobaró, que é a única das dez mulheres que não nasceu no Chile, mas que viveu boa parte da sua vida no país. Nasceu na Argentina, em Buenos Aires em dezembro de 1941 e com 22 anos de idade se mudou para os Estados Unidos para fazer doutorado em economia; em 1972, foi morar e trabalhar no Chile e trabalhou na Universidade do Chile. Sua entrevista tem como tema central o envolvimento da entrevistada com os movimentos feministas no Chile, e foi concedida dentro do Centro de Estudos da Mulher (CEM). Seu relato possui 18 páginas e foi realizado no dia 8 de outubro de 2008 na cidade de Santiago no Chile, seus entrevistadores foram Joana Maria Pedro e Gabriel Jacomel.

Rosalba Tobaró conta que quando viveu nos Estados Unidos não teve muita aproximação dos movimentos feministas, ela fala também que foi o período da Guerra do Vietnã. Ela viveu um período da ditadura Argentina na década de 60, depois foi morar no Chile para trabalhar na Universidade. Rosalba conta que não sabiam o que era realmente na prática uma ditadura, ficavam sabendo dos desaparecidos, mas não tinha muita ideia do que iria acontecer nos próximos anos do regime.

Dez mulheres com vidas e histórias distintas, mas com uma situação comum atravessando suas trajetórias: o golpe militar que depôs Allende e que foi um marco na vida de todas essas mulheres. Uma brusca e abrupta ruptura em suas atividades do cotidiano, bem como de suas tarefas políticas, profissionais e pessoais. Muitas mulheres relatam que viram suas vidas

e seus projetos desmoronarem, assim também viram serem destruídos os trabalhos e a organização que fora construída durante os anos de governo da Unidade Popular (Aránguiz, 2007, p. 82).

Na minha vida há uma ruptura, uma mudança absoluta. O golpe mudou minha vida. [...] Tudo isso, uma casa que estava sendo comprada que se perdeu, todo um projeto familiar, um projeto pessoal, toda uma coisa que se perdeu. E você não só perde isso, mas perde seus amigos, perde seus colegas... (Odeja, 2002, p. 83)¹⁰

Tínhamos tudo e de um dia para o outro não tínhamos nada, foi como uma perda. Uma morte que você lentamente começa a assimilar. Você deixou de ver um monte de companheiros, agora viu um ou dois e começou uma vida normal em macas. (Aránguiz, 2002, p. 85)¹¹

No golpe de Estado a situação foi de uma gravidade que quase não pode ser descrita, no sentido de que todas as liberdades possíveis foram tiradas, a única liberdade que tínhamos era a liberdade de pensar e, no entanto, havia uma opção para desenvolver no Chile desde o primeiro ano, uma resistência contra a ditadura. (Ahumada, 2013, p. 4)¹²

Neste momento bastante delicado na vida dessas mulheres, a militância ganhou um caráter diferente, no sentido de uma urgência de luta pela vida e pela liberdade de viver. Como disse Maria Elena Ahumada em sua entrevista, foi preciso desenvolver uma alternativa para tentar responder àquela realidade.

Essas mulheres, assim como outras mulheres chilenas experimentaram uma abrupta interrupção em suas vidas, em seus projetos e planos com o golpe do 11 de setembro de 1973. Entretanto, se (re) organizaram para fazer resistência ao regime ditatorial e continuaram suas rotinas, mesmo com tantas limitações. Sobretudo, é importante pensar nas trajetórias das dez mulheres chilenas que lutaram, se organizaram, resistiram, sobreviveram à ditadura e contam suas memórias.

A militância em tempos de ditadura não foi tarefa fácil e simples, elas precisaram se reinventar como mulheres de luta. No próximo capítulo, será aprofundado as questões das militâncias, como: Em quais grupos estavam se organizando e militando? O que significou a

¹⁰ “*En mi vida es el quiebre, un cambio absoluto. El golpe me cambió la vida. [...] Todo eso, una casa que se estaba comprando que se perdió, todo un proyecto familiar, un proyecto personal, toda una cosa que se pierde. Y no solamente se pierde eso, sino que pierdes los amigos, pierdes los compañeros...*” (Odeja, 2002, p. 83). Tradução da autora.

¹¹ “*Lo teníamos todo y de un día por otro no teníamos nada, fue como una pérdida. Una muerte que empiezas a asimilar de apoco. Ya dejaste de ver a una pila de compañeros, ahora veías a uno o dos, y empezabas una vida entre camillas normal.*” (Aránguiz, 2002, p. 85). Tradução da autora.

¹² “*En el golpe de estado la situación fue de una gravedad que casi no se puede describir, en el sentido que se acabaron todas las libertades posibles, la única libertad que teníamos era la de pensar y, sin embargo, hubo una opción por desarrollar en Chile, desde el primer año, una resistencia contra la dictadura.*” (Ahumada, 2013, p. 4). Tradução da autora.

militância para elas? Como foram as lutas e suas resistências ao longo da ditadura? E como aconteceu a militância feminista nos grupos e movimentos?

2. Capítulo 2: Militância, feminismo e questões de gênero presentes nas experiências de luta.

2.1. As mulheres nas organizações, coletivos e as redes femininas.

Para iniciar este capítulo, é crucial estabelecer um esclarecimento sobre o uso da palavra "militância". De acordo com análises historiográficas realizadas por Aránguiz (2007), Carrillo, Hernandez e Bermudo (2012), Pedro e Wolff (2010), bem como Blay e Avelar (2017), é possível compreender que a militância está intrinsecamente ligada às identificações das mulheres e às suas experiências narradas. Portanto, é importante destacar que as próprias entrevistadas se autodenominam militantes.

É precisamente a identificação e a designação que cada uma atribui à sua experiência de vida que conferem autoridade e legitimidade à sua trajetória de militância. No caso analisado aqui, trata-se de uma militância que se baseia na ideia de associação com alguma forma de luta contrária à ditadura, à opressão política e também relacionada às desigualdades de gênero e classe.

Ressignificando o tempo das primeiras anarquistas sem-deus-nem-patrão-nem-marido-nem-partido, [...] centenas de mulheres que se apresentavam a partir de uma crescente realidade muito bem-vinda em amplos setores opostos ao regime militar, [...]. A partir daí, contrapôs-se uma cultura de vida, o desdobramento do prazer e da beleza podiam também existir. Tudo isso e mais a partir de mulheres que politizaram o cotidiano e deslegitimam toda a ordem existente. (Largo, 2017, p. 110)

Nesse conjunto de entendimentos das reivindicações, as mulheres se colocam em lugares de oposição, ou seja, contrárias às estruturas sociais, econômicas e políticas que estavam postas no cenário dos países do Cone Sul. Partindo da premissa de luta e oposição, é importante destacar que as mulheres que se apresentam nesses cenários conflituosos e violentos não possuem uma homogeneidade, muito pelo contrário, são mulheres de diferentes lugares e ocupam distintas posições.

O entendimento da luta e do enfrentamento à ditadura se modifica de mulher para mulher, isso significa que a forma de resistir e lutar eram diferentes, enquanto umas foram presas e torturadas, outras estavam engajadas em diferentes setores do combate à ditadura. E muitas delas passaram por tudo isso, ao longo de sua trajetória. Contudo, de certa forma e à sua maneira, todas lutaram e resistiram à violência da ditadura e os efeitos sociais, políticos e econômicos que ela produziu.

Desse modo, as militâncias de cada uma das dez entrevistadas foram compreendidas com suas semelhanças e particularidades, desta forma, foram organizadas e analisadas de

maneira individual, trabalhando na organização e divisão das entrevistas, de acordo com os temas que mais aparecem em suas narrativas. Lembrando que as construções das tabelas produzidas para o trabalho que estão no apêndice, ajudam a visualizar as trajetórias das entrevistadas.

Portanto, vale ressaltar que cada entrevista possui um “tema” mais relevante, isto significa, que em algumas entrevistas o feminismo aparece mais, já em outras o MIR tem mais destaque e assim vão se desdobrando as narrativas. Cada uma delas contou o que mais foi significativo em sua trajetória.

Pode-se dizer que os grupos de mulheres, grupos feministas e o MIR aparecem nas dez entrevistas. Nesse sentido, a organização deste capítulo será partindo das temáticas de grupos de militância. Assim foi feita uma segmentação para melhor sistematizá-las:

- Grupos e movimentos de mulheres, feministas ou não, mas com predominância feminista. Neste segmento, nomeado como Grupos e movimentos de mulheres, muitas das entrevistadas aparecem. Sete delas relatam ter envolvimento e participações em grupos de mulheres. São elas: Maria Elena Ahumana, María Pía Matta, Teresa Valdes, Ximena Valdes, Rosalba Tobaró, Rosa Ferrada e Paulina Weber.
- Grupos de Luta (mais voltados à ligação de partidos de esquerda e movimentos de luta armada, como o caso do MIR) e grupos de sindicatos, como as mulheres campesinas e o sindicato dos jornalistas, que serão abordadas mais à frente. Fazem parte destes grupos os relatos de Gladys Diaz, Margarita Iglesias, Patricia Coñoma Carrillo e Ximena Valdes.

Nas entrevistas, essas mulheres fazem referência a mais de 27 grupos, entre eles 19 são grupos e movimentos de mulheres, destinados às mulheres. Alguns deles são: *La Morada*; Centro de Estudos da Mulher; Círculo das Mulheres; Hormiga; Organização de Solidariedade e de Promoção aos Direitos das Mulheres; Comitê de Defesa dos Direitos das Mulheres (CODEM); Mulheres pela vida; Movimento Pró-emancipação da Mulher Chilena (MENCH 83), entre outros. Para ver cada grupo e suas especificidades pode ser consultada a tabela 4 (apêndice D).

Neste segmento classificado como Grupo de Luta, predomina as narrativas com os envolvimento de militantes no MIR. A entrevista de Gladys Diaz que militou por muito tempo no MIR, e depois do golpe de 1973 passou a fazer parte do Comitê Central, sendo a primeira mulher dirigente Nacional do MIR. Também se apresenta a entrevista de Margarita Iglesias,

que também militou no Movimento de Esquerda Revolucionário, inclusive trabalhou no Comitê Nacional do MIR.

Ainda nesse segmento dos grupos ligados a sindicatos e/ou a instituições trabalhistas, aparecem as seguintes depoentes: Patricia Coñoma Carrillo, Ximena Valdes e Gladys Diaz. Percebe-se que muitas das depoentes aparecem em mais de um segmento, algumas vezes pode aparecer em quase todos, isso mostra a diversidade das trajetórias e, também, a acumulação de tarefas e atividades dessas militantes. Esse assunto será tratado no próximo subcapítulo.

A esse respeito, a obra de Tobar, Catalán e Caviedes (2003) “ *¿Un nuevo silencio feminista? La social en el Chile transformación de un movimiento posdictadura*”, apresenta uma definição do que seriam as nomenclaturas e as principais características das organizações femininas e feministas no Chile durante os anos de ditadura militar e no período de redemocratização. Conforme a pesquisa, eles identificaram seis categorias de organizações dentro do campo de atuação feminista (Tobar; Catalán; Caviedes, 2003, p. 115):

- Coletivos: São grupos menores, muitas vezes sem uma inscrição jurídica formal. Eles geralmente têm recursos financeiros limitados, não possuem uma distribuição clara de responsabilidades e serviços, e seu funcionamento depende, em grande parte, de trabalho voluntário.
- Coordenadorias: São organizações sem personalidades jurídicas e não possuem recursos permanentes, buscam ações e estratégias de mobilização e articulação política. Assim como os coletivos, têm recursos financeiros limitados.
- ONGs (Organizações Não Governamentais): São organizações formalmente registradas e estabelecidas e possuem personalidade jurídica. Elas desenvolvem estruturas de trabalho formais, com uma distribuição específica de tarefas e atribuições. Recebem alguns recursos financeiros não permanentes, isto é, dependem de projetos para seus financiamentos e, em alguns casos, contam com profissionais especializados remunerados. Muitas vezes, suas tomadas de decisão seguem uma estrutura pré-estabelecida.
- Redes: Estas são articulações de pessoas que podem ser formadas por ONGs e outras organizações. Elas podem ter uma estrutura formal ou menos formal e, por vezes, recebem ou não recursos financeiros. Suas funções e objetivos geralmente se concentram em tópicos como violência sexual e doméstica, bem como direitos reprodutivos.
- Programas de Estudos de Gênero: Essas instâncias são criadas dentro de instituições de educação superior, como universidades e institutos profissionais. Elas são compostas

por alunos interessados em pesquisa e investigação sobre questões de gênero. Possuem uma estrutura organizacional estabelecida e recebem financiamento das instituições de origem. Geralmente, desenvolvem cursos e especializações na área de Estudos de Gênero.

- Meios de Comunicação: Esse segmento faz referência às organizações como rádios, revistas, televisão, jornais que têm como objetivo fomentar e produzir pensamento e informações, neste caso, estão diretamente relacionadas ao feminismo. Apresentam uma estrutura interna com divisões de trabalho específicas e muitas vezes contam com financiamento externo.

Essas categorias representam a diversidade e a complexidade das organizações e ações relacionadas ao feminismo e aos estudos de gênero no Chile durante um período desafiador de sua história. E fornecem uma base fundamental para compreender a rica contribuição das lutas e movimentos das mulheres chilenas nesse contexto histórico (Tobar; Catalán; Caviedes, 2003, p. 116). Nesse sentido, no presente trabalho serão usadas as mesmas nomenclaturas e denominações no que se refere aos grupos e organizações das mulheres no Chile.

Nos relatos observados, as mulheres contam a respeito de suas trajetórias dentro dos movimentos de mulheres que formavam uma rede de resistência feminina contra a ditadura militar. Mas esses movimentos não se limitaram à ditadura, muitas discussões, teorias feministas e uma rede de solidariedade foi formada ao longo dos anos de regime ditatorial e que muitos permanecem até os dias de hoje. Nesse sentido, essa seção tem por objetivo investigar o que elas contam que faziam nos movimentos. Quais movimentos são esses? Como eram seus trabalhos? Eram movimentos feministas? Como surgiram os grupos e movimentos?

Teresa Valdes conta que começou sua militância no MAPU (Movimento Popular Unitário), em suas palavras o MAPU era “um partido de pequenos burgueses”. Ela fala que sua família era bastante conservadora e cristã, porém, ela e seus irmãos eram todos de esquerda e se envolveram na campanha do presidente eleito Salvador Allende.

Movimiento de Acción Popular Unitária (MAPU), criado em 1969, com origem no Partido Demócrata Cristiano e em movimentos estudantis universitários, bem como, ligado aos grupos camponeses chilenos. O MAPU defendia a reforma agrária no país, tornou-se marxista e uniu-se no movimento da Unidade Popular nas eleições de 1970, quando elegeram Salvador Allende à presidência. O MAPU não é um movimento de mulheres, porém ao entrar nesse movimento, Teresa teve contato com muitas outras mulheres militantes. Portanto, o MAPU

possibilitou à Teresa uma inserção e visibilidade no meio das pessoas que estavam se mobilizando.

Sim, havia um grupo muito especial, porque havia mulheres desde do MIR até a democracia cristã, era um espaço unitário, um leque. Sendo um grupo que não éramos mais de vinte, todas tínhamos relações com distintas organizações, então quando convocávamos para uma marcha ou uma manifestação, nos preparávamos através de assembleias com as pessoas militantes das organizações, por isso foram muito grandes, como a marcha que somamos mais de cinco mil mulheres. (Valdes, 2007, p. 8)

A marcha na qual Teresa Valdes se refere, foi a primeira mobilização de mulheres feministas na ditadura militar, isso aconteceu em 1983, na cidade de Santiago. As mulheres foram às ruas da capital promovendo uma ação conjunta entre diferentes movimentos e grupos de mulheres e feministas. Elas denunciavam as diferentes formas de discriminação e violação dos direitos das mulheres (Tobar; Catalán; Caviedes, 2003, p.50). Suas faixas diziam “*Democracia ahora. Movimiento feminista, Chile*” (Largo, 2017, p. 110).

Pode-se dizer que os partidos e movimentos revolucionários configuraram-se em espaços de circulação de muitas pessoas e mulheres que, juntas, formaram outros grupos e movimentos, em particular, movimentos de mulheres. Entretanto, isso não significa que esses movimentos fossem feministas. A consciência de gênero e as discussões de teorias feministas não aconteceram ao mesmo tempo para essas mulheres. Cada uma das dez entrevistadas relata ter seu momento específico de tomada de consciência e envolvimento com o feminismo. Para algumas delas, o contato aconteceu através dos grupos e movimentos de mulheres e por estudos e pesquisas acadêmicas, como: Maria Elena Ahumada, Paulina Weber, Rosalba Tobar e Teresa Valdes. Para Teresa, no começo de sua militância não existia nenhuma consciência de gênero pois ela lutava pelo socialismo.

Bem, neste tempo não tínhamos nenhuma consciência de gênero na noção de militância, éramos todos militantes nada mais, e muito boas militantes. Eu fui uma boa militante, por isso que fui presa. E não tínhamos nenhuma consciência de gênero por estarmos na luta pelo socialismo e todas essas coisas... (Valdes, 2007, p. 5)

Teresa Valdes reflete e explica por que não possuía, inicialmente, uma consciência de gênero no início de sua militância. Nesse período inicial de sua luta e engajamento, ela estava muito focada no âmbito político, que compreendia como a luta pelo socialismo. Teresa compartilhou como e quando começou a se envolver nas discussões de gênero.

Depois do golpe em tempo da ditadura quando foi fazendo-se evidente que o ditador do país não era tão distinto dos ditadores locais [risos]. Vejam, o mais certo para mim foi uma pesquisa que eu fiz, com população de mulheres, que era algo muito distinto, sobre comportamento reprodutivo, maternidade, etc, e histórias de vida, mais ou menos no ano de 83 ou 84. (Valdes, 2007, p. 6)

Neste caso específico ela começou a desenvolver sua consciência de gênero quando teve contato com mulheres trabalhadoras de camadas populares, justamente quando estava desenvolvendo sua pesquisa na Flacso, no ano de 1983 sobre comportamento reprodutivo, maternidade, histórias de vida, dentre outros. Em seus relatos, quando questionada pela entrevistadora sobre sua associação com o feminismo, respondeu:

E vi histórias de vida de mulheres de diferentes idades, de setores muito pobres, em plena ditadura e para mim foi um impacto brutal, nunca havia sentido que vinha de uma família tão especial, onde parecia que não havia nenhuma discriminação de gênero ou então que não tinha nenhuma percepção de discriminação pessoal. Então quando me meti nesta pesquisa com mulheres e investigar a vida delas passei a tomar consciência, e daí em diante segui para o feminismo. (Valdes, 2007, p.6)

No entanto, algumas outras mulheres tiveram seu contato com os movimentos feministas durante o exílio, viagem, contato com grupos de mulheres em outros países. Foi o caso de Ximena Valdes e Margarita Iglesias, que viveram na França, Rosa Ferrada, que morou na Alemanha e Maria Pía Matta, que viveu um tempo no Brasil. Já Gladys Diaz e Patricia Coñama Carrillo relatam que seus envolvimento com o feminismo aconteceram ao longo do processo de militância. A esse respeito, pode-se consultar a tabela 2 “Momento de identificação com o feminismo”, que se encontra no apêndice desta pesquisa.

Os movimentos de mulheres e as organizações de resistência à ditadura, não se limitaram ao Chile. Muitas mulheres militantes que estavam vivendo em outros países, em seus exílios, formaram redes de luta contra a ditadura e apoio às mulheres exiladas (Tobar; Catalán; Caviedes, 2003). Rosa Ferrada, por exemplo, participou de uma organização de mulheres durante seu exílio, e nesse grupo teve contato com mulheres de diversos lugares do mundo, principalmente da América latina, como as brasileiras.

Essas organizações e os seminários que elas promoviam por toda a Europa eram muito ligados aos partidos de esquerda, como o Comunista e o Socialista. A intenção desses encontros era no sentido de denunciar ao mundo os crimes cometidos pelos ditadores na América Latina. Como é explicado no trecho a seguir:

Era a (Duetsche Demokratische frauen), a organização das mulheres alemãs democráticas, então elas trabalharam muito juntas lá, porque olha, todos esses anos para nós foram de muito trabalho solidário, ou seja, de ser, de dar a conhecer a situação do país, tanto na RDA, como fora, por toda a Europa,

realizaram-se muitas reuniões, e vocês sabiam bem que iriam participar em seminários e atividades diversas... (Ferrada, 2010, p. 4)¹³

Para Tobar, Catalán e Caviedes (2003) o exílio se configurou uma oportunidade de contato das mulheres com diversos movimentos feministas no exterior, o que resultou num conhecimento e interação entre diferentes mulheres de diversos países. Nesse sentido, quando as mulheres regressaram ao Chile, organizaram suas militâncias e formaram movimentos feministas de resistência à ditadura, com pautas de gênero e discussões teóricas referente às problematizações das desigualdades. Muitas das discussões teóricas foram trazidas de suas experiências no exterior.

Maria Pía Matta, nos primeiros anos da ditadura, viveu no Brasil. Ela relata que devido a isso não pôde participar de nenhum movimento no Chile. No entanto, manteve contato com conhecidos e amigas no país e acompanhou muitos acontecimentos, mesmo estando longe. Quando retornou ao Chile nos anos 1990, aproximou-se dos movimentos feministas e mencionou que fez parte do movimento “Mulheres pela Vida”.

Mulheres pela Vida, foi uma organização feminina, formada ao final de 1983, partindo de um grupo com dezesseis mulheres que já militavam em partidos e movimentos políticos no Chile. Este movimento desempenhou reconhecido trabalho entre as organizações femininas, com pautas na luta pelos direitos das mulheres e também pelos direitos humanos (Tobar; Catalán; Caviedes, 2003, p.50).

Mulheres pela Vida foi o primeiro grupo em que Teresa Valdés participou em 1983, movimento no qual chegou a ser dirigente. Nesse grupo, as mulheres se organizavam para convocar reuniões com outras mulheres para manifestações, faziam conferências de imprensa, atos relâmpagos e declarações. Era um grupo de mulheres que fazia resistência à ditadura.

Vinham mulheres de toda a parte e de vários outros movimentos, como mulheres do MIR, da democracia cristã e de outras organizações e partidos. Teresa relata que em uma das manifestações organizadas por elas, participaram mais de cinco mil mulheres; foi a marcha realizada em 1983, já citada anteriormente. Ela não relatou o nome da marcha e os motivos que as levaram às ruas, mas ficou claro, justamente em diálogo com as demais entrevistas e bibliografias do tema, que está se referindo à primeira mobilização das mulheres na ditadura.

¹³ “Era la (Duetsche Demokratische frauen), la organización de mujeres Alemanas democráticas, entonces ahí trabajaban mucho en conjunto, porque mirá, todos esos años para nosotros fueron muchos trabajos solidarios, o sea, estar, dar a conocer la situación del país tanto en la RDA, como también, afuera en todo Europa se hacían muchos encuentros, y tu sabias bueno ibas a participar en seminarios diferentes actividades...” (Ferrada, 2010, p. 4). Tradução da autora.

Nesses eventos maiores, participavam mulheres de vários setores sociais, mulheres de camadas mais populares, setores médios, de partidos políticos e de outros grupos.

Teresa, em sua entrevista, fala que muitas mulheres feministas se juntavam nesses movimentos e formavam grupos de apoio às mulheres e grupos para debater teorias feministas e as desigualdades de gênero. Um desses grupos foi o “Círculo da mulher”, que tinha por objetivo atender e dar um suporte social e político voltado às mulheres. O “Círculo de la mujer” depois se dividiu e originou outros dois grupos, o *La Morada* e o Centro da Mulher (CDM). Essa divisão ocorreu porque as mulheres que participavam do Círculo da Mulher apresentavam diferentes interesses e objetivos em suas militâncias.

As mulheres que migraram para o CDM estavam muito mais interessadas em fazer pesquisas, já o “*La Morada*” seria mais para militar, um espaço de movimento e reivindicações das lutas das mulheres. Foi bastante expressivo o trabalho que muitas mulheres desenvolvem na organização “*Casa de la Mujer La Morada*”, com oficinas de reflexão e a inserção de mulheres de diferentes camadas sociais, abrindo espaços para mulheres de camadas mais populares (Tobar; Catalán; Caviedes, 2003).

Nos movimentos e coletivos de mulheres foram acontecendo algumas divisões e separações, devido aos diferentes interesses. Conforme elas se organizavam e conseqüentemente crescia numerosamente a participação das mulheres nos grupos, coletivos e movimentos, os diferentes interesses e objetivos ficaram mais evidentes. Portanto, não existiu uma única identidade dos movimentos das mulheres, existiram diferentes movimentos com diversos interesses e lutas. Evidentemente, existia uma união entre elas, que durante os anos de ditadura, foi a luta pela redemocratização.

La lucha de las feministas de este período fue siempre concebida como parte del movimiento opositor al régimen, constituyendo este el punto de encuentro con los otros sectores del movimiento de mujeres. Las feministas chilenas adquirieron una presencia muy importante en la movilización contra el régimen. (Tobar; Catalán; Caviedes, 2003, p. 52)

A união dos movimentos de mulheres e a solidariedade entre elas foi fator fundamental para que muitas mulheres de camadas mais populares pudessem ter acesso a espaços e a lugares elitizados. Como Maria Pia Matta explicou em sua entrevista, uniram forças nas organizações feministas e juntaram dinheiro para conseguir pagar as passagens aéreas para seis mulheres viajarem para Londres, quando Pinochet foi preso por seus crimes. Era um momento importante para o país inteiro, principalmente para muitas mulheres que aguardavam ansiosamente que a justiça fosse cumprida.

Agora quem colocou esse ponto final foi a prisão de Pinochet em Londres, e novamente as mulheres nas ruas, ou seja, aquelas que estiveram nas ruas

durante os oito anos de transição até Pinochet ser preso em Londres foram as mulheres. Foram as mulheres que organizaram a primeira saída feminina a Londres, do grupo de familiares de detidos e desaparecidos, foram as feministas que organizaram e apoiaram essa agenda, as mulheres que lutaram durante 20 anos à procura dos seus maridos, dos seus filhos, para todo mundo e eles não tinham como sair da sede histórica para ir para Londres, e a direita ia para Londres acompanhar Pinochet, não se esqueça, e as mulheres não tinham, lembro que tínhamos uma ótima reunião e arrecadamos dinheiro, e pagamos as passagens para que eles pudessem viajar. (Matta, 2013, p. 6)¹⁴

Segundo o fragmento da entrevista de Maria Pia Matta, as mulheres não somente foram à Londres, como também ela ressalta a luta das mulheres durante os anos de ditadura e de redemocratização. Fica evidente a importância da união entre as mulheres nas organizações e nos movimentos feministas. São as mesmas mulheres que foram as primeiras a sair às ruas, lutando contra Pinochet e tudo o que ele representava para o país.

Derrocar a la dictadura fue el objetivo que unió a distintos sectores de la sociedad chilena en este período, generándose un fuerte proceso de organización social, con una masiva participación y protagonismo de mujeres. Las diversas vertientes de organizaciones de mujeres que aparecen en ese período (feministas, derechos humanos, subsistencia económica y otras de carácter comunitario y de base) convergen en torno al objetivo común de resistencia frente al régimen militar y lucha por reconquistar la democracia. Estos grupos dan origen a lo que fue interpretado como el “movimiento de mujeres”. (Tobar; Catalán; Caviedes, 2003, p. 45)

Nesse contexto, os movimentos exerceram uma influência política significativa durante a ditadura, apesar da intensa repressão. Na entrevista com Paulina Weber, ela compartilha a história do desenvolvimento do movimento conhecido como “*Movimiento Pro Emancipación de las Mujeres Chilenas*” (MENCH), um dos mais antigos do Chile, fundado em 1935. Este movimento era composto por mulheres de diversas classes sociais que pleiteavam a emancipação econômica, jurídica, biológica e política das mulheres.

As mulheres chilenas estavam demandando seus direitos civis e políticos, incluindo o direito ao divórcio, acesso a contraceptivos e ao aborto, além de denunciar a pobreza a que muitas mulheres estavam submetidas. Uma das conquistas mais significativas do MENCH 35 e das mulheres dessa geração foi a obtenção do direito ao voto em 1949 (Largo, 2017, p. 102-103).

¹⁴ “Ahora quien puso ese punto final ahí fue la detención de Pinochet en Londres, y de nuevo las mujeres a la calle, o sea, quienes habían estado en la calle durante los ocho años de transición hasta que Pinochet cayó detenido en Londres fuimos las mujeres, fuimos las mujeres las que organizamos la primera salida de las mujeres a Londres, de la agrupación de los familiares de detenidos desaparecidos fuimos las feministas las que organizamos y apoyamos esa agenda, a las mujeres que habían luchado durante 20 años buscando a sus maridos, sus hijos, a todo el mundo y no tenían como movilizarse de su sede histórica para ir a Londres, y la derecha iba a Londres a acompañar a Pinochet no te olvides, y las mujeres no tenían, me acuerdo que hicimos un gran encuentro y juntamos dinero, y le pagamos los pasajes para que pudieran 6 viajar.” (Matta, 2013, p. 6) Tradução da autora.

Paulina Weber compartilha em seus relatos a história desse movimento e o significado de luta e resiliência que ele transmitiu às gerações subsequentes do MENCH 83. No caso, os números 35 e 83 fazem referência aos anos de criação e reorganização do movimento. De acordo com as explicações de Paulina Weber, na década de 1980, no Chile, surgiram diversos movimentos sociais, incluindo movimentos de mulheres, feministas, movimentos ligados à Igreja Católica e movimentos pelos direitos humanos, entre outros. Como resultado, muitas vezes ocorreu uma convergência desses movimentos sociais, todos eles unidos contra a ditadura militar. No entanto, Paulina Weber destaca que, na realidade, cada um desses movimentos tinha suas especificidades e frequentemente defendiam, pautas divergentes.

Paulina Weber também foi militante e membro do Partido Socialista Chileno, mas precisou se exilar na Alemanha durante parte dos anos de ditadura. Durante esse período de exílio, ela e outros exilados trabalharam ativamente na resistência contra o regime de Pinochet, mesmo estando longe do Chile. Ela compartilha que conseguiram publicar uma edição da revista “*Nosotras*”, com a ajuda das mulheres da Tchecoslováquia, a revista foi clandestinamente introduzida no Chile, uma vez que havia sido proibida sua entrada e circulação.

As parcerias e as redes que as mulheres foram criando em torno dos movimentos e das organizações, fortaleceram as resistências ao regime militar dando mais visibilidade aos movimentos e conseguiram alcançar outras mulheres de diferentes setores. Ximena Valdes juntamente com Julieta Kirkwood, formaram um grupo de reflexão sobre o feminismo. Esse grupo de estudos se chamava “*Círculo de Estudios de la Mujer*” e foi fundado em 22 de maio de 1979. A iniciativa foi resultado de uma união de vários outros grupos de mulheres como *Hojas*, Grupo de Reflexão, Asuma. Elas realizaram um encontro em que compareceram cerca de 300 mulheres, isso em meio a ditadura e conseguiram o apoio da Academia de Humanismo Cristiano¹⁵ (Largo, 2017, p. 108).

Nesse grupo de estudos também existia a divulgação dos trabalhos e pesquisas que muitas mulheres faziam, portanto, elas publicavam textos e divulgavam suas pesquisas envolvendo os estudos das mulheres. Ximena fala em sua entrevista, que a revista “*Nosotras*” era seguimento deste grupo de reflexão. A revista *Nosotras*¹⁶ já existia no Chile desde 1931, antes mesmo das mulheres conquistarem o sufrágio no país. Ela circulou entre 1931 e 1935, na

¹⁵ Entidade fundada pelo cardeal Raúl Silva Henríquez na qual pertencia a Igreja Católica.

¹⁶ Referente a revista foi pesquisado o site <https://www.memoriachilena.gob.cl/602/w3-article-95374.html> Na Biblioteca Nacional do Chile, memórias chilenas: periódicos *Nosotras*.

cidade de Valparaíso. Num segundo momento a revista retorna com outras propostas e pesquisas, por vezes era publicada no Chile e em outros momentos foi produzida no exílio.

O artigo de Eliana Largo “50 anos de feminismo no Chile: texto e contexto” informa que as integrantes do grupo do “*Círculo de Estudios de la Mujer*” foram chamadas pelo principal jornal nacional do país de “porno-revolucionárias”, isso devido ao conteúdo de suas publicações.

[...] o *Círculo de Estudios de la Mujer* [...] publica revistas que, além de serem socialistas no plano político, são imorais no plano dos costumes. Ao longo de suas páginas, são incentivados o orgulho e a sensualidade, que são respectivamente as causas do igualitarismo e da libertinagem. [...] Nos boletins números 11 e 12 se encontra o mais extremado feminismo. A decência não permite analisar a matéria abordada neles e talvez não seria excessivo em qualificá-las de porno-revolucionária. Lá se defende o vício solitário, o concubinato, o aborto [...].¹⁷

Em dezembro de 1983, o *Círculo de Estudios de la Mujer* foi expulso da Academia de Humanismo Cristiano, pois seus conteúdos publicados nos boletins e revistas foram considerados contrários à doutrina da Igreja Católica. As mulheres do grupo passaram a ficar desprotegidas do que elas chamavam de “guarda-chuva”, ou seja, do apoio e da proteção que tinham da Igreja Católica (Largo, 2017, p. 108-109). Ximena Valdes falou sobre o apoio que recebeu da Igreja Católica.

Claro, sim, de repente havia problemas, de repente eu viajava ao Altiplano e no avião me diziam: vão te levar presa. Então eu ia até o Bispo e dizia: olha... estou aqui, preciso... Mas, coisas desse tipo aconteciam, porém... Nós vivíamos todas debaixo... Eu sou muito atéia, não acredito em Deus. [Risadas] Mas estávamos todos protegidos pela... Pela Igreja. (Valdes, Ximena, 2007, p. 7)

Ximena Valdes em 1981 organizou um outro grupo, que também trabalhava com mulheres, porém voltadas para o trabalho no campo, e se chamava “*Programa de Estudios y Capacitación de la Mujer Campesina y Indígena*”. Neste grupo eram abordados temas como feminismo e política. Ximena juntamente com sua colega antropóloga Sonia Montecino Macarena Maca percorreram o país entrevistando essas mulheres trabalhadoras e organizaram um livro com os relatos que coletaram.¹⁸ Isso tudo em meio à ditadura militar.

Ximena relata que foi bastante difícil dar sequência no trabalho com as mulheres, pois existia muita repressão política por parte do governo e muitas mulheres enfrentam situações bem difíceis economicamente. Algumas estavam sem empregos e sem condições de sustento, o grupo também teve esse caráter de apoio e suporte, de maneira que ajudou a reconstruir parte

¹⁷ Jornal El Mercurio, 8 de dezembro de 1983. Inserção paga por Fiducia (Família, Tradição e Propriedade), hoje Acción Familia.

¹⁸ Em sua entrevista, Ximena Valdes não relatou o nome do livro e não deu mais informações a respeito.

de suas vidas, como criar oficinas de artesanato, resgatando conhecimentos que muitas delas dominavam.

Isso é um pouco um rito, um ritual, para começar a trabalhar com grupos de mulheres rurais no Altiplano de Tarapacá, próximo da Bolívia, aqui na zona central em Temuco, onde há uma comunidade Mapuche e em Chiloé, uma ilha ao sul. E começamos vinculando o consciente desses lugares e a trabalhar com essas mulheres. [...] Fazíamos... Havia duas orientações nesse trabalho, ou três orientações. Era um período de [...] que se somava à repressão política. Então as pessoas estavam mortas de fome e nós... intuímos que as mulheres sabiam fazer coisas: trabalhar e gerar ingressos. Sabiam fiar. Sabiam ... fazer coisas de tecido, tear, e que havia um grande capital cultural. As aymaras e as mapuches e as camponesas, que era como conversar com a memória do presente através de muitas, muitas e muitas gerações, com a simbologia cultural delas, que se viu. E começamos a potencializar esses saberes, se tinham esquecido como colorir a lã com tinturas naturais. (Valdes, Ximena, 2007, p. 6-7)

A ditadura militar trouxe muitas restrições econômicas, principalmente para as camadas mais populares, mais pobres chilenas. Segundo Teresa Valdes (1988), o nível de desemprego chegou aos 25 a 30% nos anos 1981 e 1982, que resultou numa precarização na qualidade de vida das pessoas de baixa renda. Com este cenário político, econômico e social excludente e repressivo, novas organizações sociais surgiram nos anos que seguiram à ditadura. Algumas dessas eram ligadas à Igreja Católica, e defendiam os direitos humanos e sociais, além de auxiliar as pessoas que tinham perdido algum parente ou familiar vítima da repressão do Estado.

Algumas mulheres ligadas à Igreja desenvolveram grupos de mulheres, como por exemplo, Maria Elena Ahumada, que traz muito forte a luta pelos direitos das mulheres. Nesse sentido, seu envolvimento com grupos de mulheres começou com o Movimento Cristiano. Em relação a esse movimento, é importante destacar que na entrevista não foi fornecida uma explicação detalhada do que ele representa. No entanto, com base em outras entrevistas e fontes de leitura, fica compreensível uma conexão com o “*Círculo de Estudios de la Mujer*”, que era apoiado pela Academia de Humanismo Cristiano.

A entrevista de Maria Elena Ahumada menciona a organização “Ormiga”, que foi fundada em 1978, atuando como uma entidade de solidariedade e promoção dos direitos das mulheres. Essa organização também publicava uma revista que abordava questões relacionadas aos direitos das mulheres. A partir do grupo “Ormiga”, surgiu posteriormente outro grupo chamado Comitê de Defesa dos Direitos das Mulheres (CODEM), que foi criado entre os anos de 1979 e 1980.

Em 1978 tínhamos essa revista ormiga, que era um grupo de pessoas, e através da revista ormiga fizemos contato com um grupo de mulheres que lutavam pelos direitos das mulheres dentro da resistência, e esse grupo existia em Santiago e existia em Concepción, era o mesmo grupo, tinha mulheres

comprometidas, e em 1980 essas mulheres formaram o Codem e eu entrei no Codem... (Ahumada, 2013, p. 7)¹⁹

Na entrevista Maria Elena foi questionada se os grupos, a revista *Ormiga* e o CODEM eram grupos feministas. A isso ela respondeu: “*No..., ormiga si, y una parte del Codem era feminista, pero no había ese nivel de desarrollo teórico, para nada, ni político*” Também lhe foi perguntado se ela própria se indentificava com o feminismo. Nesse caso, comentou:

Sim, mas infelizmente não tão militante..., já não tão militante, naquela época sim... E-...bom, o que eu quero dizer é que, *ormiga* era um grupo pequeno, não é verdade, de reflexão, que se conecta e se reúne com outro grupo de mulheres, então, no, no Codem tem muitas mulheres que trabalham, em organizações paroquiais, em organizações sociais, em organizações populacionais, entendeu?, estudantes, familiares de detentos desaparecidos, tem mulheres muito corajosas, por exemplo no Código de Concepción, o Código de Concepción de 1980, 81 saíram às ruas, nas praças fizeram peças de teatro para denunciar o desaparecimento forçado de pessoas. (Ahumada, 2013, p. 8, 9)²⁰

Segundo seus relatos, a *Ormiga*, era um grupo menor e faziam reflexões sobre gênero, porém não tão aprofundados teoricamente. Já o CODEM era um movimento maior que agrupava várias e diferentes mulheres. Ela traz o exemplo do trabalho realizado pelo CODEM da cidade de Concepción, que nos anos 1980 e 1981 fizeram muita resistência à ditadura. Maria Elena quando questionada referente ao número de mulheres que faziam parte do CODEM, respondeu que não saberia dizer, pois eram muitas mulheres envolvidas no movimento.

Vinham mulheres da cidade de Valparaíso, de Concepción e de várias regiões do país. Ou seja, não soube mensurar a quantidade de participantes. Entretanto, quando questionada das atividades que o CODEM realizava e promovia, explicou que organizavam manifestações entre as mulheres. Neste momento, ela segue dizendo que a maioria das mulheres que participavam do movimento eram oriundas de classes mais populares e algumas das classes mais altas.

Não, quase todas são mulheres trabalhadoras e moradores..., se tivesse, por exemplo, alguns militantes, eles eram assim, mas não vamos dizer que eram, por exemplo, da classe mais alta, não, eles eram mais intelectuais, digamos

¹⁹ “*En el año 1978 teníamos esta revista ormiga que era un grupo de personas, y a través de la revista ormiga tomamos contacto con un grupo de mujeres que luchaban por los derechos de las mujeres dentro de la resistencia, y ese grupo existía en Santiago y existían en Concepción, era el mismo grupo, había, eran mujeres comprometidas, y esas mujeres en el año 1980 formaron el Codem y yo me metí al Codem...*” (Ahumada, 2013, p. 7). Tradução da autora.

²⁰ “*Si pero no tan militante lamentablemente..., ya no tan militante, en aquella época si... E-...bueno, lo que quiero decir es que, ormiga era un grupo pequeño, no cierto, de reflexión, que se conecta y se encuentra con otro grupo de mujeres, entonces, en los, en el Codem hay muchas mujeres que trabajan, en organizaciones parroquiales, en organizaciones sociales, en organizaciones poblacionales, ¿entiendes?, estudiantes, familiares de detenidos desaparecidos, ahí hay mujeres muy valientes, por ejemplo en el Codem de Concepción, el Codem de Concepción en el año 1980, 81 salía a la calle, en las plazas hacían obras de teatro para denunciar la desaparición forzada de personas.*” (Ahumada, 2013, p. 8, 9). Tradução da autora.

assim, teria assim, um grupo, na verdade a Silvia Lamadrid²¹, uma mulher mais intelectual, na verdade ela fez muito pelo Codem. (Ahumada, 2013, p. 11)²²

Maria Elena Ahumada também participou do “Movimento de luta pelos direitos dos trabalhadores” (CODEPU), que é uma Organização não Governamental de Direitos Humanos ligada ao CODEM. Um trecho bastante significativo da entrevista, é quando ela fala sobre as diferentes militâncias e que todas estariam reunidas no movimento.

[...] essas mulheres estão em todas as frentes, mas têm certas características, são todas, todas estão lutando contra a ditadura, algumas conseguem lutar com palavras, outras lutam com ações, outras são mais radicais, outras são mais políticas, outros são mais feministas, outros menos feministas, um é mais cristão, outro é mais ateu, você me entende? Todos são membros de organizações sociais e essa é a característica do Codem, você me entende?, o Codem não é um [Inaudível] que não faz nada na política, é uma [Inaudível] de organizações sociais que participa e se une a outras, para lutar pela defesa dos direitos das mulheres, por isso quando realizamos o encontro nacional em 1981 do Codem. (Ahumada, 2013, p. 10)²³

No ano de 1981, o CODEM organizou um encontro nacional. Infelizmente, ela não traz mais informações a respeito deste encontro, apenas relata que foi um lindo trabalho que as mulheres do movimento conseguiram fazer, em plena ditadura. Elas lutaram por seus direitos, “*cuyo único eje es luchar por los derechos de las mujeres*”, em suas palavras.

A partir dos anos de 1980 existiu uma articulação entre os diferentes movimentos, grupos e organizações de mulheres, algumas dessas organizações estavam ligadas diretamente à partidos de esquerda e setores políticos. O CODEM, estava relacionado com o MIR, e tinha representações em várias regiões do país (Tobar; Catalán; Caviedes, 2003, p. 50).

Essas organizações tinham como objetivo principal combater e denunciar as políticas repressivas e violentas da ditadura militar. Além disso, também representavam uma resposta às

²¹ Silvia Lamadrid é uma militante, ativista e intelectual chilena. Doutora em História pela Universidade do Chile e mestra em Ciências Sociais pela mesma universidade. Atualmente é professora do departamento de sociologia da Faculdade de Ciências Sociais da Universidade do Chile. Silvia Lamadrid pesquisou sobre gênero e sociedade chilena nas décadas de 60 e depois no período da ditadura militar, se tornando importante referência intelectual sobre o tema.

²² “No, casi todas son mujeres trabajadoras y pobladoras..., si hubo por ejemplo de, algunas militantes, eran como, pero no vamos a decir que eran por ejemplo de la clase más alta, no, eran más intelectuales, digamos, habrían cómo, un grupo, de hecho la Silvia Lamadrid una mujer más intelectual, de hecho ella hizo mucho por el Codem.” (Ahumada, 2013, p. 11). Tradução da autora.

²³ “[...] estas mujeres son están en todos los frentes, pero tienen una características, son todas, están todas luchando contra la dictadura, unas pueden luchar con palabras, otras luchan con hechos, otras son más radicales, otras son mas políticas, otras son mas feministas, otras menos feministas, una es mas cristiana, otra es mas atea, ¿me entiendes?, todas son integrantes de organizaciones sociales y eso es la características de Codem, ¿me entiendes?, el Codem no es un [Inaudible] que no hace nada en la política, es un [Inaudible] de organizaciones sociales que participa y se junta con otras, para hacer su lucha por la defensa de los derechos de la mujer, por eso cuando hicimos en el años 81 el encuentro nacional del Codem.” (Ahumada, 2013, p. 10). Tradução da autora.

crises econômicas e políticas que o país estava enfrentando naquele período (Tobar; Catalán; Caviedes, 2003, p. 50).

Quando Rosa Ferrada retornou ao Chile em 1984, ela relatou que, no dia seguinte, havia uma manifestação agendada, um movimento “marcante”. Esse movimento era o Movimento Democrático Popular (MDP), que estava exigindo o retorno da democracia no país. Ela compartilhou que nesse dia, durante o movimento, reencontrou várias conhecidas e amigas chilenas, incluindo pessoas que também haviam retornado da Alemanha.

Claro, cheguei um dia e na manhã seguinte fomos com o meu sobrinho ao teatro... Conheci todas as pessoas, que tinham vindo da RDA, todas as pessoas de diferentes lugares que eu conhecia, então fiz imediatamente contactos com todo mundo, o mundo, você percebe, então para mim foi fantástico porque pisei aqui e no dia seguinte estava em um evento (Ferrada, 2010, p. 13)²⁴

Sobre esse movimento, Rosa não dá mais detalhes, porém analisando o contexto juntamente com as bibliografias, pode-se pensar que este movimento esteja relacionado com as intensas atividades políticas e mobilizações do começo dos anos 1980. Para Tobar, Catalán e Caviedes (2003), no ano de 1983 começaram as primeiras jornadas de “Protesta Nacional” que foram convocadas pela Coordenadoria Nacional Sindical (CNS) e pela Confederação dos Trabalhadores do Cobre. Essas organizações tinham por objetivo mobilizar vários e diferentes setores sociais e populares no Chile, principalmente na capital, Santiago. Com a intenção de enfrentar a ditadura militar.

Deste modo, as organizações feministas, com o objetivo de abrir caminhos para a participação política e alcançar visibilidade social, estabeleceram um grupo em Santiago no ano de 1983. Esse grupo fazia parte do Movimento Feminista e estava associado aos movimentos de rua e de mobilização social. Seu lema era “*Democracia ahora. Movimiento Feminista*” (Tobar; Catalán; Caviedes, 2003, p. 48).

Rosa Ferrada teve envolvimento com grupos de mulheres, incluindo o MENCH e o “*Mujeres de Chile*” (MUNECH), que era uma organização de mulheres associada ao Partido Comunista. Inicialmente, Rosa Ferrada precisou retornar à Alemanha devido à presença de seu companheiro e filhos lá. No entanto, em 1987, ela regressou ao Chile para estabelecer sua residência e, nesse momento, começou efetivamente a se envolver com grupos de mulheres. Seu contato com os movimentos de mulheres e o feminismo foi uma consequência direta de sua

²⁴ “Claro, llegue un día y al otro día a la mañana partimos con mi sobrino al teatro...me encontré con toda la gente, que había venido de la RDA, toda la gente de diferentes lados que yo conocía, entonces yo enseguida hice contactos con todo el mundo, te das cuenta, entonces para mí fue fantástico porque yo puse los pies aquí y al otro día estaba en un acto” (Ferrada, 2010, p. 13). Tradução da autora.

militância no Partido Comunista. Rosa compartilhou informações sobre a organização do MEMCH e as atividades que eram realizadas durante esses encontros.

Éramos muitas, havia mulheres do partido comunista mas também havia outra, também uma população que elas não eram, fundamentalmente era uma organização a nível das populações, porque isto está cheio de populações, Santiago, então, elas eram de diferentes... e a gente se conheceu, no MEMCH a gente tinha sala, porque o MEMCH sempre trabalhava com dinheiro que vinha de fora, a Paulina te contou isso, não foi?... [...] Sim, e você sabe a outra coisa que isso também foi constituído como se cada um, tivesse tipo uma coordenação, uma diretoria do MEMCH, então cada um, uma pessoa de cada uma das organizações estava lá nessas diretorias, eu era responsável pelo treinamento, e a gente fez oficinas de capacitação com..., foi incrível, porque você tem muito desenvolvimento. (Ferrada, 2010, p. 18, 19)²⁵

Não somente o MEMCH, mas também outras organizações desempenharam um papel importante na criação de um espaço significativo para a reflexão e conscientização das mulheres, especialmente em relação às desigualdades de gênero e a uma série de outras questões. Um exemplo desse trabalho, que envolve a realização de oficinas e grupos de reflexão, é a “*Casa de La Mujer, La Morada*”. Essa organização também proporcionava oportunidades para mulheres de diversas origens e estratos sociais, incluindo mulheres de camadas mais populares.

Rosalba Tobaró ao relatar sobre os movimentos e organizações de mulheres, contou que fazia parte do “*Círculo de Estudios de la Mujer*” e de outro grupo, o “*Asuma*”, ela não recordou o que significava a sigla, porém, disse que tinha um sentido de “assumir”. Quando aborda essas questões, referente aos movimentos, Rosalba Tobaró cita várias outras mulheres que participavam juntas nesses grupos, e menciona: Julieta Kirkwood, Rosa Bravo, Isabel Gannon, Patrícia Crispi, Maria Isabel, Helena Serrano, Ana Maria, Maria Assunción Bustos, entre outras²⁶. Ela também comenta do amparo que a Igreja Católica proporcionou a elas, as mulheres

²⁵ “Éramos muchas, eran mujeres del partido comunista pero también había otra, también población que no eran, fundamentalmente era una organización a nivel de poblaciones, porque esto está lleno de poblaciones, Santiago, entonces, eran de diferentes ellas...y nos reuníamos, en el MEMCH teníamos una pieza, porque esta funcionaba el MEMCH siempre con dinero que venían de afuera, te conto la Paulina eso ¿no?... [...] Si, y sabes tú lo otro que también eso estaba constituido como que cada, había como una coordinación, una directiva del MEMCH, entonces cada una, una persona de cada una de las organizaciones estaba ahí en esas directivas, yo estaba a cargo de capacitación, y nosotros hacíamos talleres de capacitación con..., era bien increíble, porque tú, hay tanto desarrollo.” (Ferrada, 2010, p. 18, 19. Tradução da autora)

²⁶ Muitas dessas mulheres também foram entrevistadas pelo (LEGH) e suas entrevistas fazem parte do acervo do laboratório. Rosa Bravo foi militante do MAPU, foi presa no Estádio Nacional do Chile no dia 11 de setembro de 1973, precisou se exilar na Alemanha e trabalhou com movimentos e grupos de mulheres na resistência à ditadura. Isabel Gannon se formou em sociologia e durante o governo de Allende em 1971 trabalhou na Secretaria Nacional das Mulheres e permaneceu em seu trabalho até o golpe em 1973. Ela e suas companheiras de militância criaram um grupo de mulheres que se encontravam escondidas em um consultório de psicologia. Eram em torno de oito mulheres, todas feministas e de esquerda. Esse grupo chegou a funcionar por três anos. O grupo era para discutir vivências femininas e se chamava (Centro de Estudos da Mulher). Patrícia Crispi vivia em Santiago durante o golpe militar, depois se exilou na Espanha, onde passou a estudar teatro e teve contato com as correntes feministas.

que faziam parte desses movimentos, um auxílio fundamental para que elas conseguissem dar seguimento aos encontros sem que tivessem uma maior repressão e perseguição por parte dos militares.

A entrevista de Rosalba Tobará traz elementos vistos em outras entrevistas, o que indica essa relação de união e trocas que elas estabeleceram. Um ponto a se destacar em sua fala é quando menciona que alguns desses trabalhos com os movimentos e grupos de mulheres eram feitos depois e fora do espaço de trabalho remunerado. Ou seja, muitas delas, em sua maioria, possuíam trabalhos remunerados e depois desenvolviam suas tarefas de militância.

Ainda segundo ela, as mulheres desses movimentos tinham muita energia e disposição para se dedicar aos grupos e as tarefas fora do horário de trabalho. Rosalba, por exemplo, era economista e trabalhava no departamento de economia na Universidade Católica do Chile. Ela fala ainda que a Academia Humanista Cristã sedia salas da Igreja para elas se encontrarem com o “*Círculo de Estudios de la Mujer*”.

[...] nós entramos em contato com a Academia para formar este ciclo de estudo da mulher. E nesta Academia havia pessoas que haviam sido perdidas da Universidade, pessoas que não tinham onde juntar-se, grupos de distintos tipos, em geral acadêmicos, ou de direitos humanos. Era um lugar para refletir, mas também para juntar-se, para ter um espaço de poder reflexivo para os 15 ou 20 que depois vínhamos a fazer este grupo. Então, nossa primeira coisa pública foi justamente nesta igreja [...] de São Francisco Javier. (Tobará, 2008, p. 9)

Importante ponto da entrevista de Rosalba Tobará é quando ela traz a questão do feminismo e as discussões de gênero fazendo uma relação com sua formação acadêmica, que era na economia. Assim, conta que decidiu se dedicar a uma “economia feminista”. O que ela chama de economista feminina é na prática, segundo o que ela mesma explica, a mudança do olhar e da direção das políticas econômicas na América Latina, justamente relacionando com todo o desenvolvimento do neoliberalismo no Chile. São visões mais críticas dentro de um setor altamente influenciado pelas políticas dominantes do imperialismo estadunidense, que fez seu laboratório no Chile durante os anos de ditadura militar. Joana Maria Pedro durante a entrevista feita com Rosalba Tobará comenta com a mesma que tem um grupo de mulheres economistas feministas na cidade de São Paulo, no Brasil, e pergunta se ela conhece alguma dessas mulheres.

Sim, sim. Eu conheço várias pessoas no Brasil que trabalham com o tema [incompreensível]. Aqui também estamos convidando em nossos seminários, gente da Universidade de São Paulo e de Campinas, e da Universidade Federal do Rio. Também fui a seminários que convidou [...] que dirigia como

Ela se formou em Ciências Econômicas. Participou de movimentos de mulheres ligados à Igreja Católica, fez parte do “*Círculo de las mujeres*” que era um grupo de mulheres.

doutoranda Paula que fez uma comparação com Chile e Brasil. (Tobaro, 2008, p. 9)

O Chile testemunhou o agravamento das desigualdades sociais e o empobrecimento da população mais vulnerável, o que efetivamente evidenciou o fracasso das políticas neoliberais. Nesse contexto, ao considerar o papel das mulheres militantes, é notável que muitas delas destacaram a questão das desigualdades sociais e a profunda divisão entre as classes sociais. Além disso, é relevante salientar que essas mulheres também denunciaram os sérios problemas econômicos enfrentados pelo país.

Patricia Coñoma Carrillo, em seu depoimento, compartilhou sua experiência de trabalho em uma fábrica de camisas, sua atuação e militância nos sindicatos, na luta pelos Direitos Humanos e contra a ditadura. É importante lembrar que é a única a se identificar como Mapuche e a vir de camadas mais populares. Sua militância esteve mais próxima dos movimentos de trabalhadores, ligada aos grupos de direitos humanos e das buscas pelos desaparecidos, especialmente após a perda de seu marido, vítima de assassinato pela ditadura.

Portanto, é importante pensar que foram as mulheres que durante os anos de ditadura tocaram suas casas, tiveram que assumir as contas, os filhos e os problemas, enfim. A ditadura assassinou muitos maridos e companheiros, muitos filhos e netos, deixando muitas mães, avós e esposas completamente sozinhas.

As mulheres desempenharam um papel fundamental na luta pelos direitos humanos e nas buscas pelas pessoas desaparecidas (Aránguiz, 2007). Bem como, denunciavam os crimes cometidos pela ditadura em suas manifestações públicas. Além da luta pelos direitos humanos, esses grupos eram essenciais para a rede de proteção que foi sendo desenvolvida, e não só para as mulheres. Muito importante mencionar a questão do refúgio dentro dos movimentos, como esconderijo e proteção para muitos dirigentes homens e mulheres que viviam na clandestinidade, para não serem pegos, presos e assassinados pelos militares. Como Paulina Weber recorda:

O que aconteceu no Chile durante a ditadura é que como não havia possibilidade de ter coisas legais, muitos dos líderes políticos se refugiaram num movimento social incipiente, e o movimento social que se formou durante a ditadura foi o movimento para enfrentar os problemas da sobrevivência praticamente diante de uma ditadura brutal, as primeiras organizações que se formaram naquela época foram organizações de mulheres que lutaram pelos direitos humanos, que visitaram as prisões, que visitaram

os locais disto, que lutaram por, de detenção ou... não de exílio, mas ...extradição... (Weber, 2013, p. 6. Tradução da autora)²⁷

Para muitos estudiosos (as) e autores (as) chilenos, os movimentos sociais que foram organizados durante a ditadura e os que conseguiram permanecer ao longo desses anos demonstram uma grande luta coletiva e se tornaram um potente diálogo entre sociedade e os setores políticos. Notoriamente, os movimentos de mulheres aparecem em muitas análises e debates dos movimentos sociais.

Para tirá-las, visitaram as mulheres que estavam presas, e se formou uma grande rede de organizações de mulheres, muito voltadas para a questão dos direitos humanos, então, de pessoas que vieram do humanismo cristão, do círculo da mulher, o que eu sei sobre..., sobre a moradia, a moradia foi criada no ano de 83 também, então, eles se juntaram e concordaram em formar uma coordenação de organizações, uma coordenação que deram o nome de MEMCH 83, o MEMCH fez não surgiu como uma organização em si, mas foi uma coordenadora de organizações de mulheres onde havia grupos mais radicais, mais feministas, digamos, e grupos que eram mulheres políticas agrupadas para enfrentar a questão dos direitos humanos, a questão da perda de direitos políticos das mulheres, etc..., então, essa coalizão, esse grupo foi quem deu origem... (Weber, 2013, p. 6. Tradução da autora)²⁸

No texto “*Balance de un medio siglo: historiadores y cientistas sociales enfrentan el 2000*”, Júlío Pinto Vallejos, traz a emergência de memória dos atores sociais que vivenciaram a política violenta de Estado durante os anos de ditadura militar. Para ele existe uma angústia e um certo temor social em deixar esquecer os horrores e crimes da ditadura, mesmo que isso implique em acionar memórias traumáticas (Vallejos, 2000, p. 114, 115). Em sua análise, é necessário rememorar o passado, pois o temor de pactuar ou esquecer tudo o que aconteceu se torna um pesadelo coletivo. Nesse sentido, ele traz à memória coletiva como importante ferramenta e exercício ativo da memória, presente nos movimentos sociais, que em nada compactuam com o projeto político e ideológico de “*olvidar*”²⁹.

²⁷ “Lo que pasó en Chile en la dictadura es que al no existir la posibilidad de tener cosas legales, muchos de los dirigentes políticos se parapetaron dentro de un movimiento social insipiente, y el movimiento social que se formó durante la dictadura fue el movimiento para enfrentar los problemas de sobrevivencia prácticamente frente a una dictadura brutal, las primeras organizaciones que se hicieron en esa época, fueron las organizaciones de mujeres que luchaban por los derechos humanos, que visitaban las cárceles, que visitaban los lugares de esto, que luchaban por, de detención o de...no exilio si no que de... extradición...” (Weber, 2013, p. 6.)

²⁸ “Para sacarlos, visitaban a las mujeres que estaban presas, y se formó una gran red de organizaciones de mujeres muy centrada en el tema de los derechos humanos, entonces, [...] desde la gente que venía del humanismo cristiano, del círculo de la mujer, de que se yo..., de la morada, se creó la morada en el año '83 también, entonces, se juntaron y acordaron formar una coordinación de organizaciones, coordinación a las que le pusieron MEMCH 83, el MEMCH no surgió como una organización en sí, si no que era una coordinadora de organizaciones de mujeres donde habían grupos más radicales, mas feministas, digamos, y grupos que eran mujeres políticas agrupadas para enfrentar el tema de los derechos humanos, el tema de la pérdida de derechos políticos de las mujeres, etcétera..., entonces, esa coalición, ese grupo fue la que dio origen...” (Weber, 2013, p. 6)

²⁹ Projeto esse que tinha por objetivo recuperar a democracia chilena, mesmo que compactuada e anistiada com a ditadura.

[..] la ponencia elaborada colectiva y multidisciplinariamente por Ximena Valdes, Loreto Rebolledo, Diana Veneros y Teresa Valdes, caracteriza el movimiento social de mujeres como una experiencia claramente democratizadora, pero cuya acción desborda desde lo político hacia lo sociocultural, desplazando las fronteras entre lo público y lo privado y la dinámica flujo y reflujo ya señalada reiteradamente en estas páginas, se reconfigura en el ámbito del movimiento de mujeres como una alternancia entre “visibilidad” y “latencia”, a la que también puede asociarse a una secuencia de memoria y olvido. (Vallejos, 2000, p. 114, 115)

A fragmentação mencionada pelo autor em seu texto abrange tanto os movimentos associados aos sindicatos de trabalhadores quanto aqueles vinculados direta ou indiretamente a partidos políticos. A fragmentação sofrida por esses movimentos está diretamente ligada com a repressão e a perseguição que a ditadura militar promoveu para capturar e prender seus membros e militantes. Portanto, a reflexão que se tem é justamente a da ausência de atores mais “tradicionais” políticos, e a emergência de atores marginalizados.

Principalmente falando das mulheres, que passam cada vez mais a ocupar as ruas com suas reivindicações e pautas. Importante sempre lembrar que as mulheres anteriormente à ditadura, no período da Frente Popular e até mesmo antes, já ocupavam espaços públicos e muitas já reivindicavam pautas feministas (Largo, 2017). Porém, neste caso estamos falando diretamente de uma autonomia e protagonismo destes movimentos que tomam a frente dessa mobilização social e em conjunto com a população de camadas mais populares e muitos outros grupos marginalizados, criaram uma rede ampla de mobilização e representatividade em meio a ditadura.

No livro, *“Los Muros del Silencio. Relatos de mujeres, violencias, identidad y memoria”*, Edelmira Carrillo Paz, Ester Hernandez Cid e Teresa Veloso Bermedo contam suas experiências de vida e seus traumas da ditadura. Elas falam que durante os anos de ditadura não existia possibilidade de se expressarem publicamente sem que houvesse algum tipo de repressão e que a sociedade chilena não estava preparada para ouvi-las (Paz; Cid; Bermedo, 2012).

Nos movimentos de mulheres, feministas ou não, as mulheres começaram a reconhecer a necessidade de se fazer ouvir (Pedro; Wolff; Veiga, 2011). Ou seja, a emergência de contar suas experiências que contrapõem as narrativas hegemônicas dominantes no país. “Apostando em um discurso de contrainformação que assumiu em alguns momentos, o duplo papel de anunciar e de mobilizar as mulheres na defesa de seus direitos” (Pedro; Wolff; Veiga, 2011, p. 336).

No caso do Brasil, a imprensa alternativa teve importante papel na divulgação desses conteúdos e das informações. No Chile não foi diferente, a importância das revistas clandestinas, os jornais, boletins, folhetos, informativos e as rádios assumiram a

responsabilidade de divulgar o trabalho dos movimentos sociais e das mulheres. As próprias entrevistadas relatam a importância de cada veículo de divulgação e comunicação com a população.

Maria Pia Matta e Teresa Valdes falam da importância dos programas com as mulheres transmitidos na rádio “*Tierra*”; Margarita Iglesias comenta sobre o jornal/revista “*Analisis*” e da revista “*Página Abierta*”; Maria Elena Ahumada fala dos folhetos/boletins produzidos pelo Comitê de Defesa dos Direitos das Mulheres (CODEM); Ximena Valdes e Paulina Weber comentam sobre as produções do boletim “*Nosotras*”, entre outras citações de publicações que aparecem ao longo das entrevistas. Aos poucos, estas estruturas sociais denominadas pelas entrevistadas como estruturas “clássicas” vão sendo cada vez mais questionadas pelas mulheres e novas políticas vão sendo pensadas para contemplá-las, em novos arranjos sociais e familiares.

No ano de 1975, a Organização das Nações Unidas (ONU) promoveu o ano internacional da mulher e foram organizadas a partir deste ano várias conferências mundiais voltadas para as mulheres, nomeadas como Conferência Mundial da Mulher. Esse acontecimento mundial possui uma significativa mudança social e política nos países, pois incentivaram diversas iniciativas e leis que promoviam a inserção das mulheres em diferentes espaços e setores sociais e políticos, como na educação, na saúde, no mercado de trabalho, em arranjos familiares e nos espaços de poder. A questão que se anuncia com esses novos arranjos é justamente as duplas e terceiras jornadas que sobrecarregam as mulheres e os sentimentos de culpa, por se afastarem de suas casas e famílias por algum tempo.

Conscientes de esta necesidad de incorporar las demandas de las mujeres en la agenda democrática, a fines de 1988 un grupo de feministas elabora el documento “Las demandas de las mujeres a la democracia”, con el objetivo de presentarlo a los partidos políticos de oposición y a las diversas organizaciones sociales y gremiales que emergían en el país. En estas demandas se consideran propuestas para cambiar la situación de las mujeres en tanto ciudadanas, madres y trabajadoras y se propone la creación de una agencia gubernamental (de nivel ministerial) especialmente dedicada a promover la equidad de género. (Tobar; Catalán; Caviedes, 2003, p. 57)

O movimento feminista se insere na vida de muitas mulheres militantes a partir dessas tensões entre múltiplas jornadas de trabalho. O que não acontecia no cotidiano masculino, as duplas e triplas jornadas de trabalho. Nesse sentido, o feminismo e as feministas acolhiam muitas mulheres que se sentiam extremamente cobradas por seus parceiros e pela rotina exaustiva de dar conta de muitas tarefas fora e dentro de casa. Os grupos feministas passaram a reivindicar a “democracia no país e em casa”, termo cunhado pela feminista Julieta Kirkwood, considerada refundadora do movimento feminista no Chile. A frase foi escrita quando ela

propôs ressignificar e fazer referência às primeiras feministas/anarquistas chilenas. Logo, a frase virou lema de muitas manifestações feministas, sendo utilizado na primeira mobilização/manifestação das mulheres em 1983 (Largo, 2017, p. 110). Trazendo as desigualdades de gênero para os diferentes espaços como pautas de lutas e mobilizações públicas.

O feminismo atravessou as formas de vida do feminino dentro de um universo que fora por séculos, masculinizado. Esse atravessamento alterou e desconfigurou padrões comportamentais pré-estabelecidos do feminino, ou seja, das mulheres (Rago, 2013). A inserção da mulher nos espaços públicos e a não aceitação das estruturas sociais e comportamentais, transformou o pensamento, a cultura, a política, a sociedade e a história das mulheres.

Em síntese, o estudo das militâncias e lutas das mulheres chilenas em meio à ditadura e à agitação política da época revela uma narrativa profundamente complexa e multifacetada. À medida que a ditadura militar agravou as desigualdades sociais e o empobrecimento da população mais vulnerável, as mulheres se destacaram como agentes de mudança. Elas se tornaram voz ativa na denúncia das desigualdades sociais e nos desafios econômicos enfrentados pelo Chile.

No âmbito da militância feminina, as mulheres se uniram às fileiras do feminismo da segunda onda, adaptando suas lutas às circunstâncias de violência do Estado. Essa adaptação as levou a uma busca por independência e autonomia em suas vidas, representando uma reação corajosa aos desafios impostos pela ditadura. Além disso, as mulheres militantes contrárias à ditadura estreitaram laços com os movimentos feministas, tornando-se importantes fontes de resistência e resiliência. Seus testemunhos e memórias, carregados de luta e conquistas, continuam a emergir como marcas de um passado de muita luta, persistência, determinação e esperança.

É relevante destacar que as militâncias das mulheres chilenas transcenderam as esferas políticas partidárias, uma vez que suas preocupações iam muito além da ditadura. Dentro do movimento de esquerda revolucionária, o MIR, as mulheres enfrentaram desafios consideráveis na busca por igualdade de gênero. A hierarquização de agendas e a imposição de relações de poder de gênero representaram obstáculos que elas ousaram desafiar.

Este estudo pensa o impacto da "subjetividade revolucionária", conforme explorado por Michel Foucault, na "A hermenêutica do Sujeito" (2004b), nas escolhas e experiências das mulheres, enquanto elas lutavam para se encaixar em uma moldura "masculinizada" de militância ditada predominantemente por homens.

Os movimentos feministas no Chile foram herdeiros de uma tradição política da esquerda, tradicionalmente marcada por uma “vocação opositora”, em que fizeram oposição revolucionária marxista ao Estado Neoliberal, porém algumas pautas específicas eram sufocadas em detrimento de outras (Pedro; Woitowicz, 2011).

A hierarquização das pautas, muitas vezes eram sustentadas por homens, isto é, a luta de classes estaria no primeiro plano de a es. Homens latino-americanos inspirados na figura estereotipada do revolucionário e também violento Ernesto Che Guevara e a referência de luta armada idealizada por muitos chilenos e chilenas que foi a Revolução Cubana de 1959, forjou parte do imaginário revolucionário e militante latino-americano. Na próxima seção retomarei a reflexão da imagem construída do homem revolucionário, pensando principalmente no homem militante do MIR.

Cuba que foi escola preparatória para grupos guerrilheiros dos países da América Latina, como o MIR que levou alguns de seus membros (as) para aprender táticas de guerrilha, antes e durante os anos de ditadura militar. A referência revolucionária da guerrilha era simbolizada na figura masculina, as mulheres tiveram que adentrar esses espaços idealizados como masculinizantes e “lutar para lutar”. No próximo capítulo será abordada a situação das mulheres no MIR e as dificuldades encontradas por elas dentro do movimento.

Em resumo, as trajetórias das mulheres chilenas durante a ditadura oferecem uma visão rica e inspiradora de resiliência, resistência e redescoberta de identidade em um contexto de muitos desafios. Seus relatos e memórias continuam a enriquecer as narrativas históricas e a servir como testemunhos potentes referente às lutas das mulheres em busca de igualdade e justiça.

2.2. As mulheres no Movimento de Esquerda Revolucionário (MIR).

Nesta seção, será realizada uma análise das trajetórias de duas mulheres: Gladys Diaz e Margarita Iglesias, que se envolvem com o “*Movimiento de Izquierda Revolucionario*”, o MIR. Suas entrevistas fornecem uma visão importante sobre suas experiências e como o MIR moldou suas militâncias.   considerável ressaltar que as narrativas das entrevistadas são moldadas por suas experiências e identidades pessoais. Em outras palavras, cada mulher compartilhou aquilo que considerou mais significativo e relevante em suas trajetórias. Essas

histórias individuais oferecem uma perspectiva única sobre como as mulheres encontraram significado e motivação em suas militâncias dentro do contexto do MIR, e são essenciais para entender as complexas dinâmicas de gênero e ativismo naquele período.

O MIR foi um movimento criado em 1965, no Chile, por jovens membros dos Partidos Socialista e Comunista, alguns trotskistas, também militantes universitários e trabalhadores. O MIR seguia uma linha marxista, uma esquerda tradicional e defendia a Revolução Chilena. Eles acreditavam que para o país conquistar a via socialista, teria que ser pela luta armada e pela revolução. Nos anos de 1968 e 1969, o MIR iniciou um programa de definições específicas de tarefas para os membros do movimento. Segundo os relatos de Miguel Enríquez, que assumiu o cargo de secretário geral do movimento, a militância no MIR exigia um nível de entrega absoluto, principalmente nos anos de ditadura militar.

Los militantes deberán aceptar las reglas de una rigurosa clandestinidad. El tipo del militante que ingresará al MIR debe ser diferente al de antes. Los aficionados deberán abandonar la organización [...]. No se ingresará ni se hará abandono del partido de cualquier forma. La entrega de sí mismo deberá ser total. La organización decidirá si un militante debe trabajar o estudiar, o donde habitar, etcétera. [...] Y para el período 1973-1974 la meta táctica era [...] fortalecer y acerar [...] el partido, constituir la fuerza social revolucionaria y dar origen al ejército revolucionario del pueblo. A partir de ello derrocar a la dictadura y conquistar el poder. (Ambiado, 1990, p. 46-47)

Nesse sentido, percorrendo as militâncias do Movimento de Esquerda Revolucionário, MIR, Gladys Diaz relata o que foi mais importante para ela, em toda sua vida: foi sua militância, “De longe, minha militância foi a coisa mais importante que fiz em minha vida. Mais importante que minha profissão, que os amores, que a Universidade” (DIAZ, 2007, p. 8). E essa militância a que se refere, boa parte dela foi realizada no MIR, que é uma organização não partidária onde as pessoas militavam clandestinamente. Exatamente para preservar um determinado status social diante da lógica de vida que adotavam, para manter posições profissionais, relacionamentos interpessoais e até mesmo para estabelecer contatos e obter acesso a informações privilegiadas. Mas é claro que a clandestinidade era principalmente para protegê-los.

Então, entro no MIR, e eu o fiz com um nível de seriedade profunda. Duvido que naqueles anos alguém tenha entrado no MIR com o nível de segurança, de certeza, de convicção que eu tinha. É como tem sido a minha vida, quando eu creio em algo eu dou tudo de mim, tudo: minha força, meu talento, meu tempo, meu dinheiro, tudo. Então eu fui uma militante, podem perguntar a qualquer pessoa do MIR, com um compromisso total. Isso está reconhecido até hoje por todo mundo. Total. Eu estava disposta a morrer pelo MIR e de verdade eu era assim. Além disso, acreditava, ainda acredito que tínhamos razão. (Diaz, 2007, p.8)

Neste trecho de sua entrevista, Gladys enfatiza a importância de sua militância para ela, ou seja, a militância foi a “sua vida”. Mas é necessário refletir e separar o que foi a militância da mulher chilena Gladys Diaz e o que foi o MIR. Desse modo, Gladys menciona o seu reconhecimento dentro do movimento, mas em outro trecho de sua entrevista ela fala que sua militância foi muito além do MIR, principalmente depois de sua prisão.

Eu sempre digo que fui dirigente do MIR antes de ser detida porque não puderam evitar. Porque, além disso, eu tinha um grande reconhecimento da militância. Não é assim depois da prisão. Depois da prisão eu ganho um espaço, que o tenho até o dia de hoje, sem MIR e sem nada eu sigo tendo. (Diaz, 2007, p.14)

Essa reflexão e separação se faz necessária, pois em alguns momentos da narrativa de Gladys as trajetórias dela e do MIR aparecem muito ligadas. Em outro momento ela faz a reflexão da militância, reavaliando o que foi a sua trajetória e como faria nos dias de hoje.

Éramos muito imaturos, muito jovens, fizemos as coisas não da melhor maneira, mas eu creio que a essência central segue sendo vigente, eu diria. Já não creio na violência hoje em dia. Acredito que se ganha muito mais com um povo inteiro paralisado do que com quatro ou cinco bombas loucas que nós atirávamos. Eu creio que se você consegue parar este país, se consegue que não se consuma nada, não compre nas grandes lojas por dois meses, esse grande sistema cai. Estou convencida disso. Podemos dar um monte de tiros, bombas, mas o sistema fica igual. Julgo que o mais importante é ganhar consciência. (Diaz, 2007, p. 7- 8)

Nesse momento, a entrevistada realiza uma reflexão significativa sobre a natureza da militância nas décadas de 1960, 1970 e 1980, em comparação com a militância no século XXI. Sua interpretação da militância evoca a conscientização e a compreensão do sistema em que vivemos. Ela enfatiza que a transformação de um sistema não pode ser alcançada por meio de bombas ou armas, mas sim pela conscientização e pela recusa em apoiar o sistema capitalista, particularmente deixando de consumir produtos das grandes empresas e corporações. Essa crítica ao capitalismo e ao enfrentamento das estruturas vigentes revela uma mudança de perspectiva ao longo do tempo e de sua trajetória.

De acordo com a entrevistada, a abordagem mais eficaz, pelo menos no contexto de 2007, é desafiar o capitalismo de maneira não violenta, através de boicotes ao consumo de produtos de grandes empresas. Isso contrasta com as táticas do MIR durante os anos de ditadura, que envolveram a luta armada como um meio de resistência. A observação da entrevistada destaca o desenvolvimento das estratégias de militância e a busca por abordagens mais pacíficas e conscientes para enfrentar os desafios do sistema capitalista contemporâneo. Essa perspectiva é um testemunho das mudanças nas táticas e abordagens da militância ao longo do tempo.

Em 1966, no dia 11 de março, Gladys começou a se envolver com o MIR. O movimento havia sido formado há alguns meses. Ela conta que um acontecimento que mexeu com ela foi

durante uma assembleia do sindicato ligado aos trabalhadores do cobre. Os militares chegaram no evento e jogaram bombas de gás lacrimogêneo para que os trabalhadores se dissipassem. À medida que os trabalhadores saíam, os militares começaram a atirar com arma de fogo. Segundo Gladys, doze pessoas morreram, incluindo uma mulher grávida. Ela decidiu denunciar o que tinha ocorrido e escreveu nos jornais em que trabalhava, sobre o que chamou de “A verdade do que aconteceu no massacre de Salvador”. As autoridades políticas distorceram o acontecimento e Gladys seguiu denunciando e escrevendo nos jornais e nas rádios sobre o fato.

Bem, toda essa sensibilização política que eu trazia detona com isso. Então eu virei durante vários anos uma militante clandestina, apesar de estarmos numa democracia representativa, porque eu, apesar de ser de esquerda, tinha muita vinculação com a gente da direita. Era uma garota muito respeitada, por me considerarem talentosa. Então, por isso eu mantive minha militância escondida, por decisão do MIR. (Diaz, 2007, p.7)

Gladys assumiu publicamente sua militância no MIR, em 1971. Foi presidenta do sindicato dos jornalistas de Santiago, vice-presidenta nacional da Confederação dos Trabalhadores dos Meios de Comunicação e se manteve por algum tempo como dirigente sindical. Em seus relatos, ela explica porque nunca militou em partidos políticos.

Porque, além disso, depois dessa matança, o Partido Comunista Chileno negociou a greve e a negocia por quatro pesos, por nada, com os mortos em cima. Então eu disse: “Não, isso não serve”. Tudo isso está dentro de um sistema, e aí se ajeitam eles... Há que estar fora deste sistema, não é. (Diaz, 2007, p.8)

Segundo Gladys, ela não aceita as injustiças sociais que ocorrem com os trabalhadores chilenos, e deixa explícito em sua narrativa uma preocupação social com as camadas trabalhadoras e mais necessitadas do poder público. Conseqüentemente, das políticas públicas, que não existiam. Sua militância percorre muito no caminho da justiça social e na luta de classes, o que se emparelha muito com a luta do MIR, pela implementação do socialismo no Chile.

Moniz Bandeira (2008) fez uma análise crítica do posicionamento político do Movimento de Esquerda Revolucionário (MIR) e do Partido Socialista durante os anos da Unidade Popular e do governo de Allende. O autor traz reflexões, no sentido do contexto político social do país em detrimento das narrativas ideológicas dos dois grupos.

O MIR proclamava que a “via chilena” para o socialismo e revolução sem custo social não existiam. Porém, sua posição e a dos segmentos de esquerda do PS, que pressionavam para que o governo da UP se radicalizasse, nada também tinha de realista. Era uma posição meramente ideológica, refletindo uma consciência falsa (falsches Bewusstsein), resultante de um aparelhamento intelectual viciado, porquanto também não avaliava a natureza real da situação nem as condições objetivas da sociedade chilena. (Bandeira, 2008, p. 258)

Numa análise macroeconômica, Moniz Bandeira (2008) pensa a problemática situação de desigualdade social enfrentada pelo país nas décadas de 1960 e 1970, quando Allende assumiu a presidência. Nesse sentido, a reflexão é pensar os embates e enfrentamentos dos diferentes segmentos políticos, sejam eles os partidos de esquerda e direita, o MIR, os movimentos sociais, enfim. A questão que está sendo colocada, é justamente, na tentativa de pensar que cada grupo lutava pelos seus anseios, suas pautas ideológicas.

E o que Allende e a UP pretenderam, através da “via chilena”, não foi empreender reformas gradativas. Seu objetivo foi subverter o modo de produção, levar a cabo uma revolução proletária, dentro das fronteiras nacionais do Chile, cujas relações de produção estavam condicionadas pelo seu comércio exterior, e; pelo mercado mundial e, conseqüentemente, submetidas às leis do capitalismo. (Bandeira, 2008, p. 590)

Durante o período ditatorial, os partidos e movimentos políticos, incluindo o MIR, adotaram predominantemente uma corrente de pensamento ideológica de esquerda, concentrando-se nas lutas de classe como parte integrante da tão aspirada "via chilena" para o socialismo. Essa abordagem refletia uma resposta à repressão política e social vivida sob o regime autoritário, com a busca por uma transformação estrutural da sociedade e a promoção de valores socialistas como resposta aos desafios enfrentados. Era tão importante retomar a democracia no país, e não somente isso, mas voltar a lutar pela via socialista, resgatando assim, as transformações que buscavam os partidos de esquerda.

A militante Gladys esteve completamente inserida nesse arcabouço político social, que o tempo todo disputava espaços de poder e legitimidade. Seu posicionamento político em dar ênfase no MIR em detrimento dos partidos e de outros grupos, está muito ligado à questão da legitimidade ideológica, ou seja, uma identificação de luta. Esse anseio que traz em seu relato, mostra muito essa ligação tão forte que desenvolveu com o MIR, ao longo de sua trajetória enquanto militante.

Gladys conta que nos anos da Unidade Popular existiu um ativismo político muito forte. Nesse tempo, ela ocupava um quadro médio dentro do MIR. Foi próximo ao golpe que Gladys tornou-se membro da Direção Nacional do MIR. Ela explica o que faziam no MIR quando ainda ocupava um cargo médio.

Nós nos dividíamos em algo que chamou de GPM's. Eram estruturas que chamamos de Grupos Político-Militares. Então, tinham duas características esses Grupos Político Militares: eram ou geográficos, por exemplo, da zona sudeste, sudoeste, de Santiago, ou (cidade), Valparaíso; e também havia outra nomenclatura, que era a pôr atividade. Então, quando eu fui quadro médio [...] era o GPM-10 que se chamava. Porque se dividiam em números: 1, 2, 3, 4, 5... O meu era o 10.

J - Correspondia a que?

Correspondia a todos trabalhadores da comunicação e da cultura. Atores, músicos, pintores, operários das gráficas dos jornais, locutores das rádios e da televisão, tudo isso. Era muito grande. Devemos ter sido... não era fácil entrar no MIR como militante. Havia uma série de passos prévios. Devemos ter sido uns cento e oitenta militantes e com uma rede de apoio de umas mil pessoas, que eram os intermediários, por exemplo. (Diaz, 2007, p.9)

Segundo Gladys, o MIR era um movimento muito grande, com muitas pessoas envolvidas. Inclusive a Frente de Trabalhadores Revolucionários (FTR) estava ligada ao MIR e aceitavam muitas orientações da direção. O MIR criou uma rede de trabalho, suporte e orientação aos trabalhadores, seja pela informação, instrução e também pela mediação com outros grupos e movimentos.

Por ser estudante de jornalismo, Gladys escrevia muitas matérias para jornais, rádios, sindicatos e partidos. Muitas pessoas pediam para ela escrever sobre acontecimentos que envolviam trabalhadores. Nesse momento de sua jornada, ela relata estar muito ligada no trabalho da escrita jornalística e também dando palestras para trabalhadores em sindicatos. Essas palestras funcionavam como uma orientação, ela ensinava como escrever uma matéria. O MIR era muito chamado para fazer esse tipo de orientação aos trabalhadores.

Estabelecemos um programa muito interessante para o setor, que estava baseado em duas coisas: estava baseado em que os trabalhadores da comunicação deveriam ter uma participação dentro dos meios de comunicação, ou seja, esta era a voz da empresa, mas esta era a voz dos trabalhadores. Conseguimos, ao menos nas rádios, ter meia hora por semana onde dizíamos: “tudo o que se diz sobre tal coisa, isso não é certo” Eu me lembro que fui a primeira a dizer, quando houve uma greve no setor dos calçados e a rádio havia dito que lhes haviam respeitado todos os seus pontos conquistados no ano anterior e tal. E nós falamos: Isso não é certo e aí mostramos... Então os trabalhadores tinham com isso um espaço, que nós podíamos ceder aos trabalhadores do cobre, aos camponeses... (Diaz, 2007, p. 9 - 10)

Depois de um tempo no movimento, Gladys conta que seu trabalho no MIR era mais voltado para o político. Deste modo, ela era responsável pelas tomadas de decisões e estratégias voltadas para a política, ela não trabalhou na área mais militar do MIR, setores que preparavam os militantes para a luta armada, fazendo resistência à ditadura.

Eu diria também pelo tipo de tarefa que te dão. Eu geralmente fui uma organizadora, fui uma jornalista, isso se prolongou dentro do MIR. Dirigente Nacional de Agitação e Propaganda, eu era a que definia as políticas. Mas nunca passei à área militar, nunca. Eu não sou da área militar, sou da política. E cheguei a ser, por muitos anos, inclusive depois, no exílio, a responsável pelas relações internacionais do MIR. De toda maneira, eu nunca fui a encarregada militar [...]. Eu nunca fui a uma escola de [...]. Não sei por que, sempre estava tão ocupada, mas há momentos em que me detive em pensar em porque ninguém pensava nisso, porque não se eu e sempre tive boa saúde eu era alta, era boa de tiro, tinha boa pontaria, mas isso eu aprendi sozinha. (Diaz, 2007, p. 15)

No que se refere ao seu envolvimento com o feminismo, Gladys relata que sempre foi feminista. No entanto, ela inicia suas explicações dizendo que nunca em sua vida militou em um movimento ou organização feminista, mas, sempre militou na esquerda, principalmente no MIR, e sua militância era pela luta dos direitos plenos das mulheres. Então para ela, em sua percepção, ser feminista era lutar pelos direitos das mulheres independentemente do lugar onde se fazia isso, ou se tinha uma bandeira explicitando um grupo feminista.

Importante pensar a relação da militância política, as relações de gênero e as ressignificações de si mesma. Gladys deixa explícito em sua narrativa a angústia que tinha com sua própria imagem e a pessoa na qual ela teve que se transformar segundo suas percepções e declarações. Ou seja, para ter força em um ambiente extremamente masculinizado, como era o MIR nos setores destinados a tomadas de decisão, precisou também se “masculinizar” com todas as ressalvas que essa ideia dicotômica e binária possa ter.

Quando ela perde essa “feminilidade”, que para ela é um conjunto de características, atribuições, jeitos, sentimentos e percepções pertencentes às mulheres, ela começa a assumir uma postura oposta, que seria se aproximar de jeitos e características masculinas, justamente para ser ouvida e respeitada dentro daquele ambiente. No ponto de vista de Gladys, a feminilidade que ela aborda está estreitamente associada a um estereótipo de mulher. De acordo com essa perspectiva, a mulher seria caracterizada por ser mais cuidadosa com a limpeza em comparação aos homens, ter um tom de voz mais suave, assumir um papel preponderante nos cuidados com as pessoas, evitar demonstrações de agressividade, possuir uma habilidade superior de persuasão em relação aos homens e expressar emoções de maneira mais evidente do que eles. Esses atributos delineiam uma visão convencional e culturalmente construída sobre a feminilidade, refletindo normas e expectativas tradicionais que historicamente foram associadas ao “papel” das mulheres na sociedade.

Essas questões são amplamente discutidas e desconstruídas dentro dos estudos de gênero, porém no contexto da militância de Gladys, essa fala parece ter mais significado e embasamento, justamente por ser um contexto altamente opressor e patriarcal, de um machismo ultraconservador em meio à ditadura militar.

Pensando nas relações entre as dicotomias de homem *versus* mulher, Joan Scott (2005) relaciona como questões paradoxais. Pensar nas diferenças e semelhanças muitas vezes nos leva a perceber questões extremamente complexas dentro dessa relação. Não temos só diferenças, também temos semelhanças. Essa concepção analítica que Scott nos convida a pensar é justamente deixar de analisar somente os grupos e pensar em indivíduos. Entretanto, é necessário o exercício de historicizar estes indivíduos e contextualizá-los dentro de seus grupos.

Por isso são paradoxos, ao mesmo tempo em que se desloca ao indivíduo, aproxima-se dos grupos e de suas respectivas identidades.

O gênero é uma das referências recorrentes pelas quais o poder político tem sido concebido, legitimado e criticado. Ele não apenas faz referência ao significado da oposição homem/mulher; ele também o estabelece. Para proteger o poder político, a referência deve parecer certa e fixa, fora de toda construção humana, parte da ordem natural ou divina. Desta maneira, a oposição binária e o processo social das relações de gênero tornam-se parte do próprio significado de poder; pôr em questão ou alterar qualquer de seus aspectos ameaça o sistema inteiro. (Scott, 1995, p. 92)

Desse modo, pensar a fala de Gladys dentro dessas relações de poder e identidades pré-estabelecidas socialmente, torna-se relevante para compreender a “feminilidade” a que ela se refere. As construções das masculinidades foram forjadas na sociedade sexista na imagem do homem machista, violento e viril (Tolson, 1977). No Chile não foi diferente, principalmente pensando nos anos de ditadura, as construções das masculinidades se deram pela via violenta dos militares (à sua imagem), nos moldes tradicionais do patriarcado e do conservadorismo.

A ditadura militar chilena, assim como a brasileira, impôs uma ideologia que priorizava os moldes familiares tradicionais, marcados por um machismo exacerbado, e atribuiu aos homens um papel autoritário, ressaltando o conservadorismo e o patriarcado - agravados por interpretações errôneas sobre os conceitos de valentia, sensatez e êxito social. (Kotchergenko, 2011, p. 284)

Em contraponto, as masculinidades construídas pelos homens de esquerda no Chile, principalmente as construções da imagem do homem dentro do MIR, se davam no sentido de oposição ao homem burguês. Buscando a ideia de homem “forte”, valente, moral, que está disposto a se sacrificar por um bem maior, por seus ideais revolucionários (Brienza, 2006). O MIR queria construir o conceito de um “novo homem”, buscando na imagem de Ernesto Che Guevara a idealização do homem revolucionário e guerrilheiro (Kotchergenko, 2011, p. 287).

No campo da política, quando estás com os homens isso é inevitável, senão perdes o espaço, senão, não te respeitam. Então eu senti que havia feito concessões nesse plano. Eu não gostei, num momento da minha vida, eu não gostava mais. Então, isso tem muito a ver com o trabalho que faço hoje em dia, faço um trabalho de desenvolvimento pessoal, como recuperar o feminino, não somente as mulheres, mas os homens, que recuperem sua parte feminina. (Diaz, 2007, p. 12)

Em outro momento de sua narrativa, Gladys fala de sua atuação no MIR e a importância que atribuiu a essa conquista, a de ser a primeira dirigente mulher deste movimento. Nesse momento, é importante levantar a questão das conquistas que conseguiu e dos espaços que foi adentrando. E de certa maneira mobilizando questões voltadas, mesmo que indiretamente, para a mulher e os direitos das mulheres na relação de igualdade de gênero. Ao longo da entrevista, ela relata que o MIR foi um movimento onde o número de mulheres participantes era muito

grande, ou seja, as mulheres estavam ocupando espaços de mobilização política e de resistência contra a ditadura.

O MIR foi um espaço de inserção política para muitas mulheres e homens chilenos que militavam nos anos de governo da Unidade Popular e depois durante o período da ditadura. Muitas das militantes se identificaram com as propostas “miristas” de uma militância mais radical e menos pacífica, para as mulheres que buscavam uma mudança mais enérgica no país (Aránguiz, 2007, p. 54). Porém, o MIR mesmo com a abertura às mulheres, não significava que existisse igualdade nas participações internas no movimento, tampouco nas atribuições destinadas às mulheres e homens, e muito menos no que se refere às pautas de ação política do coletivo.

No livro da chilena Tamara Aránguiz (2007), “*Mujeres en rojo y Negro: Memoria de tres mujeres miristas (1971-1990)*”, está apresentada a trajetória de militância de três mulheres que ela chamou de “miristas”, ou seja, mulheres que militaram no MIR. Este, aborda a questão das dificuldades encontradas pelas mulheres ao militarem neste movimento e uma dessas questões, é justamente a quantidade de mulheres que conseguiam adentrar ao MIR, porém os espaços de poder eram limitados aos homens. O que encontra a fala de Gladys, no sentido, da dificuldade de estar nesses espaços de poder.

A própria Gladys aponta em sua fala, as desigualdades entre homens e mulheres nos espaços de decisões em que as mulheres não participavam muito. Nesse sentido, ela traz o fato de ser a primeira mulher dirigente do MIR, algo que é bastante expressivo para ela, estar num espaço tão masculino. Gladys conta em sua entrevista um exemplo prático e cotidiano do machismo dentro do MIR.

Veja, eu acredito que dentro do MIR havia machismo também, muito machismo, não é? Por exemplo, vou te contar um caso. Há um tema que está presente em toda a direção do MIR, que primeiro vivi a nível regional, porque eu fui primeiro dirigente regional antes de ser membro do Comitê Central. Então, há uma exposição, as pessoas levantam o dedo e fala, falam... Então “vamos votar a proposta do Fulano de Tal”, que dizia exatamente o que eu tinha falado³⁰, não é? E nem mencionam que eu havia falado e colocam em votação o que disse o outro que repetiu de má maneira o que eu havia exposto melhor e mais brilhantemente. Disso eu reclamei eternamente. Porque havia uma invisibilidade. (Diaz, 2007, p. 14-15)

³⁰ Existe um termo em inglês para situações parecidas, chama-se *Mansplaining* (*man* = homem e *explain* = explicar), seria uma situação em que o homem se sente confiante para comentar e/ou explicar algum assunto de forma simplista e até mesmo equivocada, menosprezando o saber da mulher e muitas vezes utilizando a própria fala dela. Gladys comenta que essa situação era desagradável e que muitas vezes ela questionava e não aceitava. Inclusive, relata que suas explicações e colocações eram muito mais brilhantes do que as dos homens, e que de certa forma estariam usurpando suas ideias.

Gladys Diaz faz referência a sua experiência como mulher militante. Nesse momento, quando questionada de como eram as relações com os demais militantes homens e também com as mulheres dentro do movimento, fala sobre o machismo dentro do MIR e como foi ser mulher e militante neste movimento.

Gladys segue seu relato falando do espaço que conquistou no MIR e fora dele e comenta que foi com muita luta durante sua militância que seu trabalho foi reconhecido por todos, pelo MIR e pela esquerda chilena. Ela ganha esse espaço depois que passou pela experiência da prisão e tortura. Na entrevista, ela comenta que resistiu à tortura e foi além, conseguiu organizar as mulheres e deu continuidade aos seus trabalhos de conscientização e militância dentro da própria prisão, quando ela se refere a Villa Grimaldi.

A fala de Gladys, “eu ganho um espaço em que o machismo não pode fazer nada”, é muito significativa para ter uma dimensão da importância da militância. Foi uma luta muito importante para ela, ela traz essa ideia, do que foi sua militância e o quanto isso significa na vida dela, mesmo depois de alguns anos.

Eu ganho um espaço em que o machismo não pode fazer nada. Porque eu ganhei dentro da prisão uma estampa de dirigente que não é todo mundo que tem, que não tiveram nenhum deles, nenhum dos homens. Porque eu não somente resisti à tortura, mas dei condução dentro da Villa Grimaldi, formei, organizei, quer dizer que o que eu fiz eles não fizeram. Eu não tive medo nunca. Quer dizer, tive medo, mas ele não me inabilitou. E isso, em uma mulher, não pode deixar de ser reconhecido como maiúscula. Porque se espera que nós estejamos mortas de medo, que nos paralisam e que não façamos nada. Então isso foi altamente valorizado, e não somente pelo MIR, mas por toda a esquerda chilena. Então eu sempre digo, antes da prisão e depois da prisão. Porque antes eu tive que abrir meu espaço à força. E depois eu tinha um espaço ganho, com ou sem o MIR. E isso foi reconhecido pelo MIR. (Diaz, 2007, p. 14-15)

Gladys narra que a experiência da prisão e da tortura a levou a um nível de militância extremo, uma dedicação que ultrapassou qualquer limite. O sofrimento infligido pela tortura, tanto a violência física quanto a psicológica, por si só, desafiava os níveis de resistência. Naquele período, ela compartilha o terrível episódio em que foi submetida à tortura na prisão, chegando a perder a consciência por três dias, levando todos a acreditarem que ela havia sucumbido. Essa prática de prisão e tortura era uma tática política do governo, usada para dismantelar qualquer forma de resistência à ditadura.

O ataque às mulheres e as torturas que foram empregadas aos corpos ganhavam uma gravidade ainda maior. As mulheres militantes sofriam com a violência política e com a violência de gênero, no sentido, em que os agentes violadores eram em sua maioria homens, e este, ampliaram seus sentimentos de poder na relação com suas vítimas. Para Olívia Rangel

Joffily (2010), o corpo feminino tornou-se um lugar de batalha. Para os torturadores, as mulheres que foram presas e torturadas eram associadas às imagens estereotipadas socialmente, daquelas de mulheres que ocupavam lugares nas “ruas”, como as prostitutas, mulheres que queriam disputar os mesmos espaços que os homens (Joffily, 2010).

No confronto entre torturadores e militantes mulheres, à oposição de ideias políticas e visão do mundo somavam-se as desigualdades de gênero. [...] A militante de esquerda, no seu sistema de referências, não está associada à figura mais próxima da mãe, esposa, filha ou irmã; ocupa um lugar que se encontra na margem oposta, o de puta, vaca, vadia. [...] A condição de mulher das oponentes é tomada como um dado a mais a aumentar o fosso que os separa; e utilizada como ferramenta de humilhação e de destruição da autoestima do outro. (Joffily, 2010, p. 230)

Muitas das mulheres militantes do MIR quando foram presas pela ditadura, foram levadas para centros de torturas e nesses lugares sofreram diversas e severas formas de torturas. Soledad Aránguiz (2007) conta que na Villa Grimaldi, o nome da prisão que ela ficou, tinham alguns lugares específicos de tortura. Eram lugares muito escuros, pequenos de altura e largura, elas cabiam ali somente sentadas e eram levadas com os olhos vendados para não ver nada no caminho (Aránguiz, 2007). Não podiam conversar com ninguém, duas delas contam que Gladys também estava no mesmo centro de detenção e tortura, mas não se viam. As mulheres do MIR foram alvos de muita tortura e perseguição, era uma estratégia dos militares para pegar muitos outros militantes do movimento, inclusive os homens.

Margarita Iglesias também foi uma importante militante do MIR. Em sua entrevista, ela conta que sua inclinação para as questões políticas e sociais de seu país é fruto de um incentivo familiar de um pensamento crítico ideológico de esquerda, recebido de seus pais em casa. Seu colégio também foi um ambiente que possibilitou e fortaleceu esse pensamento humanista e social, ocorriam muitos debates políticos em sua escola e existia uma liberdade para se falar e questionar.

Ela estudava em uma escola de artes, do Estado, ou seja, era uma escola pública e laica. Diferentemente de seus amigos e amigas, que estudavam em escolas particulares, e, muitas delas eram vinculadas à Igreja Católica, como o colégio de freiras. Margarita nasceu no Chile em uma família de classe média, segundo ela, sua família morava em um bairro de classe média alta, portanto os círculos de convivência com muitos amigos e amigas eram com pessoas de viés político e social mais de direita.

Um pouco antes do golpe em 1973, Margarita Iglesias foi convidada a trabalhar no MIR, mais precisamente em setores da Execução Nacional do MIR. Depois ela passou a trabalhar no Comitê Nacional do MIR e em 1975, foi presa. Ela tinha apenas dezessete anos quando foi

detida. Permaneceu por quatro meses em um Centro de Tortura clandestina, depois foi entregue a um advogado na condição de sair do país. Ela não aceitou essa condição e recorreu à justiça para permanecer no Chile. Tendo em vista sua idade e também a questão dos seus estudos, pois não tinha terminado o ano que corresponderia ao último ano do Ensino Médio. Margarita conseguiu ficar em seu país. Posteriormente, conseguiu terminar seus estudos e ingressou na universidade.

Margarita explica que depois do golpe, o MIR trabalhou fortemente na reconstrução e rearticulação do movimento. Muitas pessoas tinham sido presas e assassinadas em 1973, outras foram exiladas. Acontece que o MIR precisava se reorganizar enquanto movimento e pensar em estratégias de trabalho antiditatorial. Era um trabalho clandestino, algumas ficaram responsáveis pela rearticulação e proteção dos demais membros. É o caso de Margarita e uma amiga, as duas foram morar juntas e alugaram casas para poder trabalhar no MIR, sem que fossem descobertas. Margarita fala que não era comum naquela época duas meninas jovens e estudantes viverem sozinhas.

Tinha gente que nos davam dinheiro, que nos apoiavam em tarefas mais específicas, e para isso montamos uma fachada de vida regular, eu entrava com outra amiga no departamento e alugamos muitas casas que tivemos que abandonar, e nisso, vivíamos uma vida cotidiana, conversávamos com os vizinhos e contamos histórias, pois éramos muito novas, e no Chile não tinham meninas vivendo sozinhas, então contamos histórias que nossos pais tinham ido embora e que nós estávamos estudando na universidade e por isso estávamos sozinhas e que os departamentos nos pagavam e nós pensamos que eles acreditavam e assim, fomos levando uma vida regular. (Iglesias, 2007, p. 16)

Em seu livro “*Los Muros del Silencio. Relatos de mujeres, violencias, identidad y memoria*”, Teresa Veloso Bermedo (2012) relata parte de sua trajetória como militante e integrante do MIR. Ela foi um quadro médio do movimento, o que corresponde a diretoria da região de Concepción. Muitos de seus relatos se assemelham ao que as demais militantes contam de suas trajetórias no MIR, como a Gladys Diaz, Margarita Iglesias, e as três mulheres entrevistadas por Tamara Aránguiz: Cristina Chacaltana, Arinda Ojeda e Soledad Aránguiz (Aránguiz, 2007). Numa parte de sua trajetória, Teresa Bermedo fala que viveu na clandestinidade trabalhando para o MIR e que vivia mudando de casa em casa, ou seja, não tinha um lugar fixo, definitivo. Porém, ela conta que era preciso estabelecer uma rotina fixa, para justamente manter as aparências de uma mulher “comum” trabalhadora.

En la clandestinidad, aprendes a vivir en diferentes casas, te trazas una rutina diaria, tienes que salir en las mañanas y volver en la tarde, dar la imagen de una vida normal, te inventas una historia, de la cual no puedes incluir ni decir que eres estudiante de sociología, porque por un bando militar habían cerrado tu escuela, el 13 de septiembre de 1973, los estudiantes de sociología de la

Universidad de Concepción pasamos a ser “ciudadanos peligrosos para la sociedad”. (Paz; Hernandez; Bermedo, 2012, p.198)

Era fundamental manter uma rotina, o que Margarita Iglesias fala de fachada, e Teresa Bermedo chama de rotina diária para passar uma imagem de vida “normal”. Elas mantinham contato com os vizinhos, conversavam com as pessoas do bairro para não levantar suspeitas de suas atividades clandestinas. O trabalho de Margarita Iglesias, nesse momento era entrar em contato com pessoas de dentro e fora do Chile, pessoas influentes politicamente que pudessem ajudar os militantes, tanto com dinheiro, como também, com proteção aos membros do movimento, principalmente membros da central do MIR.

Trabalhava na reconstituição, nós havíamos decidido como partido, como movimento que teríamos que reconstituir Redes para poder sustentar a clandestinidade, e eu trabalhava nesses lugares. [...] Contatando pessoas que nos apoiava e trabalhava, diretamente, no Departamento de Documentação do MIR, e eu fazia, meu trabalho completo era uma conexão com outros setores do MIR. E, além disso, meu trabalho era procurar rede de apoio fora do MIR para poder passar essa fachada de clandestinidade do MIR, mas seguir funcionando legalmente. (Iglesias, 2007, p. 17)

As militantes do MIR apresentam trajetórias parecidas. Seus compromissos com os trabalhos no movimento eram bastante intensos, para muitas delas a dedicação era em tempo integral. Elas relatam que viviam para a militância, Gladys e Margarita Iglesias reforçam bastante isso em suas entrevistas. Muitas passaram pela clandestinidade, prisão, tortura, o treinamento em Cuba e muitas delas tiveram que abrir mão da criação de seus filhos.

Nos primeiros anos de ditadura, o MIR não era a favor do exílio para seus militantes, justamente para fazer resistência ao regime militar dentro do país. Entretanto, algumas mulheres e homens precisaram se exilar e conseqüentemente foram expulsos e expulsas do movimento. Foram consideradas desertoras, como se tivessem abandonado suas militâncias. Não foi o caso de Gladys, mas foi de algumas outras mulheres, como o caso de Arinda Ojeda, que foi entrevistada por Tamara Aránguiz (2007). Margarita Iglesias também reforçou em sua entrevista essa decisão política do MIR, em não permitir que seus membros saíssem do país. Como falam nos seguintes trechos:

Te digo que ese fue uno de los tremendos dolores que he tenido en mi vida: la expulsión por desertores, eso me pilló cuando ya estaba adentro. Lo supimos cuando estábamos en la embajada. Tremendo dolor, pero nada más. Me entero por la prensa. Con mucho dolor pero entendiendo que... uno no puede justificarse en esos casos, aunque entienda la situación. (Aránguiz, 2007, p. 87)

O MIR tinha tomado uma decisão política, que era que as pessoas que pertenciam ao MIR, não saíam do país, estava proibido de sair. Estava citando um caso, como o meu, por exemplo, e aí eu não tomei a decisão, se me tiram do Chile, e muitos outros foi assim e muitos outros optaram por ir embora, e essa gente foi condenada. E na volta do tempo e da história nós percebemos

que tudo isso foi um horror humano e político muito grande. (Iglesias, 2007, p. 17)

Margarita Iglesias, questiona e critica essa postura política do MIR em proibir as saídas das pessoas do país, muito no sentido de não levar em consideração todo o contexto opressor e violento, que o Chile estava enfrentando. Quando traz o seu exemplo, que foi expulsa do país por questões específicas, ela conseguiu permanecer, mas não significa que muitos outros tiveram essa oportunidade. E mesmo com opção de se exilar ou não, ela questiona e fala que foi um “horror”, um ato desumano com as pessoas do MIR. E quando ela precisou se exilar, o rompimento com o MIR foi aos poucos acontecendo.

Eu creio que aí, de estar no exílio, eu creio que deve ter sido aniquilada, pelo menos a duas gerações nacionais do MIR, cortando a possibilidade de reação e cercando os que sobraram, demoramos muito tempo para recompor os laços e as gerações que surgiram posteriormente, pode se ver que são um pouco diferentes, porque houve esse corte. (Iglesias, 2007, p. 18)

O MIR não estava aberto para discutir muitas questões, inclusive as de gênero, muito menos estavam preparados para disponibilizar e apoiar as mulheres militantes que se encontravam gestantes, tampouco flexibilizar sua jornada de trabalho dentro do movimento para que elas pudessem cuidar de seus filhos.

Muchas miristas aprovecharon el destierro para ser madres, etapa menos comprometida políticamente y en la que contaron con más espacio para sí misma y para la relación de pareja. No obstante Cristina sintió que para el MIR nunca era el momento adecuado para tener hijos, y que más bien existía un discurso de posponer indefinidamente las maternidades mientras se continuaban participando activamente en el trabajo político. [...] La tensión y las culpas que sintió fueron resueltas por la madre de Arinda, quien se hizo cargo del niño permitiendo que su hija se desarrollara política y laboralmente sin mayores recriminaciones, a pesar de no cumplir con las responsabilidades que tradicionalmente le competían según el Sistema Sexo y Género (SSG) hegemónico. (Aránguiz, 2007, p. 239, 241)

Naquele momento, elas se questionavam se seriam mães e conseqüentemente teriam menos tempo para se dedicar à militância. Ou então, teriam que abrir mão da maternidade e se dedicar exclusivamente ao movimento e a política? E as que já eram mães, deixariam seus filhos e seguiram com suas militâncias? Não pretendo responder aos questionamentos. Minha intenção é trazer as dificuldades que muitas mulheres enfrentaram ao longo de sua militância no MIR. A própria militância também significou escolhas difíceis. Abrir mão de muitas pessoas importantes, momentos perdidos e laços rompidos.

Tive uma gravidez casual e tive uma grande discussão com os dirigentes do MIR, e isso significou que me limitaram as possibilidades de voltar ao Chile. Então minha discussão foi que, sendo eu mulher, e tendo casualmente ficado grávida, e a mim eles me cerceavam, quando eu via que havia muitos companheiros homens que engravidavam outras mulheres e eles não eram restringidos. E a mim, isso me parecia injusto, e me parecia que não era certo.

Tivemos uma grande discussão. E ao mesmo tempo começou a mesclar com crítica que eu vinha fazendo, já que eu estava olhando de lá, e isso significou que eu não voltei imediatamente ao Chile, e que começamos um processo de ruptura, basicamente de minha parte, ao perceber que se impunham critérios, e o MIR começou a ter um processo, em que foram fechando todas as afinidades, as necessidades e fechando também a possibilidade de discussão e eu estava muito acostumada até esse momento a chegar a acordos entre o que eu achava e entre o que eles supostamente me deixavam, mas agora não tinha mais possibilidades de acordo. (Iglesias, 2007, p. 19)

As injustiças cometidas pelo MIR fizeram com que Margarita Iglesias fosse se afastando do movimento e aos poucos retomando outras atividades em sua vida. A reflexão que cabe aqui trazer são as falas de Margarita e lembrar de Gladys no sentido de auto percepção da relevância e importância do seu trabalho. As duas comentam que de longe fizeram excelentes trabalhos ao longo das suas trajetórias de vida e de luta, deste modo, a consciência política das duas militantes é um indicativo do tamanho das conquistas dessas mulheres e, sobretudo, das rupturas que foram promovidas.

Asimismo ingresar a la política pública y especialmente a una organización que propugnó la vía armada como estrategias de lucha, significó para estas mujeres quebrantar las fronteras de lo femenino, perturbando el binarismo masculino/público/activo versus femenino/privado/pasivo. [...] Estos espacios de participación generan brechas a través de las cuales se cueñan diminutas subversiones, en este caso al SSG, transgresiones que preceden los grandes cambios. Así el MIR, a pesar del sexismo que reprodujo y que se evidenció en los relatos, posibilitó las subversiones y empoderamientos que estas militantes alcanzaron posteriormente en sus vidas. (Aránguiz, 2007, p. 271-272).

É importante ressaltar que mesmo o MIR sendo um movimento em que muitas das desigualdades entre homens e mulheres eram reproduzidas, foi um importante espaço de luta e conquista das mulheres. Gladys deixou isso explícito em sua fala, quando ela se refere à importância de sua militância com ou sem o MIR e que continuou a trabalhar na prisão. Margarita Iglesias também falou da importância do seu trabalho, que mesmo depois que se afastou do MIR, continuou a trabalhar de forma indireta em algumas tarefas, pois relata ter “a capacidade de criar redes de apoio”. Portanto, foi um importante espaço para que elas realizassem rupturas nesse sistema patriarcal.

Portanto, o MIR representou um espaço crucial para que essas mulheres realizassem rupturas no sistema patriarcal. Ao abordar as complexidades das relações de gênero em ambientes políticos partidários, especialmente nas demandas diversas impostas às militâncias, as mulheres do MIR enfrentaram não apenas a ditadura, mas também as diferenças de gênero presentes nos contextos em que atuavam. A ambiguidade entre serem militantes políticas ou feministas surge como uma indagação constante, revelando os desafios, transformações e

eventos que permeavam suas vidas. Em meio a essas questões, as mulheres do MIR se destacaram como agentes ativas na busca por mudanças e na superação das expectativas sociais. A esse respeito, Isabel Cristina Hentz e Ana Maria Veiga (2011) no artigo “Entre o Feminismo e a Esquerda: contradições e embates da dupla militância”, escreveram:

Justamente por estarem em um ambiente predominantemente masculino e impregnado de machismo, era difícil para as mulheres defender reivindicações específicas femininas nos grupos de esquerda no Cone Sul, ainda mais quando quem fazia essas reivindicações eram aquelas identificadas com o feminismo, sendo que além de serem mulheres querendo participar de um ambiente “masculino”, estavam contestando os papéis considerados femininos pela sociedade. Não raramente suas ideias eram desvalorizadas simplesmente por serem defendidas por mulheres. (Hentz; Veiga, 2011, p. 153).

A pressão intensa sobre as mulheres militantes muitas vezes as forçou a tomar decisões difíceis entre ser uma mulher militante feminista e uma mulher envolvida em causas políticas, como a luta pelo socialismo e a luta de classes. Nesse ponto, várias declarações das entrevistadas destacam de maneira mais evidente as relações de gênero e as expectativas impostas às militantes, evidenciando as cobranças e conseqüentemente, evidenciando uma dupla militância. Essas exigências refletem desafios adicionais para as mulheres engajadas em movimentos políticos e feministas, pois são confrontadas com expectativas concorrentes que muitas vezes exigem equilíbrio delicado e, por vezes, sacrificam uma dimensão de sua militância em detrimento da outra.

Na definição de Aranguiz (2007) as tensões identitárias entre as militâncias política e feminista aconteceram com as mulheres nos espaços partidários e nos movimentos políticos, era uma cobrança dos homens, que não aceitavam as discussões e reflexões de gênero naquele espaço e naquele momento de ditadura. As mulheres se viam divididas entre duas lutas, ou seja, a oposição à ditadura e o movimento feminista.

[...] ¿Eran mujeres antes que miristas, o viceversa? Era difícil negar el género, pero al mismo tiempo parecía superfluo anteponer los problemas femeninos a la lucha de clases. Este nudo se ha reiterado en todos los movimientos y partidos políticos con participación femenina, no obstante en las luchas armadas resultó más apremiante: ¿Había tiempo en medio de tanta muertes para reflexionar sobre la especificidad de las mujeres? (Aranguiz, 2007, p. 270-271)

Nesse sentido, vale pensar na invenção dos papéis destinados aos homens e às mulheres, que se configuram ao longo da história e são forjados para dar sustentação aos sistemas estruturais, sociais e políticos dominantes, porém, é importante ressaltar que são questões que vêm sendo largamente discutidas e desconstruídas por diversas pesquisadoras e pesquisadores.

Carole Pateman em seu livro “O Contrato Sexual” (1988), diz que “a liberdade civil não é universal - é um atributo masculino e depende do direito patriarcal” (Pateman, 1993, p. 17).

A estrutura dominante na qual se define e forja papéis masculinos e femininos, é na prática o patriarcado, que também constrói e determina os espaços públicos e privados e quem pode transitá-los.

O patriarcado parece não ser, então, relevante para o mundo público. Ao contrário, o direito patriarcal propaga-se por toda a sociedade civil. [...] O domínio público não pode ser totalmente compreendido sem a esfera privada e, do mesmo modo, o sentido do contrato original é desvirtuado sem as duas metades interdependentes da história. A liberdade civil depende do direito patriarcal. (Pateman, 1993, p. 18, 19)

No sentido de pensar e problematizar as construções sociais e políticas de papéis e lugares, como o público e o privado, a história do trabalho e as relações de poder que permeiam as profissões e a inserção das mulheres ao mercado de trabalho, percebe-se que tampouco escaparam do que Pateman (1993) chamou de contrato sexual. A historiadora Michelle Perrot (2019) pensou as novas profissões das mulheres no setor terciário ao analisar a história das mulheres e dos trabalhos das mulheres.

Atualmente, o setor terciário é o que mais cresce, oferecendo emprego para todos, principalmente para as mulheres, sendo que cerca de 75% das mulheres que trabalham o fazem nesse setor. A maioria dos empregos que elas ocupam são marcados pela persistência de um caráter doméstico e feminino: importância do corpo e das aparências; função das qualidades ditas femininas, dentre as quais as mais importantes são o devotamento, a prestimosidade, o sorriso etc. [...] Outro setor de emprego: os cuidados com o corpo do doente, até então confinados às religiosas dos hospitais e dos asilos. (Perrot, 2019, p. 123-125).

A domesticidade da mulher e as separações das esferas pública e privada são construções sociais que permanecem em nossas sociedades até os dias de hoje (Mello, 2019). Desconstruir essas estruturas de poder configura-se um desafio, porém, há muito tempo as mulheres vêm denunciando essas relações de poder excludentes e irrompendo com esse sistema patriarcal. Mas na prática cotidiana, desconstruir uma estrutura tão enraizada é uma tarefa difícil.

As mulheres muitas vezes tiveram que se dividir entre várias jornadas de trabalho, e isso se faz presente até os dias de hoje em diferentes sociedades, principalmente nas sociedades

ocidentais³¹. Duplas e triplas jornadas de trabalho já fazem parte do cotidiano das mulheres e com as chilenas não foi diferente, elas se dividiam entre os trabalhos assalariados, domésticos, trabalhos com os filhos, com os trabalhos políticos e a militância. O trabalho doméstico configura-se num trabalho não valorizado e tampouco reconhecido como trabalho (Mello, 2019).

Muitas dessas mulheres tiveram que manter seus ofícios remunerados e a demanda do trabalho doméstico, acarretando em múltiplas tarefas e conseqüentemente, em uma sobrecarga laboral. Algumas delas contam que depois que saíam de seus trabalhos, voltavam para suas casas e à noite iam para os encontros dos movimentos partidários, organizações estudantis entre outros grupos e movimentos que participavam.

Eram mulheres de esquerda, que trabalhavam, lutavam contra a ditadura e pelo retorno da democracia. Eram mulheres socialistas, comunistas, feministas, mas, sobretudo, eram mulheres. Sentiam na própria vida e na luta diária o peso de serem mulheres. Eram cobradas a se dedicar apenas a uma causa, a luta mais “universal” a pauta mais “urgente”, que nesse contexto, seria a luta de classes. Isso na imposição masculina dos partidos e movimentos de esquerda, principalmente pensando no MIR. As questões femininas eram constantemente invisibilizadas e deixadas em segundo ou terceiro plano. Muitos homens no MIR acreditavam que tudo se resolveria se a democracia retornasse, e, quando o socialismo fosse uma realidade política, econômica e social no país.

O fato é que, mesmo com a democracia, as desigualdades de gênero permaneceram e permanecem. Nesse sentido, não deveria existir uma hierarquização da luta mais urgente, de uma pauta mais importante do que as outras. Todas as lutas sociais são legítimas e devem ser respeitadas e ouvidas pela sociedade e, sobretudo, precisa-se criar políticas públicas para que efetivamente as lutas sejam concretizadas e transformadas em leis, conquistas permanentes, ou pelo menos constitucionais.

³¹ Existe uma maior liberdade às mulheres nas sociedades entendidas como ocidentais, partindo do conceito geopolítico; se compararmos com países orientais da Ásia e da África. Essa liberdade está muito ligada aos modos de organização política e social, questões culturais e aos discursos religiosos. Nos países com predomínio da religião Islâmica, existe uma maior limitação às mulheres, desde de suas vestimentas até os trabalhos e as profissões exercidas por elas. Alguns países proíbem as meninas e mulheres de frequentarem as escolas e universidades, são exemplos: Afeganistão; Paquistão; Somália; Nigéria entre outros. Nesses países existe uma forte influência e dominância de facções armadas que possuem interpretações extremistas e radicais das teorias religiosas. Algumas informações foram retiradas dos seguintes sites. Disponível em <<https://www.terra.com.br/noticias/mundo/onu-em-70-paises-meninas-sofreram-ataques-por-ir-a-escola>>; <<https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/afp/2022/12/20/taliba-proibe-mulheres-de-frequentar-a-universidade-no-afeganistao.htm>>; <<https://conexoplaneta.com.br/blog/mais-de-60-milhoes-de-meninas-nao-tem-acesso-educacao-no-mundo/>>

A militância das mulheres envolvidas no MIR foi muito marcada pelas desigualdades de gênero, mesmo muitas delas assumindo posições de poder. Essas relações impostas a elas foram caracterizadas pela intensa cobrança, como se elas precisassem o tempo todo se afirmarem como mulheres militantes políticas. Legitimar-se como pessoa de poder num ambiente extremamente masculinizado foi um dos desafios de muitas delas. Não o bastante estar passando pelo período da ditadura, elas viveram o patriarcado dentro e fora do MIR. A luta por direitos iguais entre mulheres e homens, possivelmente para as mulheres, constituía-se “na via chilena para o socialismo”.

Por fim, vale trazer a importância das militâncias para o contexto político e social do Chile. Como argumentou Catalán, Tobar e Caviedes (2003), foram as mulheres as primeiras a tomarem as ruas durante os anos de ditadura no país. Foram elas que organizaram as resistências contra o regime ditatorial; foram elas que uniram forças em meio às adversidades e levaram multidões às ruas para denunciar os crimes da ditadura. As militâncias das mulheres tiveram um papel crucial na luta pela democracia.

As mulheres uniram-se: eram feministas, religiosas, de esquerda, marxistas, trabalhadoras, mulheres ligadas aos sindicatos, mulheres do MIR, mulheres ligadas aos partidos políticos, estudantes entre muitos setores e organizações diferentes. E de diferentes maneiras, todas contribuíram na luta pela redemocratização no Chile.

Em suas narrativas, algumas das entrevistadas destacaram a força e a importância de seus trabalhos em suas militâncias. Gladys Diaz, por exemplo, enfatizou que não necessitava do MIR para ser reconhecida como militante em seu país, graças à sua dedicação na luta contra a ditadura e ao trabalho que desempenhou ao longo de sua vida.

Encerro este capítulo com a reflexão da força das mulheres chilenas narradas em suas militâncias. A esse respeito, Sandra Palestro Contreras (2017) questionou:

Onde estava “o sexo frágil” quando cuidávamos da manutenção da família, do apoio aos presos políticos e da luta contra a ditadura? Onde estava a “delicadeza” quando estávamos tão ferozes nas brigas de rua? Onde estava a “passividade” quando irrompíamos com múltiplas formas criativas para nos organizar e mobilizar? Onde estava o ser para os outros quando nos apaixonávamos pela descoberta dos nossos corpos, da nossa sexualidade, dos nossos prazeres? (Contreras, 2017, p. 223)

3. Capítulo 3: As memórias de mulheres como testemunhos e suas narrativas de auto reconhecimento com o movimento feminista.

3.1. Memórias narradas: a contribuição dos feminismos na luta contra a ditadura e as (re)construções de suas identidades e subjetividades.

O movimento feminista irrompeu com força no movimento de mulheres contra a ditadura, que continuava sendo considerada uma contradição secundária. “Democracia no país e em casa” foi o lema que sintetizou nossas reivindicações. (Blay; Avelar, 2017, p. 224)

Este capítulo tem como objetivo analisar os relatos no que diz respeito à construção de memórias, à contribuição do feminismo como um suporte na luta contra a ditadura militar e as (re)construções de suas identidades e subjetividades. A partir de suas próprias narrativas de auto reconhecimento com o movimento feminista e o que representou e transformou na militância de cada uma delas, tendo em vista a intensa repressão e violência do Estado, nos anos do regime militar. Nesse contexto, as entrevistas podem ser compreendidas como um processo de autodescoberta e reconstrução, na tentativa de transformar as memórias e a relação com o passado em experiências vivas que ecoam no tempo presente.

Para Margareth Rago (2013), o movimento feminista impulsionou as percepções e as descobertas de algumas mulheres militantes brasileiras, atravessando suas trajetórias de vida em plena ditadura militar. A potência da entrevista e das narrativas femininas perpassam as percepções e as consciências das mulheres, num sentido de luta e resistência. As mulheres romperam com o silêncio e contam suas histórias de vida. Deste modo, cabe trabalhar com as entrevistas como testemunhos de vida, partindo da análise historiográfica proposta por Paul Ricoeur (2007), que pensa o testemunho como importante fonte documental.

O feminismo foi adaptado à realidade das mulheres chilenas, que o vivenciaram à sua maneira, dentro das possibilidades do contexto da ditadura militar (Pedro, 2010). Assim, refletir sobre a força que o feminismo trouxe para a vida dessas mulheres militantes significa também considerar a condição e a identidade que elas adotaram para si mesmas. Ou seja, a maioria delas não aceitou as imposições postas pelo regime e lutaram, na medida do possível, por se reinventar, mesmo que fosse entre elas, e muitas vezes, suas descobertas e reconstruções ali permaneceram. A ditadura militar foi um período de muita repressão e perseguição às mulheres. Deste modo, experimentar as transformações do feminismo e vivenciá-las configurou-se num desafio. Ser feminista em uma democracia é uma experiência. Ser feminista em meio a uma ditadura, repressiva e extremamente violenta, é uma experiência árdua.

Enquanto o movimento feminista da Segunda Onda³² era amplamente discutido nos Estados Unidos e na Europa, ecoando as reflexões teóricas de obras como "O Segundo Sexo" de Simone de Beauvoir, publicado em 1949 na França, e "A Mística Feminina" de Betty Friedan em 1963 nos Estados Unidos, as discussões sobre o papel das mulheres e a construção do feminino também chegaram ao sul da América em meio às ditaduras militares (Pedro, 2010, 115). No entanto, não é correto afirmar que não havia feminismo no sul global antes das ditaduras (Largo, 2017). Ele existia, mas o movimento feminista, que ganhou força no norte global e teve um impacto significativo nos países do Cone Sul, conhecido como a Segunda Onda, teve que ser adaptado às circunstâncias e à conjuntura política das mulheres chilenas.

Nesse sentido, as mulheres chilenas já discutiam e abordavam questões feministas de acordo com sua própria realidade e contexto político. Como visto no capítulo anterior, o movimento MENCH 35, foi um movimento de mulheres feministas no Chile. Evidentemente, que correspondia ao feminismo de sua época, mas é correto dizer que já existiam pensamentos e movimentos feministas no Chile, anteriores ao feminismo de Segunda Onda.

Fazendo uma breve reflexão sobre a história dos movimentos de mulheres no Chile, as organizações femininas ganharam maior destaque no século XX. Durante esse período, grupos e coletivos de mulheres foram criados e formados, não apenas buscando melhorias, mas também analisando suas posições a partir de uma perspectiva de gênero. Começaram a surgir debates feministas e anticlericais (Contreras, 2017, p. 220). As mulheres de classe média e alta³³, de certa forma, começaram a adentrar os espaços públicos e a compreender a complexidade das desigualdades de gênero. Elas se uniram em movimentos para destacar questões cotidianas e reivindicar mudanças.

Com o tempo, mais grupos de mulheres surgiram e fortaleceram suas demandas. Cada vez mais passaram a criticar as estruturas sociais patriarcais, buscando a igualdade de direitos entre homens e mulheres. Suas pautas não se limitavam a melhorias domésticas, elas reconheciam as desigualdades em suas formas mais cruéis e começaram a construir estratégias para desafiar o patriarcado (Contreras, 2019).

Já nos anos de ditadura militar, as influências dos estudos feministas tiveram um impacto notável no pensamento e nas atitudes críticas das militantes chilenas. Nesse cenário

³² O feminismo de "Segunda Onda" foi um movimento que surgiu depois da Segunda Guerra Mundial, e tinha como objetivos a consciência das desigualdades de gênero e a luta pelo direito ao corpo, ao prazer, e contra o sistema patriarcal e tudo o que ele representa.

³³ É importante fazer esse recorte de classe social, pois muitas mulheres já circulavam em espaços públicos, como as mulheres negras e indígenas, assim como as mulheres oriundas de camadas populares. Muitas delas precisavam trabalhar e cuidar de filhos e da família e as ruas eram espaços de circulação. Entretanto, não foram lugares em que as mulheres tivessem poder e participação política.

político, social e cultural, redes e grupos de mulheres começaram a se formar em prol da redemocratização do país. No entanto, essa luta transcendeu as estruturas políticas institucionais, abordando questões fundamentais da sociedade capitalista. As mulheres no Chile lutavam por “Democracia no país e em casa”, mesmo as mulheres que não se consideravam feministas, começaram a questionar formas opressoras em suas vidas privadas (Blay; Avelar, 2019, p. 224).

No ano de 1983 em Santiago, aconteceu a primeira mobilização dos grupos de mulheres nas ruas da capital, o tema era “Democracia agora”, com o Movimento Feminista no Chile. As reivindicações das mulheres nas organizações, nos grupos e nos movimentos pediam não só o fim da ditadura militar, mas também lutavam por direitos sexuais e reprodutivos, por uma rede de apoio em oposição à violência contra a mulher, assistência à saúde feminina e outras tantas lutas (Blay; Avelar, 2019, p. 110).

Essas mulheres levaram suas lutas a um nível de reivindicação que ultrapassa as esferas políticas partidárias, os problemas identificados por elas iam muito além da ditadura. Os problemas estavam na raiz do patriarcado, o berço das estruturas sociais. Isso implica em ampliar significativamente a consciência de lutas das mulheres chilenas, e trazer as tensões que essa consciência implicou a elas. As militâncias não somente eram formas de lutas, como, sobretudo, foram maneiras de sobreviver e existir em meio à ditadura.

As mulheres que estavam na luta pela redemocratização, principalmente, as mulheres feministas não aceitavam as imposições dos partidos políticos de esquerda e do marxismo. Elas rejeitavam o patriarcado, que tentava ditar as regras das formas de resistência e das militâncias. Vimos o exemplo de Gladys Diaz que não aceitava as imposições de seus colegas do MIR.

Algumas entrevistas destacam também os posicionamentos críticos de muitas delas em relação às desigualdades sociais e às injustiças. Isso é particularmente evidente nas palavras de Gladys Diaz, nos relatos de Ximena Valdes, Patricia Coñama Carrillo e Teresa Valdes. Isso não significa que as outras mulheres não lutassem contra as injustiças sociais, no entanto, nessas entrevistas mencionadas, essas questões tiveram uma relevância mais significativa.

Entretanto, é essencial destacar que a consciência social e política, bem como a compreensão dos desafios enfrentados pelo país, não surgiu de imediato no início de suas jornadas de militância. Essas percepções foram gradualmente construídas ao longo de suas trajetórias, juntamente com as reflexões sobre questões de gênero. Muitas das militantes eram bastante jovens quando deram os primeiros passos em movimentos e partidos políticos. Portanto, é compreensível que o pensamento crítico tenha se desenvolvido progressivamente, à medida que adquiriram experiência ao longo de suas vidas.

Para muitas mulheres feministas, a luta não era só classe social e política. A luta foi ao mesmo tempo contra as desigualdades, racial, de gênero, sexualidade, idade, étnica e etc. A luta foi contra a opressão. Como exemplo dessa luta, Patricia Coñoma Carrillo, mulher Mapuche, que se identifica como uma mulher de origem indígena, e que é mãe, esposa, trabalhadora e pertencente às camadas populares, lutou pela igualdade das mulheres, porém sua luta era também contra a desigualdade e discriminação de seu povo mapuche, suas condições trabalhistas de uma mulher operária.

Nesse sentido, sua trajetória permeia essas relações de marginalização desses povos indígenas e outros atravessamentos que marcaram sua trajetória. Sua entrevista se diferencia bastante das demais mulheres, ela teve que trabalhar muito jovem, foi mãe também jovem, casou-se cedo e para dificultar sua situação, seu marido foi assassinado pelos militares, durante a ditadura.

24 anos, viúva, com duas filhas, aprendi a trabalhar e não havia terminado o ensino médio, casei-me muito jovem e, portanto, minha primeira missão depois de encontrar o meu companheiro foi trabalhar na primeira empresa de camisas. Daí em diante, eu comecei a estudar e terminei o quarto médio e virei profissional. [...] No entanto, eu comecei muito jovem. [...] Eu comecei a trabalhar e em dois anos, como uma trabalhadora não especializada, até quando eu terminei o meu estudo e pude também... tinha que combinar entre estudar e trabalhar. (Carrillo, 2007, p. 4)

Patricia Coñoma conta à entrevistadora: “Então aí, com uma discriminação enorme, você deve imaginar: eu sou mulher, comunista, mapuche, viúva”. Isto significa, que ela fala diretamente das discriminações que viveu.

Então não é fácil. Então aí, com uma discriminação enorme, você deve imaginar: eu sou mulher, comunista, mapuche, viúva. Então você pode imaginar [...] para uns seguir mantendo-se mulher. Eu começo a me dar conta de que há algo mal. Algo que não funciona mais, algo que não funciona bem. E eu creio que foi o fato que me levou a começar a investigar, a estudar, a sair destas margens, tanto de começar a lutar pelos direitos das mulheres. (Carrillo, 2007, p. 16)

Com relação ao feminismo, Patricia Coñoma Carrillo, relata ter se aproximado do movimento feminista ao longo de sua militância. Como relatado no trecho acima, foi sua jornada de trabalho, estudos e a maternidade que fez com que ela percebesse as relações desiguais entre homens e mulheres. Foi então que procurou estudar, investigar e lutar pelos direitos das mulheres, mais diretamente. Para chegar ao entendimento das relações opressivas nas quais elas estavam inseridas, foi preciso uma busca por conhecimento de suas próprias existências. Então, primeiro aconteceu a desconstrução subjetiva para que depois ocorressem as reconstruções de suas identidades e subjetividades (Contreras, 2017).

Para muitas mulheres, o feminismo foi a chave da transformação interpretativa enquanto sujeitas ativas de suas próprias histórias, que se encontram inseridas na estrutura social patriarcal (Rago, 2013, p. 43). Na maioria das trajetórias analisadas o feminismo foi o impulsionador da mudança, seja diretamente ou indiretamente. Como foi o caso de Gladys Diaz, que não militou diretamente em movimentos feministas, porém, segundo ela, sempre lutou pelos direitos das mulheres. Importante lembrar que Gladys Diaz relata ter se aproximado do feminismo ao longo de sua trajetória como militante. A esse respeito pode ser consultada a tabela 2 (Apêndice B).

As entrevistadas que tiveram contato com os movimentos de mulheres feministas, principalmente as que tiveram contato com as correntes feministas da Europa e dos Estados Unidos, da Segunda Onda do movimento, possuem uma narrativa mais marcada pelas reconstruções. Isto é, tinham um discurso mais marcado pelo feminismo, identificaram em suas trajetórias os momentos que foram vítimas de machismo, de opressão, de cobrança dos seus colegas homens. A própria cobrança da dupla militância, é um marcador da identificação com o feminismo e da (auto) percepção dessas relações opressoras e violentas. Mesmo sendo, em alguma medida, marcadas pela desigualdade de gênero em suas militâncias, elas conseguiram criar e articular grupos de reflexão feministas, conseguiram em alguma medida rupturas e fissuras nessas relações patriarcais.

As mulheres que em suas narrativas aparecem mais marcadas pelo feminismo foram: Margarita Iglesias, Paulina Weber, Rosalba Tobaró, Rosa Ferrada, Maria Elena Ahumada e Maria Pia Matta. Algumas outras foram atravessadas pelo feminismo ao longo de suas militâncias e muitas relatam que isso aconteceu tardiamente.

Exemplo disso são as trajetórias de Ximena Valdés e Teresa Valdes: as duas falam que se aproximaram dos feminismos tardiamente. Ximena Valdés relata que seu envolvimento com os movimentos e grupos feministas é tardio, e se refere ao ano de 1978 quando começou a participar de um grupo de mulheres feministas, no qual estava Julieta Kirkwood no grupo de reflexão que se chamava “*Círculo de Estudios de la mujer*”, visto no capítulo anterior. Foi nessa época que ela começou a ler as feministas, sobretudo, relacionado aos estudos agrários, sobre mulheres camponesas. Ximena Valdés, no entanto, teve seu primeiro contato com o feminismo no exterior, durante uma viagem à França na década de 1970, quando foi voluntariamente estudar na Europa.

Teresa Valdes diz que foi através dos grupos de mulheres e dos estudos de pesquisas acadêmicas que tomou efetivamente conhecimento do que ela mesma chamou de “consciência feminista”, que começou ao longo de sua militância política e estudantil. Ela relata que esteve

envolvida com grupos feministas, mas que sua militância principal não era o feminismo, isso antes de 1983. Ela se considerava uma “feminista não elaborada” segundo suas próprias palavras. Entretanto, com o constante envolvimento com as lutas durante a ditadura, ela repensou sua própria trajetória enquanto mulher, mulher feminista, mulher militante, e simplesmente mulher.

O novo para mim foi a tomada de consciência e a opressão da maioria das mulheres, naquela altura para mim parecia natural ou normal que a mulher e os homens fossem iguais e que estávamos no mesmo meio, depois reelaborei no tempo da ditadura o que havia sido minha experiência de militância e como numa experiência de militância havia, claro, uma discriminação de gênero. (Valdes, 2007, p.9)

Neste trecho da entrevista de Teresa Valdes, é importante levantar duas questões: primeiro, o agravamento da situação das mulheres e das desigualdades de gênero durante os anos de ditadura militar. Isto é, houve uma intensa repressão e padronização do comportamento social, principalmente o feminino, a cobrança dos cuidados com a família. São fatores que fez com que mais tarde, Teresa pensasse na sua própria militância, percebendo a existência das desigualdades de gênero. Segundo, especificamente na situação vivenciada por Teresa Valdes, existiu um contato com mulheres de camadas populares, através de suas pesquisas. Deste modo, ela se depara com uma realidade que não é a sua, ou seja, segundo ela própria relata, pesquisar e ver outras realidades de outras mulheres fez com que ela também se (re)construísse em sua própria jornada. Em seu livro³⁴ (1988), relata sua experiência no contato com mulheres “*pobladoras*” e como mudou sua percepção e o entendimento de “ser mulher”.

A partir do meu encontro com estas mulheres, com a sua maternidade, com a sua experiência de casal e com as tarefas reprodutivas quotidianas que realizam, pude aprofundar-me na condição social de “ser mulher”. Tudo o que li, pensei e vivenciei até então foi colocado em outro cenário, permitindo-me viver e reviver meus próprios acontecimentos, identificando-me com cada um deles, apesar das diferenças incontornáveis entre nossas condições de vida e inserções sociais. Percebi a existência de um problema comum, articulado de diferentes formas, mas baseado nos mesmos elementos. Foi assim que amadureceu a minha consciência da condição das mulheres nesta sociedade, dos inúmeros mecanismos através dos quais elas são oprimidas, subordinadas,

³⁴ *Venid, benditas de mi Padre: Las pobladoras, sus rutinas y sus sueños*. Sua primeira edição foi em 1988 pela editora FLACSO.

marginalizadas, limitadas, manipuladas, usadas e forçadas a determinados papéis em benefício dos homens e do sistema. (Valdés, 1988, p. 14, 15)³⁵

Não só Teresa Valdes, mas também outras entrevistadas, desenvolveram suas consciências feministas em decorrência dos constantes envolvimento com outras mulheres. Isto é, foram construindo uma rede de informações e ajuda que foi criada para dar suporte às mulheres militantes. Seja por exílio e/ou nos grupos, seja pela própria trajetória e nas pesquisas, elas se tornaram feministas na medida em que vivenciavam as desigualdades e na medida em que tomavam consciência das mesmas e as compartilhavam com outras tantas mulheres.

A coletividade que permeia as trajetórias das mulheres chilenas ao longo do período de ditadura e pós-ditadura desempenhou um papel significativo na compreensão das redes de apoio à militância e resistência. Ao analisar as entrevistas em conjunto com a literatura sobre o tema, surgem conexões notáveis entre as trajetórias individuais e os movimentos de mulheres. Esses relatos se entrelaçam e se conectam à medida que as mulheres mencionam as relações que construíram nos movimentos de mulheres durante suas jornadas políticas e feministas. Através desses contatos, elas estabeleceram conexões subjetivas e reconstruíram suas identidades, muitas vezes associando essas transformações às relações de gênero.

Essas mulheres estão em todas as frentes, mas têm características, são todas, todas estão lutando contra a ditadura, algumas conseguem lutar com palavras, outras lutam com ações, outras são mais radicais, outras são mais políticas, outras são mais feministas, outras são menos feministas, uma é mais cristã, outra é mais atea, todas são membros de organizações sociais. (Ahumada, 2013, p. 9)³⁶

Nesse trecho, Maria Elena Ahumada fala da união entre as mulheres nos grupos e nas organizações sociais. Ela ressalta que não existia uma identidade única entre elas, porém se uniram todas contra a ditadura. Desta forma, é possível perceber que ocorreu uma união entre diferentes mulheres numa pauta “maior” que era a democracia chilena. Entretanto, as mulheres também lutaram por mais direitos das mulheres. Maria Elena Ahumada, segue seus relatos

³⁵ “A partir de mi encuentro con esas mujeres, con su maternidad, con su experiencia de pareja y las tareas reproductivas cotidianas que asumen, he podido ahondar en la condición social de “ser mujer”. Todo lo que había leído, pensado y vivido hasta entonces fue puesto en otro escenario, permitiéndome vivir y revivir mi propio acontecer, identificándome con todas y cada una de ellas, a pesar de las diferencias inescapables entre nuestras condiciones de vida e inserciones sociales. Percibí la existencia de una problemática común, articulada de distintos modos, pero a partir de los mismos elementos. Es así como fue madurando mi conciencia sobre la condición de la mujer en esta sociedad, de los innumerables mecanismos mediante los cuales se la oprime, subordina, margina, limita, manipula, utiliza y fuerza a determinados roles en beneficio de los varones y del sistema económico vigente.” (Valdes, 1988, p. 14, 15. Tradução da autora).

³⁶ “Estas mujeres son están en todos los frentes, pero tienen una características, son todas, están todas luchando contra la dictadura, unas pueden luchar con palabras, otras luchan con hechos, otras son más radicales, otras son mas políticas, otras son mas feministas, otras menos feministas, una es mas cristiana, otra es mas atea, todas son integrantes de organizaciones sociales.” (Ahumada, 2013, p. 9. Tradução da autora).

dizendo que sentia muita alegria em ver a união das mulheres nas mobilizações, ela afirma que foi um momento histórico no país.

[...] E - Sinto tanta alegria, mas tanta alegria por isso, porque é, é um marco, é um momento histórico, que durante a ditadura as mulheres combatentes se veem, são muitas daqueles que nem têm nomes, que funcionam como nome político, prefiro que você me conheça como tal, e eles se deram nomes bonitos, como América, [...] mas o legal é, digamos, há uma diversidade, digamos, de mulheres lá, que é isso que eu quero ressaltar, que são mulheres lutadoras, que fazem diferentes tipos de tarefas, e que representam a diversidade e cujo único eixo é lutar pelos direitos das mulheres. .. (Ahumada, 2013, p. 9 - 10)³⁷

Paulina Weber conta que as mulheres dos movimentos feministas faziam capacitações com mulheres trabalhadoras, criando uma ponte entre o feminismo e a política. Ela segue explicando que essas capacitações tinham o objetivo de levar conhecimento e mostrar às demais mulheres as causas e consequências das desigualdades de gênero na prática cotidiana.

E participámos nas suas actividades, fizemos formação nas populações, e criámos uma ponte entre o feminismo e a política...porque éramos, ninguém duvidou que éramos os políticos do movimento, digamos, começámos a criar um vincular e demonstrar na prática, a formação que fizemos foi as causas e consequências, as origens, causas e consequências da discriminação contra a mulher, então, digamos, foi um passo para o feminismo, digamos, ou seja, esse já era o caso, para que se entendesse que entre fome, falta de trabalho, tudo isso que estava acontecendo no Chile tinha uma ligação com o que ela, com o feminismo... (Weber, 2013, p. 11 - 15)³⁸

As mulheres nas organizações e nos movimentos de mulheres, além de se unirem na luta pela democracia, criaram vínculos de amizade e cumplicidade entre elas. No trecho que se segue da entrevista de Rosalba Tobaró, ela fala sobre o vínculo que elas desenvolveram ao longo de suas militâncias e trajetórias nos grupos que tinham o apoio e a proteção da Igreja Católica. Ela conta que as mulheres tinham muita energia para trabalhar nos grupos e debater questões pertinentes.

Os vínculos eram incríveis, íamos buscar os filhos na mesma escola, falávamos na porta, que enviou a igreja, que neste momento havia um cardeal que era muito progressista, e estava muito envolvido com o tema dos direitos humanos. Então foi criada esta Academia Humanista Cristã, criada em 1975.

³⁷ “[...] E - yo siento tanta alegría, pero tanta alegría por eso, porque es, es un hito, es un momento histórico, que durante la dictadura las mujeres luchadoras se ven las caras, hay muchas de ellas que ni si quiera tienen nombre, que actúan como nombre político, yo prefiero que tú me conozcas como tal, y se ponían nombre bonitos, así como América, [...] pero lo lindo es digamos, hay una diversidad, digamos, de mujeres ahí, eso es lo que yo quiero señalar, que son mujeres luchadoras, que hacen distintos tipos de tareas, y que representan una diversidad y que cuyo, único eje es luchar por los derechos de las mujeres...” (Ahumada, 2013, p. 9 - 10. Tradução da autora).

³⁸ “Y participábamos en las actividades de ellas, hacíamos capacitaciones en las poblaciones, y fuimos generando un puente entre feminismo y política...porque nosotros éramos, nadie dudaba que nosotros éramos las políticas del movimiento digamos, nosotros empezamos a crear un vínculo y a demostrar en la práctica, nosotros las capacitaciones que hacíamos eran las causas y las consecuencias, los orígenes causas y consecuencia de la discriminación a las mujeres, entonces, eso digamos, estaba a un paso del feminismo digamos, o sea eso era ya, para que se entendiera que entre en el hambre, la falta de trabajo, todo esto que estaba pasando en Chile tenía un vínculo con lo que ella, con el feminismo...” (Weber, 2013, p. 11 - 15. Tradução da autora).

E que deu origem a um grupo de estudos, que havia de tudo. Era para debater, refletir, ter um espaço. Sem ter que pedir permissão a nenhum general. Teria que pedir permissão apenas para a Igreja. Então nos juntávamos em algumas casas para debater. Era muito dramática essa época, mas, ao mesmo tempo, nós tínhamos uma energia que nos permitia ser qualquer coisa, não nos cansávamos nunca. Isso eu recordo como era muito forte neste momento, a energia na mulher. E tudo o mais era o partido, realmente estavam destruídos. E nós surgimos, não querendo recuperar a democracia que tínhamos, nós queríamos a democracia de verdade. (Tobaro, 2009, p. 8)

As discussões e os movimentos feministas suscitaram nas diferentes mulheres um desejo por democracia, mas não o que se tinha antes do golpe, elas lutavam por uma democracia não patriarcal. Segundo Contreras, o movimento feminista no Chile revolucionou o modo de pensar das mulheres:

Entretanto, foi uma revolução particular, um lampejo de propostas, que certamente já começou e que continuará sendo construída, que abriu um caminho de questionamento aos padrões da cultura capitalista e patriarcal, à sua lógica de dominação e discriminações. (Contreras, 2017, p. 224)

As mobilizações de mulheres começaram muito antes do contexto propriamente estudado e analisado aqui, mas, a mobilização sistemática das mulheres foi se acentuando, após suas efetivas inclusões públicas e políticas, sendo nas organizações feministas, nos partidos e nos movimentos de mulheres. Partindo desse ponto, deu-se um salto à participação das mulheres em mobilizações de ruas e manifestações, mas elas perceberam que não era o bastante. Precisavam se organizar entre si e mobilizar um maior número de mulheres possível (Blay; Avelar, 2017).

Desde então foram criando os grupos, os coletivos, as mobilizações de rua, as manifestações feministas, as organizações de apoio à mulher, os grupos de estudo e de trabalho, os grupos de apoio das igrejas organizados pelas mulheres e as organizações das mulheres trabalhadoras. Há uma intensa conscientização dos problemas políticos, econômicos, sociais e das desigualdades de gênero, e essa inserção que elas promoveram demonstra uma compreensão por parte delas da importância de suas próprias trajetórias de lutas e o quão significativo isso se tornava para romper barreiras estruturais (Contreras, 2017).

Foi durante a ditadura militar, quando, por meio de historiadoras feministas, começamos a conhecer as medidas tomadas por mulheres e quem havia se destacado na formação e condução de organizações e criado correntes de pensamento. Soubemos que desde o fim do século XIX, as mulheres e os grupos estavam advertindo que algo estava errado na divisão de funções na sociedade e na distribuição de direitos. (Contreras, 2017, p. 223)

Contudo, essa conscientização potencializou-se na ditadura a partir dos trabalhos de historiadoras feministas e, também, lideranças de grupos e movimentos, como argumenta Contreras (2017), pois elas já vinham de um histórico desde o século XIX de luta e mobilização.

Porém, o envolvimento com as correntes feministas possibilitou as bases para legitimar suas lutas dentro dos movimentos de mulheres e nos partidos políticos. No livro “*¿Un nuevo silencio feminista? La transformación de un movimiento social en el Chile postdictadura*” os autores relacionam as características das militantes feministas chilenas e latino-americanas, as diferenciando das demais feministas do mundo, pelo fato de estarem vinculadas a uma proposta ideológica dos partidos de esquerda e consequentemente a existência da dupla militância.

El estrecho vínculo entre militancia feminista y partidaria es un indicador de otra de las características fundamentales que distingue a las feministas chilenas – y latinoamericanas – de feministas en otras regiones del mundo: su persistente y compleja relación con la izquierda y los ideales socialistas. Las feministas chilenas, tanto las que protagonizaron la reemergencia de un movimiento en décadas pasadas, como las que ingresan al feminismo en los noventa, han estado vinculadas a un tipo de partido político y proyecto ideológico específico, estos son los partidos de izquierda y el proyecto que ellos proponen para la sociedad chilena. (Tobar; Catalán; Caviedes, 2003, p. 233)

Essas reflexões permitem pensar nas transformações abruptas que foram acontecendo na vida dessas mulheres, muitas vezes ainda muito jovens. Mulheres que começaram a experimentar grandes transformações em um curto período de tempo, quando as forças militares tomam o poder no Chile. Essas transformações vão deixando marcas irrevogáveis na vida das militantes. Marcas que aparecem, ganham vida em suas narrativas.

O historiador belga Berber Bevernage (2018) pensa criticamente a noção e os usos do tempo histórico utilizado pelos historiadores e historiadoras. No que se refere ao tempo irreversível, ele defende a noção do tempo irrevogável. Partindo dessa reflexão da noção de tempo histórico, o autor defende o que ele entende por tempo irrevogável, isso significa, o que não se pode apagar do passado, e está constantemente presente no tempo presente. Já o irreversível, é o que não se pode inverter, dar outro sentido e/ou outra direção. Nesse sentido, as noções de passado irrevogável, como salienta Bevernage, podem ser mobilizadas para leitura das experiências das mulheres entrevistadas e do processo de rememoração do que viveram. Considerando ainda que não se podem apagar as marcas do passado, porém, novos rumos e direcionamentos podem ser reformulados a partir dele.

Dar visibilidade ou historicizar as memórias dos tempos traumáticos e violentos produzidos pelas ditaduras tem uma importante ressignificação para a historiografia e para a concepção do tempo histórico. Sapriza (2010), ao analisar alguns relatos de mulheres sobre a ditadura do Uruguai, faz a reflexão do alcance das memórias femininas deste período e discute o sentido atribuído aos testemunhos.

Es necesario avanzar en la reconstrucción de la historia incorporando el análisis de género en los procesos de rememoración. Plantearse, por ejemplo,

cuándo, cómo, quién y para qué se recuerda. También problematizar los supuestos de las diferentes propuestas de recuperación de la memoria a través de algunas interrogantes sobre los contextos en los que se “produce memoria” y sobre la necesidad de que la historia se comprometa en el análisis de las subjetividades. (Sapriza, 2010, p. 210)

Nesse sentido, a tomada de consciência do lugar de fala, do lugar de voz e a luta que começa a ser despertada, principalmente nas mulheres quando reconstroem suas trajetórias de vida, possibilita uma reconstrução do acontecimento e dá visibilidade a outros olhares interpretativos. Tudo isso acontecendo em meio à estrutura externa que está o tempo todo sendo imposta a elas e às suas narrativas. A estrutura do machismo e do patriarcado impõe formas de existência que não correspondem mais com suas subjetividades. Portanto, deixam de compactuar com esses modelos tradicionais e rompem com as perspectivas estruturais do que se espera das mulheres militantes. Se é que em algum momento isso foi pactuado?

A consciência e o empoderamento das mulheres são construídos juntamente com as formas de organização coletiva e feministas, nas quais elas vão se organizando e se inserindo. Romper com as ideologias de hierarquização e domínio masculino nas relações entre os gêneros é um dos principais objetivos destes grupos feministas, que aos poucos vão ganhando força e unindo vozes.

Elas conseguiram romper barreiras de uma sociedade fechada para as mulheres, principalmente nos espaços políticos e públicos. Mesmo com todas as repressões, muitas mulheres conseguiram sair de suas casas e lutaram por direitos. Consequência disso, Maria Pia Matta fala quando o Chile teve uma presidenta mulher, Michelle Bachelet que foi eleita nos anos de 2006 a 2010 e depois em 2014 até 2018. Bachelet, que é do Partido Socialista chileno, foi eleita, como disse Maria Pia Matta, “*nosotras la elegimos*”. Foi eleita pelas mulheres feministas e militantes que sabiam do tremendo significado de eleger uma mulher ao cargo político mais importante de um Estado.

[...] fala-se muito que a mulher está em público, mas como estamos em público, o que significa a política de inclinação positiva em relação ao lugar da mulher na política, no parlamento, no governo?, tivemos uma mulher presidente, eh... nós a elegemos, o que aquela mulher fez, o que significa essa leitura daquela mulher, bom, eu acho que tudo isso é uma ação muito, muito grande, no Chile tem sido, eu acho que o feminismo no Chile na América foi um lugar muito criativo na luta contra a ditadura. (Mata, 2013, p. 4)³⁹

³⁹ “[...] *que se habla mucho que las mujeres estamos en la vía pública, pero cómo estamos en la vía pública, que significa la política de inclinación positiva respecto al lugar de las mujeres en la política, en el parlamento, en el gobierno, tuvimos una mujer presidenta, eh... nosotros la elegimos, que hizo esa mujer, que significa esa lectura de esa mujer, bueno creo que todo eso es una acción muy muy grande, en Chile ha estado, yo creo que el feminismo en Chile en América fue un lugar muy creativo en la lucha contra la dictadura.*” (Matta, 2013, p. 4. Tradução da autora).

O governo de Michelle Bachelet foi a administração mais comprometida com os direitos das mulheres e foi o que mais promoveu equidade de gênero. Em seu governo, segundo mandato em 2014, foi criado o Ministério da Mulher e da Equidade de Gênero.

A criação de um Ministério de la Mujer y la Equidad de Género; a promoção da Ley de derechos sexuales y reproductivos, que inclui o projeto de despenalização do aborto terapêutico; a reinstalação do Consejo de Ministros; o fortalecimento das Oficinas Municipales com o objetivo de atender melhor às demandas e realidades locais; a implementação de um Sistema Nacional de Cuidados; a modificação e efetivação da lei de igualdade de remuneração e a reforma da sociedade conjugal. Além disso, prevê a criação de um Fundo para a Equidade de Gênero direcionado a financiar projetos que fortaleçam a associatividade e liderança entre as mulheres (De Fina Gonzalez, 2019, p. 102-103)

Porém, ainda assim existem questões não resolvidas para as mulheres. A participação política continua sendo discutida e permanecem nas pautas e reivindicações, assim como o trabalho, questões culturais, aborto⁴⁰, dentre outras pautas. Muitas acreditavam que aconteceriam mudanças profundas e radicais na sociedade, principalmente com relação às desigualdades de gênero. Na realidade as mudanças significativas e efetivas como elas esperavam e lutavam, não aconteceu, resultando num certo desânimo em algumas das militantes. (Contreras, 2017)

Chegamos ao fim da ditadura com a força e o impulso de uma experiência de muitos anos de luta, mas a “classe política” já tinha encontrado o nosso lugar e não era precisamente sentada junto a eles na mesa de decisões. [...] Uma vez instalada a classe política na transição democrática, os atores únicos e legítimos, segundo sua concepção, foram os partidos políticos. Assim os movimentos sociais como expressão organizada da sociedade civil, se tornaram incômodos e desnecessários. (Contreras, 2017, p. 224)

Desde o fim da ditadura militar, algumas políticas públicas foram criadas pelos governos democráticos para amparar e reparar o abandono e as violências cometidas pela ditadura. No final dos anos 1980 foi criado o Serviço Nacional da Mulher (SERNAM), neste mesmo tempo foi criado a Concertación de Mujeres por la Democracia (CMD), com a intenção de pleitear espaços políticos partidários na tentativa de criar políticas e serviços públicos voltados às mulheres chilenas (Lunardi, 2019).

⁴⁰ A descriminalização do aborto nas primeiras quatorze semanas de gestação, foi aprovada pela Câmara dos Deputados no dia 28 de setembro de 2021, com 75 votos a favor, e 68 votos contra. Também existe uma nova proposta de incluir o direito ao aborto na nova constituição chilena, porém essa proposta sofre constantes ataques do avanço político da direita tradicional conservadora, que vem discutindo a lei de legalidade do aborto e pretende revogá-la. Na realidade, o país permanece com a constituição dos anos da ditadura. A nova constituição, proposta pelo atual presidente Gabriel Boric do Partido “*Unidad para Chile*”, não foi aceita por mais de 60% dos votantes, em 4 de setembro de 2022. Um novo texto constitucional será proposto à população, num plebiscito previsto para acontecer ainda este ano de 2023. O presidente chileno Gabriel Boric convocou o plebiscito para o dia 17 de dezembro de 2023, porém a proposta de uma nova constituição foi novamente rejeitada pelos chilenos.

A redemocratização não trouxe muitas das mudanças sociais e políticas que muitas mulheres acreditavam. Ademais, a redemocratização no Chile foi pactuada com o ditador Augusto Pinochet, pelo menos até o momento de sua prisão em Londres. Deste modo, não só as mudanças não aconteceram, como esperavam, bem como o pacto do esquecimento propôs um silenciamento dos fatos e das atrocidades cometidos na ditadura no país. Nesse sentido, as disputas por memórias nos espaços de poder privilegiam as memórias não marginalizadas. Em outro sentido, o silenciamento propõe uma anistia dos crimes da ditadura, desta forma, torna-se difícil condenar se não há crimes.

A relação e reflexão dos discursos e da memória narrada são importantes marcadores para pensar as relações de poder, de quem pode lembrar e contar. O ensaio de Mateus Henrique de Faria Pereira, “Nova direita? Guerras de memória em tempos de Comissão da Verdade (2012–2014)”, aborda a Comissão da Verdade no Brasil e seus efeitos e destaca a ausência de memórias da ditadura brasileira.

Sendo assim, a “guerra de memória”, diante de seus sentimentos e de seus componentes de irracionalidade, não terminará apenas pelo uso da razão, da lembrança e da evidência, mas antes de tudo quando os atos e os agentes de crimes realizados no passado sofrerem algum tipo de punição. (Pereira, 2015, p. 884)

No Chile, as relações com as memórias da ditadura aconteceram pela via de um pacto da redemocratização, o “*Proyecto de Olvidar*”.

Muitas das políticas da ditadura foram preservadas, frutos de uma intensa negociação. Muitos acordos foram criados para dar continuidades em projetos políticos militares, como por exemplo, o projeto econômico neoliberal. A estabilidade de um país precisava ser mantida, com sua economia liberal, onde muitas das estatais foram privatizadas e a abertura para o mercado externo era de suma importância. Era preciso amarrar essas políticas com as coligações partidárias que assumiram o poder executivo do país. A constituição de 1980 também foi uma das estratégias de negociações, na maneira como as Forças Armadas no Chile continuaram com um caráter de tutela em relação ao sistema político. [...] Nesse sentido se torna imprescindível falar de uma das principais estratégias promovidas no período de transição para a redemocratização, “un proyecto de olvido”. O esquecimento como condicionalidade para a democracia. (Reynaud, 2019, p. 30, 31)

Isso reflete bem as problemáticas das manipulações das memórias da ditadura e todo o projeto de esquecimento que foi pactuado na transição à redemocratização. Nesse sentido, dialogar com os contextos e as manipulações, os usos e abusos da memória e do esquecimento, potencializam o entendimento da complexidade das relações que foram sendo estabelecidas e explica parte das trajetórias das mulheres militantes.

Ninguém falou, foi como um silêncio total, não houve, houve, lembro-me que com Aylwin em 1990 o relatório “Rettig”⁴¹ onde foram reconhecidas as violações do Estado contra os opositores, foi um relatório com um valor histórico muito importante. [...] lembro que no Chile em 1987, 3 anos antes havia desaparecidos, ou seja, em 1987 foram os últimos detidos que desapareceram durante a ditadura, 5 pessoas de Valparaíso, em 1986 2 pessoas foram queimadas vivas, Em 1985, 3 militantes comunistas foram decapitados na rua, ou seja, estamos falando do horror de uma ditadura que permaneceu até o fim de uma ditadura... de um ditador que deu um golpe de estado e permaneceu como comandante e chefe até 1997, governamos juntos com a fera durante todos esses anos, porque de repente houve coisas que não foram perguntadas, coisas que não foram ditas, coisas que não foram investigadas. [...] houve tentativas de recuperação, então o silêncio foi absoluto, no Chile começaram a falar de Pinochet e da brutalidade da ditadura em 1998. (Matta, 2013, p. 7 - 8)⁴²

Segundo Maria Pia Matta, foi somente em 1988, depois da prisão de Pinochet, que começou a se falar nos crimes cometidos nos anos de ditadura. Portanto, é como se existiu uma “lacuna do silêncio” entre o fim da ditadura em 1990 e a prisão de Pinochet em 1998. Nada podia ser falado, a redemocratização foi pactuada com o silenciamento. Assim como a memória é altamente manipulável, também se torna alvo de manipulação o esquecimento. Pensar nas relações políticas atravessadas nas memórias e nos esquecimentos sejam eles cognitivos, patológicos, mas principalmente manipulados, forjados à moda política, que correspondam às estruturas de poder que se deseja manter. Nesse sentido, as reflexões se dão acerca das estruturas opressoras.

Os sistemas políticos foram sendo criados e desenvolvidos para administrar as formas de vida nas sociedades, principalmente nos espaços entendidos como públicos. Contudo, a administração política sempre foi restrita a poucos, isto é, nem todos podem administrar suas sociedades e grupos ou ter liberdade de escolhas. A concepção de governar é tarefa destinada a poucos. Nesse sentido, pensar no surgimento do conceito de representação e as possíveis representatividades, fazem conexões com os sistemas de exclusão e inclusão que determinam as relações de poder. Nas relações complexas dos seres humanos, as palavras e seus significados

⁴¹ O Relatório Rettig, foi um documento elaborado pela Comissão Nacional Para a Verdade e Reconciliação, um relatório de 1991, designado pelo presidente chileno Patricio Aylwin, que tinha por objetivos detalhar os abusos contra os Direitos Humanos, cometidos durante a Ditadura Militar no Chile.

⁴² *“Nadie hablaba, era como un silencio total, no había, hubo, me acuerdo que con Aylwin en el año 1990 el informe “Rettig”# donde se reconocieron las violaciones del estado a los opositores, era un informe con un valor histórico muy importante. [...] te recuerdo que en Chile en el año 1987, 3 años antes había desaparecidos, o sea, en el 1987 fueron los últimos detenidos desaparecidos en dictadura, 5 personas de Valparaíso, en el año 1986 se quemaron vivas 2 personas, en el año 1985 se degollaron 3 militantes comunistas en la calle, o sea, estamos hablando de un horror de una dictadura que permaneció hasta el final de una dicta...de un dictador que dio un golpe de estado y se mantuvo como comandante y jefe hasta el 1997, gobernamos con la bestia juntos durante todos esos años, porque de pronto había cosas que no se preguntaban, cosas que no se decían, cosas que no se investigaron. [...] hubo intentonas de recuperar, entonces, el silencio era absoluto, en Chile se empezó a hablar de Pinochet y de la brutalidad de la dictadura en 1998.”* (Matta, 2013, p. 7 - 8. Tradução da autora).

tornam-se referências para explorar suas atribuições históricas, isso implica na exclusão e marginalização das mulheres da política. O gênero foi utilizado como um recurso viável para dar suporte ao patriarcado (Scott, 1995).

Nesses sistemas de exclusão das mulheres dos espaços entendidos como públicos, não surpreende que ainda estejamos discutindo e lutando por igualdade de direitos e paridade política. As problemáticas da manipulação da memória, as disputas discursivas, levam a um cenário político de uma não participação feminina efetiva. Percorrer essa caminhada histórica entre alguns conceitos-chaves explica muito do cenário excludente que presenciamos até hoje. Não é objetivo neste momento traçar esse enredo narrativo, porém é necessário historicizar as problemáticas dos conceitos e das opressões, nas quais as mulheres estão inseridas.

Entretanto, por mais problemáticas que sejam as representações políticas em nossas sociedades, ainda assim, a democracia é a melhor organização e administração política e social que vivenciamos na história da humanidade. Partindo das trajetórias das dez mulheres chilenas que relatam se identificar feministas em plena ditadura militar, é possível perceber a importância da democracia para o desenvolvimento de movimentos sociais e teorias feministas.

No artigo “*Escolllos y desafíos contemporáneos para el feminismo y la democracia*” de Olga Grau Duhart (2019), existem muitos desafios impostos ao movimento feminista nos governos democráticos, mas a reflexão mais pertinente se dá, justamente, na vinculação do feminismo e da democracia, ou seja, não existiria democracia de fato sem a existência do feminismo.

Entendendo aqui, o sentido da democracia em seu significado literal, poder do povo, de todos. Assim sendo, existe uma (re)significação da própria democracia para as mulheres e para o movimento feminista. É preciso existir um rompimento com a democracia patriarcal, neoliberal e capitalista, no qual estamos todas inseridas, para que haja uma democracia com mais justiça social e participação política.

Tenemos entonces maneras muy distintas en que se concibe y se da la participación de las mujeres, y no podemos prescindir del significado del pensamiento y acción de esa participación. Estamos por la participación como elemento indispensable de la democracia, pero es importante tener en cuenta el tipo de sociedad que se pretende construir, el modelo económico que es propicio a la consecución de una efectiva posición de igualdad y del logro de las demandas feministas en los distintos ámbitos de la sociedad. El feminismo es sin duda una oportunidad para todo el conjunto de la sociedad, en términos de justicia, igualdad, libertad, participación, equidad en las relaciones de género que se piensan en la vida cotidiana y en las relaciones institucionales. (Duhart, 2019, p. 47)

O movimento feminista foi importante marcador de autorreflexão e (re)construção de identidades e subjetividades nas trajetórias das dez mulheres chilenas. Cabe destacar, que no

próximo capítulo desta pesquisa, será abordado a memória de mulheres enquanto categoria de análise para pensar na potencialidade de contar e se reinventar.

3.2. Memórias de mulheres, a potencialidade de contar e se reinventar: do passado ao presente.

No teatro da memória, as mulheres são uma leve sombra. A narrativa histórica tradicional lhes dá pouco espaço, justamente na medida em que privilegia a cena pública - a política, a guerra - onde elas aparecem pouco. [...] Os procedimentos de registro dos quais a história é tributária são fruto de uma seleção que privilegia o público, único domínio direto de intervenção do poder e campo dos valores verdadeiros. O século 19 distinguiu claramente as esferas, pública e privada, cujo agenciamento condiciona o equilíbrio geral. Provavelmente suas esferas não englobam exatamente a repartição dos sexos. Mas, grosso modo, o mundo público, sobretudo econômico e político, é destinado aos homens e é o mundo que conta. Esta definição dos papéis, clara e voluntarista, traduziu-se por uma retirada das mulheres de certos locais: a Bolsa, o Banco, os grandes mercados de negócios, o Parlamento, os clubes, círculos e cafés, grandes locais de sociabilidade masculina, e até mesmo as bibliotecas públicas. (Perrot, 2019, p. 33, 34)

Numa sociedade em que o discurso e os espaços públicos e políticos institucionais possuem gênero, a memória tampouco escaparia. Mas vale salientar que até um passado recente, como se sabe, as mulheres não tinham direitos de contar suas memórias e histórias numa perspectiva política e pública, logo, suas lembranças não foram preservadas e registradas. A historiadora Michelle Perrot (2019) problematizou a ausência das mulheres nos registros e fontes, mostrando como essa própria ausência era localizada, ou seja, em determinados lugares e outros espaços, as mulheres se inscreveram e se registraram. Especialmente em ambientes entendidos como privados, em suas casas, ao redor da família, com seus filhos e maridos.

Isso porque a vida pública que “merecia” atenção e interesse estava longe de registrar e contar a história delas. Assim, não significa que elas não tinham histórias e memórias já que muitas escreveram diários, cartas para familiares onde falavam de si, da vida amorosa, do cotidiano, dos relacionamentos, de projetos, dos sonhos e das frustrações. Contavam-se e reinventam-se em suas próprias narrativas.

A historiografia, ou como Michelle Perrot (2019) chamou de “narrativa histórica tradicional”, sistematicamente exclui os registros das mulheres de suas “fontes oficiais”, da vida pública que por consequência houve um apagamento da memória feminina. Em outras palavras, quem determinava as fontes documentais históricas que eram ou não aceitas, para dar base na

pesquisa empírica e analítica? Eram os homens. E nesse sentido, a autora problematiza e explica a ausência das mulheres nos registros entendidos na historiografia “tradicional” como fontes documentais, pelo fato de serem sistematicamente excluídas dos documentos. Michelle Perrot (2019) chamou esse fenômeno de silêncio dos arquivos.

Ou seja, o silenciamento que impuseram às mulheres ao longo da história implicou no apagamento feminino nas fontes históricas. Desse modo, historicizar e problematizar esse fenômeno é de reconhecer e apontar o silenciamento frente a história das mulheres e as suas memórias. Assim como é importante apontar as rupturas e as transformações das atribuições dadas aos conceitos e as categorias – nesse caso, a categoria de memória e de memória feminina como forma de inscrição das mulheres na tarefa de escrever e falar de si como ação de contar sua história.

A existência e invenção de si, passa pelo processo de se reinventar, como trabalha Margareth Rago (2013). De acordo com ela, as “artes da existência” são tecnologias utilizadas pelo indivíduo para se elaborar enquanto sujeito (a) inserido (a) em uma sociedade. Uma dessas tecnologias é contar-se, isto é, a escrita de si, que é entendida como “um cuidado de si e também como abertura para o outro, como trabalho sobre o próprio eu num contexto relacional, tendo em vista reconstituir, numa ética do eu” (Rago, 2013, p. 50).

Ao analisar as entrevistas das dez mulheres chilenas para a escrita desta dissertação, percebendo as memórias narradas que dão visibilidades as suas trajetórias, suas militâncias e histórias de vida, invocam a reflexão epistêmica e analítica da potência da memória exercitada e documentada é a questão sobre a qual vou me debruçar como encerramento deste trabalho.

A questão passa pelo reconhecimento da importância da história oral e o uso de fontes orais no registro acadêmico e científico que, entre outros aspectos, possibilitou uma notável e considerável inserção das mulheres na História. A entrevista que passa pelas mãos das historiadoras e historiadores é legitimada pela ciência ocidental das humanidades e isto reflete diretamente na aceitação científica e na veracidade dos fatos e dos acontecimentos narrados.

Assim, partindo da premissa da história oral enquanto metodologia validada e qualificada pelos pares científicos, as memórias ganham espaços dignos de relevância e importância epistêmica, desde que sejam questionadas e problematizadas. Pois, como argumentou Alejandra Oberti (2006), não se pode buscar nas fontes orais uma “verdade”, ou a história em si. Ela sugere que as fontes orais possibilitam interpretações e representações do passado. No arcabouço da memória, outros importantes aspectos, conceitos e categorias são constantemente acionados e questionados.

As entrevistas com as mulheres chilenas é a prova documental da abertura metodológica e epistêmica pela qual passou a escrita da história. Na América Latina, o pós-ditadura resultou na emergência de memórias traumáticas e na necessidade de se contar (Jelin, 2017). Neste trabalho, ao acionar as memórias de dez mulheres chilenas, o contato com suas experiências e vivências por meio de suas narrativas possibilita a reflexão sobre a decisão delas em compartilhar suas memórias. Além disso, destaca-se a consciência que essas mulheres desenvolveram em reconhecer a importância de seus relatos como testemunhos, considerando-os fontes documentais historicamente validadas. Dessa forma, evidencia-se uma emergência experienciada e relatada por elas, revelando a potencialidade de narrar suas trajetórias.

As subjetividades vão dando um tom de vivacidade aos relatos, “eu vivi isso”, “lembro-me bem”, palavras pessoais, marcas de um passado que não passou e permanecem na memória, com o esforço de recordar, elas vêm à tona conforme vão acionando suas lembranças. Paul Ricoeur (2007) trabalha o tempo da memória e o tempo da lembrança, isto é, o tempo de recordar. Segundo ele, a memória é reconstituída e para isso é preciso um tempo e um esforço, acionando assim as memórias guardadas. A lembrança é um rastro da memória, mas não se constitui na memória em si. Dialogando com o pensamento de Freud (1930), as recordações e as lembranças estão guardadas em algum lugar de nossa vida psíquica, muitas vezes já distantes, porém sempre presentes.

A construção da memória coletiva, que Ricoeur (2017) discutiu e pensou em relação à Europa, relacionando as memórias coletivas com os usos e abusos que vão sendo configurados, de acordo com os diferentes projetos e contextos políticos. A memória é passível de manipulação e articulação política, e por consequência as subjetividades também são alvos de manipulação. Portanto, a manipulação de memórias é ferramenta de poder.

Na proposta das memórias coletivas entre as mulheres chilenas, analisadas nesta pesquisa, vale recorrer às reflexões de Ricoeur (2017) para pensar as definições epistêmicas e fenomenológicas dos usos do conceito de memórias coletivas na historiografia. Para embasar as análises teóricas, as atribuições e definições de memória individual e coletiva, é preciso entender a relação que existe entre elas. Na prática, estão sendo utilizadas dez entrevistas de mulheres chilenas que viveram experiências nos anos de ditadura militar.

Cada uma das entrevistas evoca a memória individual, porém vale fazer um exercício analítico, do conjunto do “todo”, de todas essas mulheres juntas. Em algumas entrevistas, é comum observar as referências a outras mulheres. Desta forma, a coletiva está proposta por elas em suas próprias narrativas e trajetórias. A tentativa nesse momento é de contribuir com uma

breve reflexão historiográfica de caráter analítico e teórico, para o que chamamos de memórias coletivas.

Para recorrer às reflexões de memórias coletivas, Ricoeur (2017) buscou nos estudos de Maurice Halbwachs (1990) a definição e aplicação da memória coletiva, para quem (1990), a memória individual seria fruto das memórias coletivas, a consciência é oriunda das relações dos grupos sociais. Logo, Ricoeur (2017) supõe que não existe uma sobreposição de memórias, mas sim um entrelaçamento delas.

Portanto, não é apenas com a hipótese da polaridade entre memória individual e memória coletiva que se deve entrar no campo da história, mas com a de uma tríplice atribuição da memória: a si, aos próximos, aos outros. (Ricoeur, 2017, p. 142)

O entrelaçamento proposto pelo autor citado (2017), nas relações das memórias possibilita pensar as relações entre as entrevistadas e suas trajetórias. Se a memória está intimamente ligada à experiência e a consciência, desta forma, as conexões entre as militâncias, permite explorar as trocas de subjetividades e a coletividade existente entre elas. Como foi explorado na seção anterior, a contribuição do movimento feminista nas vidas das mulheres chilenas foi um indicativo de fortalecimento da luta e da (re)construção de identidade individual e de grupo, assim como, nas contribuições subjetivas.

Consequentemente, é notável a proeminência do feminismo nas memórias e nas narrativas. Isto igualmente percorre as redes de apoio e os movimentos de mulheres, ou seja, a união entre elas também resultou nas construções de memórias coletivas. As mulheres se reconstroem coletivamente e acontece o que Ricoeur (2017) atribuiu a passagem do ego solitário a um outrem suscetível, tornando-se um nó (Ricoeur, 2017, p. 127).

O entrelaçamento de duas categorias importantes nesta pesquisa: memórias e mulheres, traz questionamentos e problemáticas. Desta forma, potencializar as discussões teóricas a respeito dos conceitos e das categorias e o que isso implicou e implica na prática historiográfica, recorrendo às categorias como suporte metodológico para entender e analisar os acontecimentos de outras formas e com outros olhares.

Desta forma, ao analisar e historicizar os conceitos, Graciela Sapriza em seu artigo, “*Memoria y memorias de mujeres en el relato de La dictadura (Uruguay, 1973-1985)*” entrecruzou três importantes categorias: memória, mulheres e ditadura. Foram categorias de análises por ela utilizadas para pensar as relações de poder vividas pelas mulheres que viveram a ditadura militar; estas estavam inseridas e consequentemente suas memórias se inscreveram nelas. São as relações entre política, violência de Estado e gênero, que se encontram interseccionadas.

A autora procurou apontar as particularidades das memórias traumáticas de mulheres que viveram a ditadura no Uruguai e o quanto essas memórias foram negligenciadas, por serem de mulheres. Ela fala: “*al recoger testimonios para elaborar un relato del período autoritario se enfatizó en las voces públicas, pertenecientes a militantes políticos y revolucionarios varones*” (Sapriza, 2010, p. 95).

Quando se acionaram as memórias de pessoas consideradas vítimas da ditadura, foram acionadas as vozes masculinas, ou seja, os homens que militavam contra a ditadura. Nesse sentido, discutir e trazer as problemáticas do gênero para pensar as relações de disputa de poder que permeiam esses espaços de reconstrução de memórias, torna-se fundamental para perceber as manipulações e sobretudo, a marginalização das memórias de mulheres, inclusive seu silenciamento. Neste caso, caberia dizer que as manipulações se deram muito mais no sentido do esquecimento, sendo assim, é preciso acionar o sentido político de recuperação das memórias. Desta forma, lembrar e contar são atos políticos.

A autora argentina Alejandra Ciriza (2010), em seu trabalho "*Memoria, experiencia política y testimonio*", dialoga diretamente com as relações das memórias, sobretudo de mulheres. Porém, sua chave de pensamento se dá em relacionar as experiências e os testemunhos. Para ela, as experiências constituem um campo de práticas que combinam várias dimensões da vida, como o social, econômico, político e cultural. Desse modo as experiências recuperadas compõem e se transformam em testemunhos, em suas palavras:

Poner palabra a lo acontecido constituye sin duda un acto político que remite no sólo al relato sobre lo sucedido sino a la oscilación entre aquello que se puede y lo que no puede decirse, un intento de recuperar la leve presencia fugitiva de los nuestros en las palabras, a sabiendas de que se trata de un gesto político articulado a nuestras prácticas y no el acto de restauración de una escena originaria perdida. No sólo demanda de “inocencia” de “víctimas del terrorismo del estado genocida” ni glorificación acrítica del pasado, el testimonio tiene para mí, y creo que para quienes pusimos palabras a nuestras trayectorias políticas, un sentido que apunta a horadar su congelamiento, su reificación como cosa a exhibir en los museos de la memoria, pero también su objetivación, la conversión de nuestras palabras, aún cuando en algún punto ya ajenas, en puro objeto de curiosidad científica que, aún con las mejores intenciones, sólo contempla un sujeto, aquel que, distanciado, se proclama a sí mismo “no militante”. (Ciriza, 2010, p. 254-255)

Para Ciriza, testemunhar se configura um ato político, falar das experiências colabora para modificar e reestruturar novos caminhos políticos, pois ela pensou e trouxe a contribuição das experiências na reprodução de um sistema ou dos sistemas ideológicos. O patriarcado, como um sistema regulador, geralmente evita ou ignora os testemunhos das mulheres, uma vez que questionar suas próprias estruturas e arriscar desestabilizá-las não é de interesse para esse sistema. Um importante artigo para articular a relação entre memória, ditadura e gênero é da

autora Alejandra Oberti (2010), “*¿Qué le hace el género a la memoria?*”. Oberti pensou as memórias traumáticas dentro das políticas de Estado do terrorismo das ditaduras, sobretudo a ditadura na Argentina, porém esse terrorismo se transformou em ferramentas de poder, coerção social e política.

Tenho nas mãos os últimos momentos de vida de muita gente, que ninguém contou a história deles, pois é impossível e, além do mais, é meu dever de responsabilidade social sendo historiadora. Em algum momento terei que chegar aos estudantes do curso de História para formá-los, formar os grupos jovens em grupos de História e Memória, porque além de tudo tenho que convencer que isso leva tempo e que temos vontade de contar essas histórias. Temos que esclarecer para a sociedade formas de combater por outras abordagens de História, história oficial, e além do mais é muito interessante que as gerações atuais nos perguntem de súbito o quê e qual foi a nossa história, porque vamos resguardar o que nós pensamos que era a história daquilo que vivemos, mas eles têm a pergunta da História e é uma pergunta. É uma corrente que se tem que manter e sempre formar e contar a história, umas de um jeito outras de outro. No Chile se começou a publicar sobre as diferenças e a tortura entre homens e mulheres pelos anos de 2006 e aí começou abrir-se às testemunhas e as pessoas do MIR. (Iglesias, 2007, p. 39)

A fala de Margarita Iglesias ao ser questionada pela sua profissão, comenta da consciência enquanto historiadora e da importância na formação acadêmica em refletir história e memória. Para ela, existe uma função social das historiadoras em levantar questões referentes às memórias da ditadura. Margarita Iglesias que vivenciou e sofreu com a violência e a perseguição do regime ditatorial comenta das diferenças nas torturas entre homens e mulheres, isto é, houve sim a diferença, por isso é muito importante recorrer às narrativas de mulheres militantes para justamente entender as diferenças, e por que elas existiram?

Uma vez que as relações de gênero constituem, como aponta Joan Scott (1995), uma das formas pelas quais o poder na sociedade é exercido, parece bastante plausível supor que a repressão política não apenas se estabelece de maneira diferenciada - tanto no discurso, quanto na prática -, como é sentida de forma distinta por homens e mulheres. As relações de gênero são elas mesmas resultado de um exercício de imposição do poder político por parte dos agentes de repressão sobre os militantes de esquerda e membros da oposição aos governos militares. (Joffily, 2011, p. 226)

O que se destaca aqui são as formas que se articulam as ferramentas de opressão com as (os) sujeitas (os) que nelas estão inseridas, ou seja, o Estado oprimiu e reprimiu as mulheres militantes de maneiras diferentes que a dos homens. Por isso a importância de ouvirmos os testemunhos de mulheres, pois elas são contrastes aos documentos e discursos entendidos como “tradicionais”. Abrem-se rupturas e fissuras nas histórias hegemônicas, e novas memórias se inserem nos cenários políticos e sociais. É partindo deste pressuposto do corpo e do gênero que as discussões das memórias estão inseridas e interseccionadas.

Esos relatos no tratan de rehacer la historia incluyendo esta vez a las mujeres, dándoles el lugar que les fuera negado. Más bien proponen una memoria que valoriza cuestiones que podrían parecer intrascendentes, que no están inscriptas, y no lo estarán, en los grandes hechos de la historia. El desasosiego por la pérdida de los seres queridos, el estupor ante la derrota de los ideales; pero también la conciencia de los límites de esos ideales, trazan una memoria que permite distanciarse de las versiones estatuidas, proponer otras formas de relacionarse con los sucesos del pasado y redefinir las dimensiones con las que se analizan el pasado reciente para establecer una memoria crítica. (Oberti, 2010, p. 28).

Mais uma vez, retorno a Oberti (2006), para refletir a questão de que fontes orais não se configuram em verdades absolutas. Por isso, o trabalho das historiadoras (es) é justamente questionar, historicizar, recorrer aos conceitos, utilizar categorias de análises para problematizar e pensar criticamente as fontes.

Ese contexto encuadra el relato: el entorno institucional más amplio y el interlocutor más inmediato o cercano establecen lo que se puede y no se puede preguntar, lo que resulta esperable y lo que podría vivirse como una transgresión. A su vez, quien habla puede atenerse a lo que le piden o introducir otros temas, otras cuestiones, y sin duda, su propia sensibilidad, sentimientos y emociones. Esto ocurre en entrevistas para archivos de historia oral, en los testimonios judiciales, en entrevistas periodísticas o de investigación y en otras múltiples formas de diálogo cuando alguien cuenta lo que le pasó o lo que vio. Quien pregunta –el juez, el investigador– tiene el poder de armar el escenario. Quien testimonia tiene el poder de la palabra y del silencio. Si bien muchos pensaron que la literatura testimonial es el proceso de “dar voz a quien no tiene voz”, la evidencia apunta en otra dirección y muestra que siempre se trata de una negociación, en la que quien presta testimonio tiene al menos el poder del silencio. (Jelin, 2017, p. 221)

Para Jelin (2017), as entrevistas são sempre uma negociação entre quem pergunta e quem responde. Desta forma, a autora pensa a relação das memórias e do silenciamento, o que contar e o que silenciar? Pensar nas percepções e trocas subjetivas que ocorrem no processo das entrevistas e da construção das fontes orais. A História do Tempo Presente está muito ligada ao que chamaram de “dever de memória”, principalmente em situações pós-traumáticas.

No entanto, essa "guinada subjetiva" também poderia ser entendida, com uma acentuação positiva, como estratégias de autoafirmação, recuperação de memórias individuais e coletivas - sobretudo, com relação a experiências traumáticas -, busca de reconhecimento de identidades e minorias [...]. Esse notório privilégio da voz "própria" se manifesta também no auge atual do testemunho (Arfuch, 2010, p. 15).

A proposta de Arfuch (2010) é entender as relações entre sujeitos, narrativas e sociedades, ultrapassando os limites anteriormente impostos nas escritas autobiográficas “Pacto autobiográficas”. Compreender que as relações interpessoais o tempo todo se modificam, é também pensar em diferentes maneiras de descrevê-las.

Desta forma, as reverberações no presente de acontecimentos do passado, principalmente os traumáticos, evocam um sentimento de luta por justiça e reparação histórica e social. Nesse sentido, compreender os usos epistêmicos da HTP nas análises de fontes orais da ditadura no Chile, é necessário para perceber o anseio em que essas mulheres se encontram no presente, por outras memórias, a luta por justiça social e a homenagem aos parentes, familiares e amigos que se foram.

[...] fizemos uma campanha belíssima que se chamou “No me olvides”, um vídeo muito lindo, com figuras, bom temos também vídeos de coisas que fizemos nessa época, manifestação muito grande, uma coisa muito especial, que diziam “sou uma vítima da ditadura não me esqueça”, me torturaram, me desapareceram, me esquecesse era todo o tempo fizemos coisas muita lindas, essa foi uma linha a outra era uma organização de bases de mulheres que se chamava “Sou mulher tenho direito” que foi todo um processo de debate em todos os lugares que podíamos, com todos os recursos que conseguimos, para decidir quais eram os direitos e qual deveria ser a agenda, fizemos muitas reuniões em ateliês ao longo do país, então era as duas linhas paralelamente, manter tanto a agenda mais própria de mulheres feministas , entre aspas e a agenda de direitos humanos. (Valdes, 2007, p. 16, 17)

Muitas mulheres relataram nas entrevistas que continuam participando ativamente dos movimentos de mulheres e movimentos feministas. Como aparece no fragmento da entrevista de Teresa Valdés, a luta por direitos permanece até os dias de hoje. As mulheres que compartilharam suas vivências e histórias se converteram em fontes vivas e documentais, ainda presentes em nossa realidade. Abordar o passado por meio da perspectiva do outro, da reconstituição das memórias alheias e sua subsequente transformação em narrativas históricas é uma desafiadora empreitada para as historiadoras (es). Este é um passado que continua a ecoar nas vidas de muitas pessoas, mantendo-se vivo.

Com o crescimento do interesse das sociedades contemporâneas pela história recente, os eventos traumáticos recentes se tornaram objetos prioritários de investigação e uma oportunidade ímpar de se repensar o passado. Nesse sentido, o Holocausto, o Apartheid na África do Sul, o massacre na Bósnia, as ditaduras na América Latina são temas contemporâneos que têm recebido grande atenção, pois representam embates pela memória e oferecem ao historiador do tempo presente a oportunidade de pensar sobre como as narrativas e os relatos orais estão sendo utilizados nos projetos testemunhais. (Ferreira, 2018, p. 17)

A presença ativa desse "outro" nos dias de hoje, cada vez mais envolvido nos debates sociais, históricos e políticos que permeiam os eventos do passado e suas intersecções no presente, acrescenta uma camada adicional de complexidade ao trabalho das historiadoras. O passado se mantém dinâmico, e a busca por justiça histórica acrescenta uma dimensão delicada, contestada e passível de manipulação e disputa.

Para encerrar este capítulo, destaco a capacidade das mulheres de compartilhar suas histórias e se reinventar, concentrando-se no aprendizado coletivo. As mulheres aprendem umas com as outras, criando um processo pedagógico através do ato de contar. Elas não apenas se organizaram durante os anos de ditadura militar no Chile, mas continuam a se organizar e se envolver em lutas constantes por direitos. Sandra Palestro Contreras (2017), em seu artigo “Feminismo no Chile: traços de ontem e de hoje”, reflete as transformações nas quais o movimento de mulheres e feministas passou e, conseqüentemente, as mulheres também.

Muita coisa mudou no Chile, na América Latina e neste mundo global, de comunicações instantâneas. A esses conflitos derivados de diferenças políticas, que já vinham se acentuando há tempos, da classe, raças e etnias, foram acrescentadas diferenças ideológicas; sua unidade enquanto sujeito político de identidade, de mulheres, foi colocada em questão. [...] O feminismo enfrenta grandes desafios na atualidade, e o primeiro é sem dúvida, seguir construindo novas relações humanas, novos mundos e novas possibilidades, assim como foi feito no tempo das primeira, segunda e terceira ondas. Mais especificamente, integrar as conquistas e aprendizagens dos movimentos de mulheres. (Contreras, 2017, p. 226)

Os movimentos de mulheres promovem oficinas, debates sobre correntes e autoras feministas, oferecem apoio e solidariedade. As experiências das dez mulheres chilenas inspiram e educam outras gerações, incluindo a minha. Como Paul Ricoeur (2017) argumentou, a memória se forma na interseção do eu, da outra e de nós. Recordar não é apenas reviver o passado. Neste caso, recordar é existir, resistir, ensinar, aprender, se reconstruir e se reinventar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Primeiramente, é preciso falar da pandemia da (COVID-19) e o que ela impactou no desenvolvimento da minha escrita. Minha trajetória acadêmica foi atravessada pela pandemia, consequentemente minha escrita reflete o isolamento social e psíquico a que fui submetida. O curso de mestrado foi ministrado à distância, com aulas on-line, não tive contato direto com os colegas de curso nem com os professores desta universidade, com exceção da professora, orientadora Dra. Núcia de Oliveira, que me deu apoio e suporte ao longo do desenvolvimento da pesquisa.

O isolamento foi algo terrivelmente necessário para salvaguardar nossas vidas e de todas as pessoas ao nosso redor. Nesse sentido, faço minhas observações em questionamento: Quais foram as implicações na prática das estudantes, durante o mestrado pandêmico? O processo de pesquisa e escrita acadêmica é por si só, um momento exaustivo e que exige muita dedicação dos envolvidos, principalmente das alunas e alunos, isto é, a pandemia consequentemente gerou uma sobrecarga na caminhada acadêmica. Nesse sentido, a pandemia trouxe um isolamento forçado que resultou num aprisionamento epistêmico, psicológico, social e político. Os corredores das universidades se esvaziaram, os cafés estavam fechados. Não tínhamos os seminários presenciais, as conversas nos intervalos, as trocas de ideias e de conhecimento com os colegas e professores.

Por mais que as universidades tentassem suprir as demandas das aulas e dos alunos via on-line, muita coisa se perdeu nesse processo. Minha intenção, neste momento, não é lamentar o passado recente, mas sim trazê-lo para (re)pensar suas implicações. Contudo, todos os percalços e desafios, chego na etapa final desta pesquisa. Desta forma, quero trazer aos leitores e sobretudo as leitoras, que a escrita e a pesquisa não são sobre a perfeição e o rigor acadêmico estipulados por homens velhos e brancos que na maioria das vezes dedicavam-se exclusivamente à esses ofícios. A pesquisa é sobre o outro no tempo histórico e sobre nós no tempo presente. É uma dialética do “ser”.

Nesta pesquisa, dediquei-me a analisar as trajetórias de dez mulheres chilenas que compartilharam aspectos de sua militância durante o período da ditadura militar em seu país. O estudo compreende dez entrevistas abordando temas relacionados à ditadura chilena, engajamento político, movimento feminista, movimentos de mulheres e a preservação da memória, entre outros tópicos. Dessa maneira, as mulheres narram partes significativas de suas histórias de vida, destacando seus envolvimento com os movimentos de mulheres e feministas,

contribuindo com importantes memórias referentes à ditadura, mas, sobretudo, trazendo suas trajetórias de luta e resiliência.

Partindo das construções dos sujeitos históricos, essas mulheres chilenas contribuíram à constante construção subjetiva do “eu”. Como a HTP trabalha, a história está sempre em construção, ela não se apresenta linear e tampouco pronta e acabada. A história de vida das pessoas e das mulheres, estão inseridas dessa perspectiva em construção. Sempre aprendemos com as outras e desta forma nos reconstruímos enquanto sujeitas históricas.

As mulheres contam suas histórias e memórias, mas para serem ouvidas é necessária uma negociação entre quem fala e quem ouve. Como argumentou Grada Kilomba (2015) problematizando a sociedade racista com uma proposta decolonial das ciências e do conhecimento, ela diz que “ser ouvida também significa pertencer” (Kilomba, 2015, p. 6). Precisamos pertencer de forma significativa aos espaços de poder. Entretanto, essa questão de pertencimento, traz outra importante discussão que apareceu em algumas falas das mulheres entrevistadas da minha pesquisa.

A disparidade e desigualdade na efetiva participação das mulheres na política são questões importantes para futuramente pensar. Algumas das entrevistadas, como Teresa Valdés e Maria Pía Matta, destacaram a necessidade de desenvolver políticas públicas que garantam uma participação mais significativa das mulheres nos espaços políticos no Chile. Elas trouxeram como exemplo, o caso de Michelle Bachelet e o período em que foi presidente do país, ressaltando a importância e o significado de eleger uma mulher para a presidência da república. Embora enfatizem repetidamente a importância da presença das mulheres nos cargos políticos de poder, é fundamental fazer uma ressalva em relação a essa afirmação.

Por conseguinte, a reflexão percorre o caminho da intersecção, isto é, não basta ser mulher para defender pautas humanitárias e feministas. Isso inclui falar de racismo, sexismo, etarismo, classe e orientação sexual, incluir as pautas dos grupos LGBTQIAP+, e os grupos indígenas. Com certeza, essa é uma das problemáticas que trago para possíveis e futuros debates, sem a intenção de percorrer o caminho da discussão dos problemas das mulheres na política e suas inserções em partidos, pois não eram os meus objetivos nesta pesquisa.

Pensando no problema central desta dissertação, que consistiu em pensar as trajetórias de dez mulheres chilenas durante os anos de ditadura militar e compreender as relações que foram desenvolvidas entre elas, suas atividades de militância e resistência contra o regime ditatorial, o envolvimento com o feminismo, as emergências de memórias e de rememoração. A organização da escrita teve por objetivo desenvolver os capítulos da seguinte maneira: no primeiro capítulo, foram apresentadas as dez mulheres chilenas de forma sintetizada, também

foi abordada a importância e os desafios associados ao uso de fontes orais na pesquisa histórica, especialmente em resposta às questões levantadas pela banca de qualificação do projeto desta pesquisa. Na ocasião, surgiram questionamentos sobre as potencialidades e desafios de empregar fontes orais que não foram coletadas por mim pessoalmente, que não tive participação direta em sua construção. Em resposta a essas indagações, dediquei um subcapítulo para explorar essas questões e refletir sobre o uso de fontes orais em minha pesquisa.

A História Oral enquanto metodologia, pressupõe que a recordação e a memória não significam acessar o passado, tal qual ele foi. Isso implica na prática analítica, entender que são (re) interpretações dos acontecimentos de acordo com o tempo presente de cada indivíduo e de suas subjetividades. Como argumentou Paul Ricoeur (2017), “o que justifica essa preferência pela memória ‘certa’ é a convicção de não termos outros recursos a respeito da referência ao passado, senão a própria memória” (Ricoeur, 2017, p. 40). Desta forma, a memória se potencializa como um importante recurso no acesso ao passado.

Seguindo os objetivos dos capítulos, o capítulo dois foi destinado a pensar as mulheres nos movimentos de mulheres e movimentos feministas. Assim como, entender as trajetórias das mulheres que militaram no MIR e as relações de gênero experimentadas por elas dentro do movimento. Observou-se que a maioria das mulheres, ou seja, sete delas participaram ativamente de grupos e movimentos de mulheres e feministas. Portanto, elas relataram suas atividades dentro dos grupos, os nomes das organizações, as pessoas que estavam participando, citaram várias outras mulheres que também eram atuantes nos movimentos, o que produziam, como: folhetos, boletins, revistas, todos denunciando a ditadura e informando sobre discussões e teorias feministas no país.

Já no grupo considerado movimento de luta, mais especificamente as militantes do MIR, duas relataram suas experiências no movimento, trouxeram relações conflituosas com o MIR, questões e embates referentes às desigualdades de gênero enfrentadas por Margarita Iglesias e Gladys Diaz, porém, ambas relataram ter assumido posições de poder dentro do Movimento Revolucionário de Esquerda (MIR).

No último capítulo, minha preocupação principal foi examinar as memórias das mulheres. Para abordar essa questão, explorei a discussão teórica e epistêmica sobre os usos da memória e as implicações do conceito de memória e seus usos para pensar nos testemunhos, a fonte documental que para Paul Ricoeur (2017) seria o último estágio da operação historiográfica.

Portanto, chego ao final desta pesquisa contribuindo com a reflexão da união entre as mulheres militantes chilenas que foi fator fundamental para compreender seus enfrentamentos

e suas conquistas. Elas foram às ruas manifestar-se em plena ditadura. Questionaram o patriarcado em plena ditadura. Elas não aceitavam subordinações em plena ditadura. Elas lutaram por direitos iguais em plena ditadura. Elas ensinaram outras mulheres em plena ditadura. Elas viveram em plena ditadura. Elas se identificaram feministas em plena ditadura. Os movimentos feministas na América Latina sofreram adaptações impostas pelas circunstâncias sociais e políticas, as leituras e as discussões chegavam ao sul global, mas na prática tiveram que passar por reformulações para dar conta de outras realidades e mediante as possibilidades que as mulheres disponibilizavam naquele momento.

Portanto, se há uma triangulação, ela pode parecer fazer-se num sentido vertical, onde o vértice “inferior” geográfico do triângulo aparece como receptor das discussões teóricas e das práticas que se dão em outro hemisfério. Mas a apropriação, a tradução e a adaptação fizeram parte da rotina de mulheres que tinham que estar “antenas” naquilo que era discutido e publicado nos principais centros, como um código de acesso à intelectualidade do campo feminista. O feminismo sul-americano teve que se “inventar” de acordo com suas próprias possibilidades e com sua resistência. (Veiga, 2009, p. 65)

A construção de redes feministas devido a ampliação e circulação dos estudos feministas gerou consequências, nas quais, desencadearam uma união entre as mulheres e fez com que a luta por mais direitos às mulheres trouxesse um caráter identitário aos movimentos feministas e aos grupos de mulheres. Como foi visto anteriormente, partindo da década de 1970, houve um impulso nas mobilizações de ruas e nos encontros feministas. O feminismo ocupou um lugar de resistência social e política (VEIGA, 2009). Foi um importante momento de divulgar as ideias feministas e consolidar o movimento para desenvolver estratégias de enfrentamento à ditadura.

É possível notar, em inúmeros depoimentos ou textos publicados por militantes feministas, a reivindicação da existência de uma “rede” feminista; rede que cruzaria fronteiras, chegaria aos países vizinhos, atravessaria continentes, daria a volta ao mundo. A existência efetiva desta rede pode ser questionada mas, a meu ver, o que não se questiona é o desejo de dar corpo a esta imagem complexa, que exprime solidariedade pela causa comum e coloca cada mulher lado a lado, horizontalmente, já que a imagem de uma rede ou uma teia não dá margens ao mundo das hierarquias. (Veiga, 2009, p. 68)

Mesmo estando em uma ditadura, as informações circulavam e com elas o feminismo também. Revistas, jornais, rádios, boletins entre outros meios de comunicação que foram usados para divulgação das discussões e reflexões feministas, mas principalmente a oralidade presente nas relações entre as mulheres. A rede feminista de solidariedade e resistência foi construída pelas mulheres e para as mulheres, com o objetivo de unir forças contra a ditadura militar e o patriarcado.

Várias pesquisas já foram desenvolvidas pelo Laboratório de Estudos de Gênero e História (LEGH), com as temáticas: ditadura militar, Chile, Gênero, feminismos, mulheres, resistência, militância, memórias entre outras. Trouxe algumas das pesquisa que auxiliaram no embasamento teórico de minhas análises para esta dissertação, são elas: “A pesquisa sobre gênero, feminismos e ditaduras no Cone Sul: um relato de viagens e algumas reflexões” de Joana Maria Pedro e Cristina Scheibe Wolff (2011); “As mulheres na luta armada no Cone Sul” de Andrei Martin San Pablo Kotchergenko (2011); “O nunca más no Cone Sul: gênero e repressão política (1984-1991)” de Mariana Joffily (2011); “O corpo como campo de batalha” de Olivia Rangel Joffily (2010); “Entre o feminismo e a esquerda: contradições e embates da dupla militância” (2010) de Isabel Cristina Hentz e Ana Maria Veiga, entre muitos outros trabalhos de pesquisadoras e pesquisadores.

Portanto, faço referência à importância do desenvolvimento científico na pesquisa histórica. Através de diferentes historiadoras e historiadores se tornou possível desenvolver minha pesquisa e minhas análises partindo de um campo de conhecimento muito bem desenvolvido e de um processo/acontecimento bastante pesquisado e teorizado pelos pares da academia. Nesse sentido, deixo registrado a significativa tributação às pesquisadoras e pesquisadores do LEGH que com o tempo se dedicaram e construíram um importante e potente arquivo com um variado acervo documental.

Para concluir, é essencial considerar o panorama atual do Chile em relação ao movimento feminista e à situação das mulheres. Nos últimos anos, o Chile tem testemunhado um crescente movimento feminista que tem desempenhado um papel fundamental na promoção dos direitos das mulheres e na luta contra a desigualdade de gênero. As vozes das mulheres chilenas se tornaram mais fortes e influentes na esfera pública, levando a mudanças significativas em áreas como a legislação de gênero e a representação política (Contreras, 2017, p. 224).

No entanto, desafios persistentes permanecem, como a violência de gênero, a desigualdade econômica e a luta pela legalização do aborto. Portanto, é importante olhar para o progresso e os obstáculos enfrentados pelas mulheres no Chile, bem como o crescimento do movimento feminista contemporâneo. Nesse sentido, trazer uma perspectiva para o presente, onde as lutas das mulheres chilenas e o movimento feminista desempenham um papel crucial na promoção dos direitos humanos e uma maior igualdade de gênero.

Os movimentos e coletivos feministas no Chile conquistaram um destaque internacional bastante significativo, no que se refere à luta por direitos das mulheres e a luta por uma nova

constituição federal. Tendo em vista que a atual constituição do país é dos anos de ditadura militar, ou seja, uma constituição baseada na política repressiva e neoliberal pinochetista.

De maneira geral, os movimentos feministas no Chile e na América Latina seguem suas lutas e manifestações pelos países na busca por mais direitos às mulheres e principalmente por menos retrocessos políticos e sociais.

Para Contreras (2017), o feminismo enfrenta grandes desafios na atualidade, mas sobretudo, é preciso continuar lutando e aprendendo com as gerações passadas. Integrar as conquistas dos movimentos anteriores e unir forças com os movimentos de mulheres para seguir na luta pelos direitos das mulheres e de todos os grupos marginalizados.

Juntas saímos às ruas, pedindo por justiça, respeito, igualdade, segurança, dignidade, saúde, educação, acesso às leis e a serviços básicos do Estado. A luta continua e a união faz a força. Como disse Chimamanda Ngozi Adichie (2015), “Sejamos todos feministas”.

REFERÊNCIAS

- AKOTIRENE, Carla. **O que é interseccionalidade?** Belo Horizonte: Letramento: Justificando, 2018.
- AMBIADO, Carlos Sandoval. **MIR: Una Historia.** Santiago, 1990.
- ARÁNGUIZ, Tamara Vidaurrázaga. **Mujeres en rojo y negro: memoria de tres mujeres miristas 1971-1990:** Cristina Chacaltana, Arinda Ojeda y Soledad Aránguiz. Buenos Aires: Ediciones América Libre, 2007.
- ARAUJO, Kathya. **Retos para la acción colectiva.** Género y movimientos sociales en Chile. Santiago: Programa Mujer y Democracia en el Mercosur, apoyado por la Fundación Heinrich Boll, 2002.
- ARENDDT, Haannah. **Origens do Totalitarismo. Antissemitismo, imperialismo, totalitarismo.** Hannah Arendt; tradução Roberto Raposo. - 1ª Ed. – São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- ARFUCH, Leonor. **Antibiografias? Novas experiências, novos limites.** In: SOUZA, Eneida.
- ASTELARRA, Judith. **?Libres e Iguales?** Sociedad y política desde el feminismo. Ciudad de La Habana: Editorial de Ciencias Sociales, 2005.
- AVELAR, Alexandre. SCHMIDT, Benito. **O que pode a biografia hoje?** São Paulo: Letra e Voz, 2018.
- AVRITZER, Leonardo. Cultura política, atores sociais e democratização: uma crítica às teorias da transição para a democracia. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 28, n. 10, p. 1-15, 1995.
- BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **Fórmula para o caos: A derrubada de Salvador Allende 1970-1973.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- BARRERA, Bárbara Bustos. **Novas configurações rituais. O contexto sociopolítico da realização do ngillatun entre os Mapuche de Tranaman no sul do Chile.** Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFSC. Florianópolis, 2006.
- BAUMAN, Zygmunt. **Tempo/Espaço.** In: Modernidade Líquida. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 2001, p. 107-149.
- BEARD, Mary. **A voz pública das mulheres.** In: Mulheres e poder: um manifesto. São Paulo: Planeta do Brasil, 2018. p. 15-54.
- BEAUVOIR, Simone. **O segundo Sexo: Fatos e Mitos.** Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 1980.

- BENJAMIN, Walter. **Sobre o conceito de História**. Obras escolhidas. Vol. 1. Magia e técnica, arte e política. Ensaio sobre literatura e história da cultura. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- BEVERNAGE, Berber. **História, memória e violência de Estado: tempo e justiça**. Berber Bevernage; tradução André Ramos, Guilherme Bianchi; Revisão técnica: Valdeci Lopes de Araújo, Walderez Ramalho. Serra: editora Milfontes/ Mariana: SBTHH, 2018.
- BLAY, AVELAR; Eva Alterman, Lúcia. **50 anos de feminismo: Argentina, Brasil e Chile**. São Paulo: EDUSP, 2017.
- BORDIEU, Pierre. **A ilusão biográfica**. In: AMADO, Janaína & FERREIRA, Marieta de Moraes (orgs). Usos e abusos da história oral - 7. ed. – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005, p. 183 -191.
- BRESCIANI; NAXARA, Stella; Márcia. **Memória e (res)sentimento: indagações sobre uma questão sensível**. Campinas: UNICAMP, 2001.
- BRIENZA, Hernán. Mario R. **Santucho: la guerrilla de izquierda**. Buenos Aires: Capital Intelectual. 2006.
- BUTLER, Judith P. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2003.
- CARRERA, Carolina. **Un secreto a voces**. In: ZAVALA, Ximena (org.). Memórias de ocupación: violencia sexual contra mujeres detenidas durante la dictadura. Santiago: Fundacion Instituto de la Mujer/Humanas, 2005, p. 51-72.
- CERTEAU, Michel de. **A Escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.
- COSTA, Albertina de Oliveira. "Memórias do Cárcere de uma feminista ex post". In: **Colóquio Internacional Gênero, Feminismos e Ditaduras no Cone Sul**. Florianópolis.
- CRESCÊNCIO; SILVA; BRISTOT. **Histórias de gênero**. [org.] Cintia Lima Crescêncio, Janine Gomes da Silva, Lidia Schneider Bristot. 1.ed. São Paulo: Verona, 2017.
- DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. Angela Davis; tradução Heci Regina Candiani. – 1ª. Ed. – São Paulo: Boitempo, 2016.
- de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- DINGES, John. **Os anos de Condor: Uma década de terrorismo internacional no Cone Sul**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
- DORFMAN, Ariel. **O longo Adeus a Pinochet**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- ELÍBIO, Antonio Manoel Júnior. A História do Tempo Presente: reflexões sobre um campo historiográfico. **Cadernos do Tempo Presente**, São Cristóvão-SE, v. 12, n. 01, p. 13-27, jan/jun. 2021.

- FERREIRA, Marieta de Moraes. Notas iniciais sobre a história do tempo presente e a historiografia no Brasil. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 10, n. 23, p. 80 - 108, jan./mar. 2018.
- FOUCAULT, Michel. **A verdade e as formas jurídicas**. Rio de Janeiro: Nau Editora, 1996.
- FOUCAULT, Michel. **A vida dos homens infames**. *Ditos e escritos IV*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010. 203 – 222 – 19p.
- FREUD, Sigmund. **O mal-estar da civilização**. São Paulo: Penguin Classics Cia das Letras, 2011.
- FRIEDAN, Betty. **A Mística feminina**. Betty Friedan; tradução Carla Bitelli, Flávia Yacubian; revisão de tradução de Bhuvi Libanio, Marina Vargas. – 2ª Ed. – Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2021.
- GARCÉS; MILOS; PINTO; ROJAS; URRUTIA, M.; P.; M.; J.; M. T.; M. **Memoria para un nuevo siglo**: Chile, miradas a la segunda mitad del siglo XX. Santiago: LOM, 2000.
- GONZALEZ, Lélia. **A categoria político-cultural da Amefricanidade**. In.: HOLLANDA, Heloisa Buarque. *Pensamento feminista: conceitos fundamentais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 341-352.
- HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Vértice. Ed. Revista dos Tribunais, 1990.
- HAROCHE, Claudine. **Elementos para uma antropologia política do ressentimento**: laços emocionais e processos políticos. In: Stella Bresciani; Márcia Naxara (orgs.). *Memória e (res)sentimento: indagações sobre uma questão sensível*. São Paulo: Editora Unicamp, 2009. p. 333-346.
- Hillary Hiner, “Voces soterradas, violencias ignoradas. Discurso, violencia política y género en los Informes Rettig y Valech,” **Latin American Research Review** 44, no. 3 (2009): 65.
- JANZ, Woitowicz, K. PEDRO, Maria J. O movimento feminista durante a ditadura militar no Brasil e no Chile: Conjugando as lutas pela democracia política com o direito ao corpo. **Espaço Plural X** (21): 43-55.
- JELIN, Elizabeth. **Do que hablamos quando hablamos de memoria**. In. JELIN, Elizabeth. *Trabajos de la memoria*. Madri: Siglo XXI, 2002. P. 17-37.
- JELIN, Elizabeth. **La justicia después del juicio**: legados y desafíos en la Argentina postdictatorial. In: FICO, Carlos et alii.(Orgs.) *Ditadura e democracia na América Latina*. Rio de Janeiro: FGV, 2008, p. 341-360. _____. *Los trabajos de la memoria*. Madrid/Buenos Aires: Siglo XXI, 2001.
- JOFFILY, Mariana. A diferença na igualdade. Gênero e repressão política nas ditaduras militares do Brasil e da Argentina. In: **Espaço Plural**. n. 21, 2. sem. 2009 (no prelo).

- JOFFILY, Mariana. Memória, gênero e repressão política no cone sul (1984-1991). **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 2, n. 1, p. 111-135, 2010a.
- JOFFILY, Mariana. Violências sexuais nas ditaduras latino-americanas: quem quer
- JOFFILY, Olívia Rangel. **O corpo como campo de batalha**. In.: PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe. **Gênero, feminismos e ditaduras no Cone Sul**. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2010b, p. 225-245.
- KOSELLECK, Reinhart. **Estratos do tempo: estudos sobre história**. Rio de Janeiro – PUC-Rio, 2014.
- KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto; Puc/Rio: 2006.
- KUSCHNIR, Karina; CARNEIRO, Leandro Piquet. As dimensões subjetivas da política: cultura política e antropologia da política. In: **Revista de Estudos Históricos**, v. 13, n. 24, Rio de Janeiro, p. 227-250, 1999.
- LEJEUNE, Philippe. **O pacto autobiográfico**. De Rousseau à internet / Philippe Lejeune; organização: Jovita Maria Gerheim Noronha, Maria Inês Coimbra Guedes. – Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.
- LOHN, R. L.; CAMPOS, E. C. DE. Tempo Presente: entre operações e tramas. **História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography**, v. 10, n. 24, 31 out. 2017.
- LUNARDI, Glenda. **Secretarias e ministério das mulheres: uma análise comparativa do Brasil e Chile**. 2019. 70 f. Monografia (Graduação em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2019.
- MARTINEZ, Adriana F. O custo da nova economia: o projeto Chile e a racionalidade neoliberal. **XXV Encontro Estadual de História da ANPUH-SP**, São Paulo, 2020.
- OBERTI, Alejandra. **Contarse a sí mismas**. La dimensión biográfica en los relatos de mujeres que participaron en las organizaciones político-militares de los ´70. In: CARNOVALE, Vera; LORENZ, Federico y PITTALUGA, Roberto (comps.). *Historia, memoria y fuentes orales*. Buenos Aires: CeDInCI Editores, 2006.
- OLEA, Raquel; HUMPHREYS, Margarita (editoras). **De batido entre mujeres: Conversaciones y entrevistas en Radio Tierra**. Santiago: Ediciones Radio Tierra, 2005.
- PATEMAN, Carole. **O Contrato Sexual**. Tradução Marta Avancini - Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

- PAZ, Edelmira Carrillo; CID, Ester Hernandez; BERMEDO, Teresa Veloso. **Los muros del Silencio**: Relatos de mujeres, violencias, identidad y memoria. Concepción: Escaparate Ediciones, 2012.
- PEDRO, Joana Maria. **Traduzindo o debate**: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. História [online]. 2005.
- PEDRO, Joana Maria. **Viver o gênero na clandestinidade**. In.: ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira (org). História Oral e história das mulheres: Rompendo silenciamentos. São Paulo: Letra e Voz, 2017.
- PEDRO, Joana Maria. ZANDONÁ, Jair (org.). **Feminismos e Democracia**. 1. ed. - Belo Horizonte: Fino Traço, 2019.
- PEDRO, Joana Maria; WOLF, Cristina Scheibe; VEIGA, Ana Maria (Org.). **Resistência, gênero e feminismo contra as ditaduras no cone sul**. Florianópolis: Editora Mulheres, 2011.
- PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe (Org.). **Gênero, feminismo e ditaduras no cone sul**. Florianópolis: Editora Mulheres, 2010.
- PEREIRA, Mateus Henrique de Faria. Nova direita? Guerras de memória em tempos de Comissão da Verdade (2012-2014). **Varia Historia**, v. 31, n. 57, p. 863-902, 2015.
- PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. São Paulo: Editoria contexto, 2019.
- PERROT, Michelle. **Os excluídos da história**: operários, mulheres e prisioneiros. Rio
- PERROT, Michelle. Práticas da memória feminina. In: **Revista Brasileira de História**,
- PINTO, Céli Regina Jardim. As ONGs e a política no Brasil: presença de novos atores. **Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, vol. 49, nº 3, p. 651-670, 2006.
- PINTO, Céli Regina Jardim. Feminismo, história e poder. **Revista de Sociologia e Política, Curitiba**, v. 18, n. 36, p. 15-23, jun. 2010.
- PISANO, Margarita. **Julia, quiero que seas feliz**. Santiago: Lom Ediciones, 2004.
- PITKIN, Hanna Fenichel. **Representação: palavras, instituições e ideias**. Lua Nova, São Paulo, 67: 15-47, 2006.
- POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. In: **Estudos Históricos**. v. 2, n. 3. Rio de Janeiro, 1989.
- RAGO, Margareth. **A aventura de contar-se**: feminismos, escrita de si e invenções da subjetividade. Campinas: Editora da Unicamp, 2013.
- Resistência. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 23, n.3, p. 975-989, 2015.
- RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2007.

- saber?. **SUR 24**, v.13, n. 24, p. 165-176, 2016.
- SALVATICI, Silvia. Memórias de gênero: reflexões sobre a história oral de mulheres. **História Oral**, V.8, n.1, p. 29 - 42. jan - jun. 2005.
- SANTHIAGO, Ricardo. História pública e autorreflexividade: da prescrição ao processo. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 10, n. 23, p. 286 - 309, jan./mar. 2018.
- SANTOS, Eric Assis dos. **A transição à democracia no Chile: rupturas e continuidades do projeto ditatorial 1980 - 1990**. Dissertação (mestrado) Programa de Pós-Graduação em História - UFF - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2014. São Paulo, v. 9, n. 18, p. 9-18, ago./set. 1989.
- SCOTT, Joan W. **Gênero e historia**. México: UACM, 2008.
- SCOTT, Joan W. **O enigma da igualdade**. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 13, n. 1, p. 11-30, jan. 2005.
- SCOTT, Joan. Gênero: Uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**. 20(2), jul-dez, 1995, p. 71-99.
- SEGATO, Rita Laura. Gênero e colonialidade: em busca de chaves de leitura e de um vocabulário estratégico descolonial. **E-cadernos CES** [Online], 18 | 2012, posto online no dia 01 dezembro 2012, consultado o 01 março 2020. Disponível em <<https://journals.openedition.org/eces/1533#quotation>>.
- SILVA, Êça Pereira Da Silva. **Araucaria de Chile: (1978-1990): A intelectualidade chilena no exílio**. 1ª Ed. São Paulo, 2013.
- Testemunho de C.G. *apud* Claudia Bacci et al., ... **Y nadie quería saber**. Relatos sobre violencia contra las mujeres en el terrorismo de Estado en Argentina, Buenos Aires: Memoria Abierta, 2012.
- TOBAR; CATALÁN; CAVIEDES. Marcela R.; Lorena G., Elizabeth G. **¿Un nuevo silencio feminista?: La transformacion de um movimiento social em el Chile posdictadura**. Santiago: Cuarto Propio, 2003.
- TOLENTINO, Eliana. MARTINS, Anderson. (Orgs.). **O futuro do presente**. Arquivo, gênero e discurso. Belo Horizonte: Humanitas, 2012.
- TOLSON, Andrew. **Os limites da masculinidade**. Tradução Assírio Alvim. Lisboa, 1977.
- VALDES, Teresa. **Venid, benditas de mi Padre**. Las pobladoras, sus rutinas y sus sueños. Santiago: Facultad Latinoamericana De Ciencias Sociales (FLACSO), 1988.
- VEIGA, Ana Maria. **Feminismos em rede? Uma história da circulação de discursos e informações entre São Paulo e Buenos Aires (1970 – 1985)**. Dissertação apresentada ao

Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2009.

WOLFF, Cristina Scheibe. Gênero, masculinidade e militarismo: Uma entrevista com o historiador Gil Mihaely **Revista Esboços**. Vol 14, n. 17/2007, p. 213-218. Disponível em <<http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/esbocos/article/view/1221/952>>

WOLFF, Cristina Scheibe. Pedacos de alma: emoções e gênero nos discursos da WOLFF; ZANDONÁ; MELLO (organizadores). **Mulheres de Luta: feminismo e esquerdas no Brasil (1964 - 1985)**. - 1. ed. – Curitiba: Appris, 2019.

WOOD, Ellen Meiksins. **O império do capital**. Ellen Meiksins Wood; tradução Paulo Cezar Castanheira. – 1ª Ed. – São Paulo; Boitempo, 2014.

ZACCHI, Lara Lucena. **Memórias do cárcere na Torre das Donzelas: gênero e emoções em relatos de mulheres sobre a ditadura militar brasileira**. 2021. Dissertação de Mestrado em História. Universidade Do Estado De Santa Catarina, Florianópolis, 2021.

FONTES

AHUMADA, Maria Elena. Projeto Cone Sul: ditaduras, gênero e feminismos (1960-1990). Entrevista concedida a Tami Amorin e Cintia Lima, 06/10/2013 Santiago, Chile. Tema: Organismos de defensa de los derechos humanos; Dictadura militar en Chile.

CARRILLO, Patricia Coñoma. Projeto Cone Sul: ditaduras, gênero e feminismos (1960-1990). Entrevista concedida a Joana Maria Pedro, 20/11/2007 Santiago, Chile. Tema: (Identificação com o feminismo; Movimento feminista; leituras feministas; História das Mulheres; memória; movimentos sociais na Espanha; Estudos de Gênero e Feminismos nas Universidades da Espanha).

DIAZ, Gladys. Projeto Cone Sul: ditaduras, gênero e feminismos (1960-1990). Entrevista concedida a Joana Maria Pedro e Cristina Scheibe Wolff no dia 06/2007, Santiago, Chile. Tema: (Chile – identificação com o feminismo, MIR, exílio, resistência à ditadura).

FERRADA, Rosa. Projeto Cone Sul: ditaduras, gênero e feminismos (1960-1990). Entrevista concedida a Gabriela M. Marques no dia 03/08/2010 em Santiago do Chile. Tema: Dictadura de Pinochet; MEMCH; Feminismo.

IGLESIAS, Margarita. Projeto Cone Sul: ditaduras, gênero e feminismos (1960-1990). Entrevista concedida a Joana Maria Pedro e Cristina Scheibe Wolff, no dia 26/06/2007, em Santiago, Chile. Tema: (Chile – identificação com o feminismo, direitos humanos, MIR, exílio, resistência à ditadura).

MATTA, María Pía. Projeto Cone Sul: ditaduras, gênero e feminismos (1960-1990). Entrevista concedida a Gabriela Marques, em Santiago, Chile. Tema: Comunicación; feminismo, Derechos.

TOBARO, Rosalba. Projeto Cone Sul: ditaduras, gênero e feminismos (1960-1990). Entrevista concedida a Joana Maria Pedro e a Gabriel Jacomel, 08/10/2008 Santiago, Chile. Tema: CHILE – Ditadura de Allende, Academia Humanista Cristã, círculos de estudos da mulher, leituras feministas, grupos de expressão corporal, teatro.

VALDES, Teresa. Projeto Cone Sul: ditaduras, gênero e feminismos (1960-1990). Entrevista concedida a Joana Maria Pedro e Cristina Scheibe Wolff no dia 25/06/2007 Santiago, Chile. Tema: Chile – identificação com o feminismo, direitos humanos, violência sexual, PSU, MAPU, exílio, resistência a ditadura.

VALDES, Ximena. Projeto Cone Sul: ditaduras, gênero e feminismos (1960-1990). Entrevista concedida a Joana Maria Pedro e Cristina Scheibe Wolff 28/06/2007 Santiago, Chile. Tema: (CHILE – identificação com o feminismo; trabalho com mulheres indígenas; maoísmo; estudos das mulheres camponeses; “Nosotras”).

WEBER, Paulina. Projeto Cone Sul: ditaduras, gênero e feminismos (1960-1990). Entrevista concedida a Gabriela M. Marques no dia 03/xx/2013, em MEMCH. Tema: Dictadura en Chile; MEMCH, Organizaciones de mujeres; Feminismo.

APÊNDICES

Apêndice A - Tabela 1: Entrevistas com dez mulheres que tiveram alguma experiência durante a Ditadura no Chile, entrevistas feitas pelo Laboratório de Estudos de Gênero e História,

LEGH.

Nome	Nascimento	Data da entrevista	Entrevistadores/as	Local da entrevista	Temas abordados
Gladys Diaz	10/07/1936	06/2007	Joana Maria Pedro, Cristina Scheibe Wolff	Santiago, Chile	Chile – identificação com o feminismo, MIR, exílio, resistência à ditadura.
Margarita Iglesias	2/03/1957	26/06/2007	Joana Maria Pedro, Cristina Scheibe Wolff	Santiago, Chile	Chile – identificação com o feminismo, direitos humanos, MIR, exílio, resistência à ditadura.
Teresa Valdes	25/04/1951	25/06/2007	Joana Maria Pedro, Cristina Scheibe Wolff	Santiago, Chile	Chile – identificação com o feminismo, direitos humanos, violência sexual, PSU, MAPU, exílio, resistência à ditadura.
Ximena Valdés	1946	28/06/2007	Joana Maria Pedro, Cristina Scheibe Wolff	Santiago, Chile	Chile – identificação com o feminismo; trabalho com mulheres indígenas; maoísmo; estudos das mulheres camponesas; “Nosotras”.
Rosalba Tobaró	22/12/1941 Ela nasceu em Buenos Aires, Argentina	08/10/2008	Joana Maria Pedro, Gabriel F. Jacomel	Santiago, Chile	Chile – Ditadura de Allende, Academia Humanista Cristã, círculos de estudos da mulher, leituras feministas, grupos de expressão corporal, teatro.
Maria Elena Ahumada	Não informou	06/10/2013	Tami Amarin, Cintia Lima	Codepu (Organización no gubernamental de Derechos Humanos fundada durante la dictadura militar) Chile	Organismos de defensa de los derechos humanos; Dictadura militar en Chile.
Paulina Weber	Não informou	2013	Gabriela M. Marques	MEMCH (Movimiento Pro Emancipación de la Mujer Chilena) Chile	Dictadura en Chile; MEMCH, Organizaciones de mujeres; Feminismo
Rosa Ferrada	12/11/1937 no Chile	03/08/2010	Gabriela M. Marques	MEMCH (Movimiento Pro Emancipación de la Mujer Chilena) Chile	Dictadura de Pinochet; MEMCH; Feminismo

María Pía Matta	1959 nasceu em Valparaíso, Chile	Sem data	Gabriela M. Marques	Santiago, Chile	Comunicación; feminismo, Derechos.
Patrícia Conõma Carrillo	21/10/1951 Chile	08/10/2008	Joana Maria Pedro, Gabriel Felipe Jacomel	Santiago, Chile	Identificação com o feminismo; Movimento feminista; leituras feministas; História das Mulheres; memória; movimentos sociais na Espanha; Estudos de Gênero e Feminismos nas Universidades da Espanha.

Tabela elaborada pela autora.

Apêndice B - Tabela 2: Momento de identificação com o feminismo

Nomes	Momento de identificação com o feminismo
Gladys Diaz	Feminismo durante o processo de militância.
Margarita Iglesias	Feminismo no exterior. Durante exílio e/ou viagem.
Maria Elena Ahumada	Feminismo de grupos, pesquisas e estudos acadêmicos.
María Pía Matta	Feminismo no exterior. Durante exílio e/ou viagem.
Patrícia Conõma Carrillo	Feminismo durante o processo de militância.
Paulina Weber	Feminismo de grupos, pesquisas e estudos acadêmicos.
Rosa Ferrada	Feminismo no exterior. Durante exílio e/ou viagem.
Rosalba Tobaró	Feminismo de grupos, pesquisas e estudos acadêmicos.
Teresa Valdés	Feminismo de grupos, pesquisas e estudos acadêmicos.
Ximena Valdés	Feminismo no exterior. Durante exílio e/ou viagem.

Tabela elaborada pela autora.

Apêndice C - Tabela 3: Divisão dos grupos e movimentos de acordo com suas origens e finalidades, suas pautas e reivindicações.

Partidos Políticos	MIR (movimiento de Izquierda Revolucionario)	Grupos e movimentos de mulheres, ONGs feminismo	Grupos de Igreja (Igreja Católica)	Grupos ligados às Universidades	Sindicatos	Trabalhavam nas Instituições do Governo
	Gladys Diaz			Gladys Diaz	Gladys Diaz	
		María Pía Matta				

	Margarita Iglesias	Margarita Iglesias		Margarita Iglesias		
		Patricia Coñoma Carrillo			Patricia Coñoma Carrillo	Patricia Coñoma Carrillo (atualmente)
	Maria Elena Ahumada	Maria Elena Ahumada	Maria Elena Ahumada	Maria Elena Ahumada		
Teresa Váldez		Teresa Váldez	Teresa Váldez	Teresa Váldez		
Ximena Váldez		Ximena Váldez	Ximena Váldez	Ximena Váldez		
		Rosalba Tobaró		Rosalba Tobaró		Rosalba Tobaró
Rosa Ferrada		Rosa Ferrada				
Paulina Weber		Paulina Weber				

Tabela elaborada pela autora.

Apêndice D - Tabela 4: Nomes dos grupos e dos movimentos que as dez mulheres militantes participavam.

Sigla	Grupo/nome	Militante depoente	Cargo	Ano/funcionamento	Objetivos
MIR	Movimento de Esquerda Revolucionário	Gladys Diaz e Margarita Iglesias Maria Elena Ahumada	Gladys foi Dirigente e Margarita Iglesias trabalhou no Comitê Nacional do MIR	De 1965 até 1986	Revolução da classe trabalhadora pela luta armada.
La Morada	La Corporación La Morada	María Pía Matta	Presidenta	Início nos anos 80	Era uma ONG que nasceu no início dos anos 80 juntamente com o Movimento Feminista no Chile.
AMARC	La Asociación Mundial de Radios Comunitarias	María Pía Matta	Presidenta		
	Centro de Estudos da Mulher	Isabel Gannon		Década de 70	
	Círculo de las Mujeres	Patricia Crispi			
Contetin/ Confes	Confederação Nacional das Federações dos Sindicatos do Chile	Patricia Coñoma Carrillo	Foi secretária, porém desenvolveu outras funções (não mencionou)	Foi criado em 1986	

Hormiga	Organização de solidariedade e de promoção aos direitos das mulheres.	Maria Elena Ahumada		Anos 80	Era uma revista que trabalhava pelos direitos das mulheres
CODEM	Comitê de defesa dos direitos das mulheres	Maria Elena Ahumada		Anos 80	Era um grupo formado por mulheres e era ligado/relacionado ao MIR.
CODEPU	Movimento de luta pelos direitos dos trabalhadores.	Maria Elena Ahumada		Foi fundado durante a ditadura militar	
	Movimento de solidariedade ao Chile. “no intervención en Chile”.	Kemy Oyarz`un Vaccaro		Foi organizado antes do golpe de 1973 nos EUA	Era um movimento para apoiar a autonomia chilena perante as políticas intervencionistas Estadunidenses
	“Women Internationals in fight for peace and freedom”	Kemy Oyarz`un Vaccaro		Foi criada nos EUA	Era uma organização internacional pela paz e liberdade.
	“Mujeres de color”	Kemy Oyarz`un Vaccaro		Foi criado nos EUA	Era um grupo de consciência, discussões e participavam deste grupo mulheres afro-americanas, mexicanas e sul-americanas.
MAPU	Movimento Popular Unitário	Teresa Valdés Maria Soledad Roca Bravo	Militantes		
	Grupo de mulheres que se chamava “Mulheres pela vida”	Teresa Valdés	Dirigiu e organizou		Este grupo era uma resistência à ditadura e também eram contra a tortura, participavam mulheres do MIR e também mulheres da Democracia Cristã (partido).

CEDEM	Centro de Estudios para desenvolvimento da Mulher	Teresa Valdés E Ximena Valdés	Ximena é atualmente, data da entrevista em 2007 Diretora	Foi formado nos anos 90	
CEM	Centro de Estudios da Mulher	Teresa Valdés		Começou na década de 80	É uma ONG que trabalha na superação das desigualdades entre homens e mulheres.
	Círculo de Estudios de la Mujer	Ximena Valdés		Formado em 1978 juntamente com Julieta Kirkwood.	Esse grupo de estudos era de reflexão sobre o feminismo e faziam parte dele outros três grupos que se chamavam Hojas, ASUMA (Asociación para La Unidad de Las Mujeres) e outro grupo que era formado por profissionais das Ciências Sociais.
	“Programa de estudios y capacitación de la mujer campesina y indígena”.	Ximena Valdés		Foi criado no ano de 1991	Nesse grupo elas discutiam feminismo, política, situação agrária do país entre outras coisas.
ANAMURI	(Asociación Nacional de Mujeres Rurales e Indígenas).	Ximena Valdés		Foi criada em 1988	Essa associação foi criada pelas mulheres campesinas.
FLACSO	Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales	Ximena Valdés	Em 1978 Ximena começou a formar grupos de estudos na FLACSO		
	Círculo de Mulheres do Chile	Rosalba Tobaró	Começou a fazer parte desse grupo em 1983		Aproximação com o feminismo e estudos de gênero.
MUNECHE MdC	Mujeres de Chile	Rosa Ferrada	Ela trabalhou nessa organização no final da década de 80, entre os anos de 87 e 88		Era uma organização dentro do MENCH que trabalhava com mulheres de camadas sociais mais populares. O MENCH fornecia os recursos

					financeiros à organização, bem como o lugar onde aconteciam alguns encontros. Essa organização era formada em sua maioria por mulheres ligadas ao Partido Comunista.
MENCH 83	Movimiento Pro Emancipación de La Mujer Chilena	Rosa Ferrada e Paulina Weber	Paulina Weber conta que é atualmente coordenadora do MENCH, isso em 2013 no ano da entrevista.	Teve início em 1983	É uma organização das mulheres que retomaram o nome de MENCH de um movimento sufragista chileno dos anos 30, por isso, adotaram MENCH 83 para diferenciar do anterior. Era uma organização que articulava mulheres feministas e não feministas para lutarem contra a ditadura.
RSMLAC	Red de Salud de Las Mujeres de América Latina y el Caribe	Rosa Ferrada		Começou na década de 80.	Uma organização que fez parte da rede temática, como forma de articulação e especialização das mulheres feministas e do movimento de mulheres.
DOMOS	Centro de Servicios y Promoción de La Mujer	Maria Soledad Roca Bravo		Teve início na década de 80	Foi uma ONG que buscava avanços nos trabalhos de superação das desigualdades de gênero.
	Grupo de Mulheres Exiladas	Maria Soledad Roca Bravo		Esse grupo surgiu quando teve o primeiro Encontro Feminista Latino americano e do Caribe, no ano de 1981 em Bogotá Colômbia.	A maioria das mulheres que participavam do grupo eram chilenas, mas também participavam outras mulheres de nacionalidade Latino-americanas.

Vicaría de La Solidaridad	Vicaría de La Solidaridad	Juana Guerra e Hilda Sotomayor Monçalves		A ação dessa organização se deu no período que compreende a ditadura militar chilena, entre os anos de 1973 até 1990. E em 1992 foi criada “ La Fundación de Documentación y Archivo de la Vicaría de la Solidaridad”	O trabalho desta organização era de promover e defender os direitos humanos, durante a ditadura militar. As depoentes relatam que a organização conseguiu exílio para muitas pessoas durante a ditadura.
---------------------------	---------------------------	--	--	---	--

Tabela elaborada pela autora.

Apêndice E - Tabela 5: Experiência do exílio, quais mulheres precisaram se exilar e quais foram os destinos.

Nome da depoente	País em que foi se exilar	Período	Voluntário	Principais atividades
Gladys Diaz	Argentina Alemanha Itália Nicarágua Argentina	Provavelmente ela foi expulsa do Chile entre os anos de 1977 e 78 e regressou em 1989.	Não	Dedicou-se ao trabalho político, denunciando os crimes da ditadura chilena.
María Pía Matta	Alemanha	Exilou-se em 1973 ou 1974 e regressou em 1979.		Era muito jovem durante esse período.
Margarita Iglesias	França Cuba	Foi expulsa do Chile em 1975 e regressou em 1990. Esteve em Cuba nos anos de 1978 e 79.	Não	Organização Externa de apoio ao Centro Operacional do Chile;
Paulina Weber	Alemanha	Em 1983 regressou ao Chile.	Não	Trabalhou numa revista feminista
Patricia Coñoma Carrillo	Bulgária	Foi levada em 1986 e retornou em 1987.	Não	Trabalhou em organizações de solidariedade ao Chile.
Rosa Ferrada	Alemanha	Foi logo depois do golpe em 1973, regressou ao Chile em 1984.	Não	Trabalhou numa organização de mulheres democráticas Alemãs, também em um partido político.

Tabela elaborada pela autora.

Apêndice F - Tabela 6: Mulheres militantes que passaram pela experiência da prisão e da tortura durante a ditadura militar.

Nome da depoente	Período da prisão	Passou pela tortura	Relatos
Gladys Diaz	Foi presa em 20 de fevereiro de 1975 e permaneceu presa por dois anos.	Sim	Ficou na prisão em Villa Grimaldi e foi torturada por três meses.
Margarita Iglesias	Foi presa em janeiro de 1975 e permaneceu presa por quatro meses.	Sim	Ficou presa em um Centro de Tortura clandestino, ela tinha 17 anos.
Patricia Coñoma Carrillo	Foi presa e ficou somente um dia.	Não relatou	Não relatou
Teresa Valdes	Foi presa em 1976 e permaneceu na prisão um pouco mais de um mês.	Sofreu algum tipo de repressão e violência.	Essa depoente relata ter trabalhado em grupos de apoio às pessoas que foram torturadas pela ditadura.

Tabela elaborada pela autora.

Apêndice G - Minibiografias

Gladys Diaz tem formação acadêmica em jornalismo, foi dirigente do MIR - durante boa parte de sua militância. Foi também presidente do sindicato dos jornalistas de Santiago e vice-presidente nacional da Confederação dos Trabalhadores dos Meios de Comunicação. Em 1971 ganhou um prêmio como melhor jornalista mulher, financiado pela Fundação Helena Rubenstein, mas renunciou devido aos patrocinadores do evento e do prêmio. Ela diz “Porque não aceito um prêmio que é financiado por aqueles que fazem da mulher, uma mulher objeto”.

Próximo ao Golpe de Estado no Chile, em 1973, Gladys se tornou membro da Direção Nacional do MIR. Logo depois durante os anos de ditadura militar passou a viver na clandestinidade para não ser pega pelos militares e continuou com seu trabalho de militância política. Durante sua clandestinidade no Chile foi diretora de um periódico chamado “El

Rebelde” que fazia oposição à ditadura. Ela foi presa em 20 de fevereiro de 1975 e por dois anos permaneceu na prisão em Villa Grimaldi. Na prisão foi torturada por três meses e nesse tempo foi dada como desaparecida.

Gladys foi expulsa do Chile e teve que se exilar, durante o seu exílio, permaneceu por seis meses na Alemanha, depois ficou na Itália, e lá viveu por dois anos e meio, morou na Nicarágua por cinco anos e depois esteve na Argentina. A ONU e a Anistia Internacional a protegeram durante seu exílio na Alemanha. Regressou ao Chile em 1989.

Gladys é mãe e conta que durante muito tempo, enquanto estavam os militares no poder, teve que deixar seu filho com sua irmã para não fazerem nenhum mal com o menino. Só voltou a vê-lo no exílio, pois o levou junto. Gladys relata que sua aproximação com o feminismo foi durante sua militância, mas nunca militou diretamente em grupos feministas.

Margarita Iglesias nasceu em Santiago do Chile no dia dois de março de 1957. Também foi militante do MIR e começou sua militância aos 12 anos de idade. Seus pais eram de esquerda, seu pai era do Partido Socialista Chileno. Ela começou a trabalhar no MIR um pouco antes do golpe e em 1975 foi detida (presa) quando tinha apenas 17 anos. Ficou presa por quatro meses em um Centro de Tortura clandestina. Margarita Iglesias Trabalhou no Comitê nacional do MIR. Também trabalhou na organização de um grupo para a formação de um Centro de Estudantes Revolucionários do MIR. Em 1975 foi exilada na França, onde permaneceu por 15 anos. Ela passou por Cuba no ano de 1978 e 79 e também na Nicarágua para se preparar militarmente. Voltou a morar em Paris por volta de 1984/85 onde participou de movimentos feministas.

Regressou ao Chile no dia 10 de março de 1990, neste mesmo ano começou a trabalhar com jornalismo em projetos, um desses projetos era “As mulheres nos anos 90” da revista Analisis. Ela fez doutorado em História durante o tempo que viveu em Paris. Esteve por um tempo no Brasil, ligada à formação do Partido dos Trabalhadores (PT). No ano de 1995 começou efetivamente a trabalhar com o jornalismo e foi em um programa de gênero. Ela entrevista mulheres que tinham cargos de chefia (poder), foi diretora desse projeto. Em 2001 e 2002 ganhou um concurso no Chile e no final de 2002 recebeu uma proposta para dirigir o Centro de Estudos de gênero no Chile.

Maria Elena Ahumada desde jovem envolveu-se com os movimentos de luta. Sua família é de esquerda, seu avô foi fundador do Partido Socialista no Chile. Ela trabalhou no movimento cristão. Durante a ditadura relata ter feito trabalhos de resistência. Em 1978 e 79 trabalhou em uma organização de solidariedade e também de promoção dos direitos das mulheres chamada *Formiga* (Formiga). Foi expulsa da universidade onde estudava pedagogia

em inglês na Universidade De Chile. Foi integrante dos centros de estudantes na universidade e por isso foi expulsa. Ela relata que o pai esteve no Estádio Nacional do Chile.

Seu irmão menor foi um dirigente do MIR. No ano de 1980 ela fala que as mulheres que trabalhavam na *Hormiga* se juntaram com outros grupos de mulheres e criaram o Codem (Comitê de defesa dos direitos das mulheres). Existia também o Codepu que corresponde ao movimento de luta pelos direitos dos trabalhadores. Ela considera-se feminista, porém, não muito militante naquela época. No ano de 1981 aconteceu o primeiro encontro nacional do Codem, em sua entrevista ela comenta as publicações dessa organização em plena ditadura militar. Elena fala que o Codem foi formado por mulheres e era só de mulheres. Atualmente ela trabalha em Codepu (organização não governamental de direitos humanos) fundada durante a ditadura militar.

María Pía Matta nasceu na cidade de Valparaíso no Chile no ano de 1959 estudou jornalismo na Universidade Federal do Rio de Janeiro. Durante os anos 1980 viveu no Brasil, retornou ao Chile em 1989. Ela conta que em 1980 se casou e em 1981 teve seu primeiro filho ainda no Chile. Ela teve dois filhos, depois foi viver no Brasil. Quando retornou ao Chile foi trabalhar na “*Radio Tierra*” e a primeira coisa que fizeram foi organizar no dia 11 de setembro de 1992 várias entrevistas com mulheres que faziam parte de um grupo que procuravam as pessoas desaparecidas na ditadura militar.

Ela trabalhou em vários meios de comunicação e em rádios. No ano de 2010 foi presidenta de “*La Asociación Mundial de Radios Comunitarias*” (AMARC), também foi presidenta de “*La Corporación La Morada*” uma ONG que trabalha com mulheres chilenas. Quando aconteceu o golpe tinha 14 anos e vivia com seus pais e a irmã de 12 anos. Seus pais eram militantes e precisaram se exilar, foram para a Alemanha e lá permaneceram por cinco anos. Regressaram ao Chile em 1979. No Brasil ela se aproximou de movimentos feministas e movimentos sindicais, relata que viu o Partido dos Trabalhadores (PT) nascer. Maria Pia Matta relata que começou a se envolver com o feminismo no Brasil, mas foi no Chile que teve contato com livros e fontes teóricas, ela fala que começou a ler o que escrevia Julieta Kikwood.

Patricia Coñama Carrillo faz parte do Contetin, Confederação Nacional das Federações dos Sindicatos do Chile. Ela se identificou Mapuche. Quando tinha 24 anos ficou viúva com dois filhos, seu primeiro trabalho foi em uma empresa de camisas. Ela voltou a estudar e terminou o quarto médio. Participou de um grupo de mulheres que faziam buscas pelas pessoas desaparecidas, principalmente homens que sumiram durante a ditadura, foi aí seu primeiro contato com um grupo de mulheres em luta.

Ela se identifica comunista e fala que sempre lutou contra a ditadura. Depois que descobriu que seu marido estava morto, decidiu trabalhar também na luta política. Entrou para a Federação do Chile (algo que tem ligação com os sindicatos). Foi secretária do movimento sindical e em 1979 eles saíram da clandestinidade (sindicato). Ela chegou a ser presa durante a ditadura. Em 1986 a tiraram do país e levaram-na à Bulgária, foi banida do Chile. Na Bulgária ficou em um centro de recuperação, e em 1987 regressou ao Chile. Posteriormente foi nomeada para um cargo de liderança no sindicato. Hoje ela voltou a estudar e é funcionária pública (não dá muitos detalhes) continua trabalhando com os sindicatos e faz trabalho de gênero.

Paulina Weber durante a ditadura de Pinochet trabalhava no *Movimiento Pro Emancipación de la Mujer Chilena* (MEMCH 83), uma das organizações mais antigas do Chile. Na atualidade ela continua sendo integrante dessa organização e é também coordenadora do movimento. Ela foi exilada na Alemanha. Em 1983 ainda na Alemanha, ela juntamente com os grupos no exílio criou uma história de “*recopilación*” e publicaram na revista “*Nosotras*” e com a ajuda das mulheres da Tchecoslováquia, a revista entrou clandestinamente no Chile. Comenta que dentro do MEMCH havia muitas discordâncias entre as mulheres, isso porque se dividiam em duas vertentes ou movimentos, umas queriam discutir e estudar mais sobre política e as outras queriam falar mais do feminismo. Ela conta que a base do MEMCH não era feminista, a base era popular, porém as dirigentes eram mais feministas.

Rosa Ferrada nasceu no Chile em 1937, viveu em Cuba por oito anos e trabalhou com mulheres socialmente vulneráveis. Regressou ao Chile para votar em Salvador Allende, nas eleições de 1970 e durante o golpe foi exilada na Alemanha. Foi militante na Juventude Comunista do Chile. Trabalhou em organizações como *Mujeres de Chile* (Munechi). Ela estudou pedagogia. Fez parte do Partido Comunista e quando esteve em Cuba se aproximou dos Vietnamitas, por conta da guerra.

Rosa conta que durante o tempo que passou na Alemanha exilada, participou de grupos de mulheres, comenta da aproximação das feministas Italianas com os grupos da Alemanha, faz ainda referência ao feminismo italiano como radical, e aí ela cita Berlusconi, “*porque mirá tu la situación de Italia hoy día Berlusconi maltrata a las mujeres, hace lo que quiere, entonces, dime tu como no van a ser radical*”. Comenta que no exílio na Alemanha tinham mulheres brasileiras, argentinas, peruanas, paraguaias, chilenas, bolivianas e outras tantas. Atualmente ela faz parte do *Movimiento Pro Emancipación de la Mujer Chilena* (MEMCH).

Rosalba Tobar nasceu em Buenos Aires, Argentina em 1941. Com 22 anos foi para os Estados Unidos estudar, fez doutorado em economia. Mudou-se para o Chile em 1972, onde trabalhou na Universidade do Chile. Conta que esteve nos Estados Unidos bem na época da

guerra do Vietnã, comenta sobre Isabel Gannon, que se encontraram nos Estados Unidos. Trabalhou na Universidade do Chile em 1972 no governo de Allende, mas era na área de economia.

Em 1974 estudou no México, permaneceu lá por três meses. Estava na Argentina no dia do golpe, mas conta que a Universidade do Chile foi fechada e interdita pelo Primeiro Comando do Exército. Em 1976 quando teve o golpe na Argentina, ela já havia voltado para o Chile. Em 1983 começou a fazer parte do Círculo de Mulheres do Chile, foi então que entrou nos movimentos feministas. Nesse período ela trabalhou na Universidade Católica, no Centro Interdisciplinar de estudos Urbanos. Em 1979 decidiu estudar psicologia, justamente por ter começado nas pautas feministas e nos grupos de reflexão, era uma tentativa de compreender as teorias feministas. Ela não terminou o curso e foi se especializar em economia feminista. Em 1988 ela juntamente com o grupo feminista, escreveram um livro, “Tramas para um novo destino”.

Teresa Valdés é socióloga e exerceu a profissão por muitos anos. Começou a militar quando era estudante na universidade, neste período era criado o Movimento Popular Unitário (MAPU) onde havia muitos militantes conhecidos e familiares. Participou de algumas organizações de mulheres. Nessas organizações eram realizadas conferências, atas, manifestações, leituras e declarações. Antes do golpe militar, Teresa militava no MAPU e foi presa depois do golpe.

Teresa conta que seus pais eram democratas Cristãos, já os seus irmãos eram todos de esquerda, inclusive ela, e suas irmãs chegaram a trabalhar na campanha presidencial nos anos 1970 para Allende. Nas eleições de 1970 ela não pode votar, pois só tinha 19 anos. Ela relata que foram nos anos de 1983 e 1984 que começou a tomar consciência das questões de gênero, partindo de uma pesquisa que realizou com mulheres, inclusive mulheres de camadas mais populares. Foi então que se deu conta da desigualdade social e, sobretudo de gênero. Essa pesquisa foi sobre maternidade, comportamento reprodutivo, histórias de vida e outros assuntos.

Em 1982 ela trabalhou na Faculdade Latino-americana de Ciências Sociais (FLACSO) foi de onde a pesquisa surgiu. Formou, organizou e dirigiu um grupo de mulheres que se chamava “Mulheres pela vida”, mas ela fala que não tinha nada a ver com o aborto. Nesse grupo elas faziam manifestações, atos, conferências e declarações. Este grupo era uma resistência à ditadura e também eram contra a tortura. Nesse grupo participavam mulheres do MIR e também mulheres da Democracia Cristã.

Teresa Valdés relata sua passagem pelos Estados Unidos nos anos de 1970 e depois em 1986, quando foi como professora visitante na Universidade de Columbia. No decorrer da entrevista, conta que os anos de 1983 até 1990 o feminismo avançou muito e tomou espaços, inclusive de homens como em muitos partidos tradicionais.

Diz que houve uma maior união entre as mulheres, seja da democracia cristã com as mulheres do MIR e de outros partidos de esquerda. Ela relata que em 1968 por consequência da concentração (grupos, movimentos) de mulheres e pessoas lutando pela democracia, foram geradas propostas políticas, sendo uma delas a criação do Serviço Nacional das Mulheres.

Atualmente, ela participa de um projeto dentro do PROLIM para formar mulheres líderes, explica que este espaço é o Centro de Estudos para o Desenvolvimento da Mulher (CEDEM). Ela cita também o Centro de Estudos da Mulher (CEM), La Morada e a Radio Tierra.

Ximena Valdés é graduada em geografia pela Universidade de Paris VII, onde também fez mestrado. Seu doutorado foi na Universidade do Chile. Seu primeiro contato com o feminismo foi na França na década de 70. Em 1978 retornou ao Chile. Começou a formar grupos de mulheres na Faculdade Latino-americana de Ciências Sociais (FLACSO) juntamente com Julieta Kirkwood. Esses grupos de estudos eram de reflexão sobre o feminismo e se chamava “*Círculo de Estudios de la mujer*”. Ela fala que sempre trabalhou com estudos agrários e vêm se dedicando especialmente ao gênero em suas pesquisas, sendo atualmente a diretora do Centro de Estudos para Desenvolvimento da Mulher (CEDEM).

Esteve na França nos anos de 1967, 1968 e 1969, quando teve seu primeiro filho ela estava na França e tinha 21 anos. Regressou ao Chile no governo de Allende em 1970 e ficou até 1973, ano que teve o golpe militar. Em 1974 voltou à França por conta do golpe, e conta que neste retorno à França precisou fazer um aborto e consequentemente se aproximou das mulheres no LAP (ela não explica a sigla).

No ano de 1991 organizou outro grupo que se chamava “*Programa de estudios y capacitación de la mujer campesina y indígena*”. Nesse grupo elas discutiam feminismo, política, situação agrária do país entre outras coisas, elas viajaram pelo Chile para entrevistar mulheres campesinas e indígenas em plena ditadura. Fizeram um congresso de mulheres rurais. Ela comenta os trabalhos manuais dessas mulheres, as “arpilleras” que era uma técnica de produção têxtil, feitos artesanalmente com pequenos retalhos, fala também que estes trabalhos denunciavam e faziam resistência à ditadura e para não serem pegadas e presas pelos militares, elas procuravam proteção da Igreja Católica.

Em 1981 e 1982 ela começou a trabalhar com mulheres assalariadas agrícolas. Em 1988 as mulheres campesinas e indígenas criaram uma associação que se chamava *Asociación Nacional de Mujeres Rurales e Indigenas* (ANAMURI). Ela fez parte do Partido Socialista. Em 1990 quando voltou a democracia no país, elas saíram do CEM e formaram o CEDEM. Nos anos 2000 ela comenta sobre as dificuldades de manter esses grupos. Muitas mulheres foram aos poucos saindo e por consequência os grupos foram acabando.